

UFRRJ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

DISSERTAÇÃO

**MAR DE CONFLITOS:
AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS
PESCADORES “ARTESANAIS”**

PRISCILA BARRETO SAMPAIO

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**MAR DE CONFLITOS:
AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS
PESCADORES “ARTESANAIS”**

PRISCILA BARRETO SAMPAIO

Sob a Orientação do Professor

John Cunha Comerford

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de **Mestre** no Curso de
Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Dezembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pelo fornecimento da bolsa de estudos, fator fundamental para o desenvolvimento de pesquisas no País.

Agradeço e dedico esta dissertação a todos os pescadores e lideranças das organizações pesqueiras, que disponibilizaram o seu tempo para contar suas histórias e indignações, construindo junto com a pesquisadora um registro de suas “lutas”.

Ao meu orientador, agradeço a oportunidade de aprender a não levar minha “militância” cheia de pré-conceitos para o campo de pesquisa, mas ver, ouvir e sentir as relações onde existem pessoas “concretas” e não personagens que se encaixem na história desejada. Também agradeço a paciência e dedicação na leitura das minhas confusas versões e os comentários, críticas e sugestões precisas e esclarecedoras de um grande antropólogo.

A todos meus amigos, em especial Roberta Guimarães, Thais Lopes e Maria Beatriz. Aos companheiros de consultoria, em especial à Juliana Loureiro que me convidou para trabalhar neste ramo e sempre me incentivou a fazer o mestrado. A Paulo Mario e Ivan que garantiram a continuidade de meus trabalhos, depositando grande confiança em mim e me apoiando para a realização desta dissertação. E aos amigos de “labuta”: Rachel Platenik, Andréia Gama, Arlei Mazurec, Maria Alice, Rubens Toledo, Ana Claudia, Rosimere de Souza, Mariza Goulart, Bianca Mazurec e Bianca Brandão, aos quais agradeço a paciência nos últimos dias de escrita desta dissertação e o prazer da convivência na vida tumultuada de consultor. À Luisa Pitanga, grande pesquisadora, que trabalhou também na classificação e análise dos discursos das lideranças utilizadas nesta dissertação.

Aos meus pais, à Graça, Alfredo, Lara, e aos pequenos Lucas e Bernardo, pelo sentimento constante de afeto e segurança fundamental de uma família.

Ao meu grande amor Ibirapuan Puertas, a quem devo a finalização desta dissertação, não só pela sua criteriosa revisão, mas, principalmente, pela sua insistência em acreditar e investir em mim para ser uma pessoa melhor.

RESUMO

Para uma análise das organizações políticas é necessário reconhecer, além de suas dimensões institucionais, as condições sociais em que foram originadas, as diferentes motivações dos agentes envolvidos e os processos de construção de legitimidade e visibilidade destas na sociedade.

Nesta dissertação serão apresentadas as diferentes formas de organização dos pescadores “artesanais” de uma região do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo de Arraial do Cabo, contextualizando-as historicamente e no processo dinâmico das relações sociais, onde categorias como “artesanal” podem ser acionadas para a diferenciação ou identificação de grupos de acordo com contextos específicos de disputas.

As formas e conteúdos das ações das organizações pesqueiras “artesanais” não podem ser desassociadas de suas variadas interações entre si, e destas com os demais agentes sociais constitutivos de seu campo de atuação, como os órgãos estatais reguladores do setor pesqueiro – IBAMA e SEAP -, poderes públicos municipais e as empresas de pesca, de petróleo e turismo.

ABSTRACT

It is necessary to recognize for a politics organizations analysis, besides their institutional dimension, the social conditions in that they were originated, the different motivations of the involved agents and the processes of legitimacy, construction and visibility of these in their society.

In this dissertation the different forms of politic organization of the “artisanal” fishers of a Rio de Janeiro State region, Arraial do Cabo mostly, will be presented and historically insert in a context and in the dynamic process of the social relationships, where categories as "artisanal" fishers can be worked for the group's differentiation or identification according specific contexts of disputes.

The forms and contents of the “artisanal” fishers organization's cannot be disassociated of their varied interactions amongst themselves, and of these with the other constituent social agents of their actions' field, as the state regulators organisms for the fishing activity - IBAMA and SEAP -, municipal public powers and fishing, petroleum and tourism enterprises.

Sumário

Introdução.....01

Capítulo 1 - Processo de formação do capital político das lideranças pesqueiras.....11

1.1 - Histórico de formação das organizações políticas pesqueiras.....	12
1.2 – Os principais órgãos reguladores do setor: IBAMA e SEAP.....	23
1.3 – A Interação com o setor do petróleo.....	29
1.4 – Conclusão.....	34

Capítulo 2 – Falta “vontade política” – como os problemas enfrentados pelo setor são vivenciados e interpretados pelas lideranças das organizações.....36

2.1 - A “invasão” da pesca industrial na costa, lugar tradicional de trabalho do pescador “artesanal”.....	38
2.2 - A especulação imobiliária e o turismo.....	43
2.3 – “Eu sou o Meio Ambiente”: os “impactos” do petróleo na pesca.....	48
2.4 - Outras questões em evidência nos discursos das lideranças.....	53
2.5 – Conclusão.....	57

Capítulo 3 – As disputas existentes entre as organizações pesqueiras..... 59

3.1 - A questão da autonomia na representatividade – algumas observações sobre o caso das organizações pesqueiras do Rio de Janeiro.....	59
3.2 - A importância dos cargos administrativos como forma de poder local.....	67
3.3 - Conclusão.....	74

Capítulo 4 – Arraial do Cabo enquanto “lugar de pescaria” e de pescadores.....	76
4.1 - “Lugar de pescaria”.....	76
4.2 - Lugar de pesquisa.....	81
4.3 - “Pescadores e pescarias” em Arraial.....	85
4.4 - Quando a categoria “artesanal” ganha significado político - a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Arraial do Cabo.....	94
4.5 - Conclusão.....	105
Capítulo 5 – “Cada um puxa mais para sua sardinha” - as organizações pesqueiras de Arraial do Cabo.....	108
5.1 - As organizações pesqueiras de Arraial do Cabo e suas lideranças.....	108
5.2 - Análise de alguns projetos, eventos e disputas em evidência no momento do campo.....	130
5.3 - Conclusão.....	151
Conclusão.....	153
Bibliografia.....	157

1 - Introdução

A temática "pescadores e pescarias", como destacado por FARIA (1997), desde muito se tornou presente no campo da produção intelectual e no gerenciamento político e econômico do território nacional por motivos variados cujas problemáticas em causa permitem o reconhecimento de três fases de atividades relativa à produção de estudos, que não necessariamente seguem uma ordem cronológica.

A primeira diz respeito aos estudos técnicos realizados na época de intensificação da presença do Estado, ao assumir o controle e ordenamento oficial das atividades de pesca. Nessa fase, o estudo dos peixes assume, também, um caráter eminentemente econômico. A segunda, definida pelo autor é marcada pelo aumento no conhecimento científico, naturalístico e etnográfico¹. Também se caracteriza pela produção de relatórios de cunho técnico que serviam como base para a sustentação e promoção de programas estatais de racionalização e incremento de produção pesqueira.

A terceira fase caracterizada pelo autor é a que mais interessa para essa dissertação, pois está mais relacionada à produção antropológica sobre os pescadores, impulsionada pelos programas de pós-graduação de antropologia que proporcionaram condições para o trabalho de campo. Segundo o autor no ano de 1973 foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRJ – Museu Nacional) a primeira dissertação de mestrado sobre pescadores². Desde então vários trabalhos acadêmicos foram realizados a respeito das “comunidades pesqueiras”, muitos deles voltados para o entendimento da construção da identidade social dos pescadores, bem como voltados para uma análise da reprodução social dos pescadores diante dos processos de modernização no mundo do trabalho na pesca, como veremos mais adiante.

Porém, no campo do processo de formação das organizações pesqueiras e suas diferentes formas de atuação política pouco foi encontrado para subsidiar esta pesquisa, no que se refere ao Estado do Rio de Janeiro. Algumas referências utilizadas por mim que tratam do processo histórico da formação das organizações de pesca e das políticas públicas pesqueiras nacionais são encontrados

¹ Como por exemplo: "Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão" (R.P.H.A.N., 1938); e o de C.T. Ott, "Os elementos culturais da pesca baiana (1944)" (Faria, 1977, pg 24).

² Dissertação de Luiz G.M. Chaves, intitulada “Trabalho e subsistência. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção”.

nas obras de Diegues (1983, 1988 e 1995), Faria (1997), Silva (1988), Maldonado (1986) e Cardoso (2001). No conjunto destas obras percebe-se um histórico de tentativa de controle e ordenamento estatal da pesca, onde seus dirigentes eram indicados pelo Governo. Também são feitas análises do processo de implementação das políticas modernizadoras sobre o setor e seus reflexos no mundo das “comunidades pesqueiras”.

Para meu estudo de caso, no município de Arraial do Cabo, existe uma considerável produção acadêmica sobre os “pescadores e pescarias” do município, visto tratar-se de uma localidade de grande importância pesqueira que envolveu, e ainda envolve, boa parte da sua população nesta atividade.

No início da década de 1950 o Museu Nacional desenvolveu pesquisas neste município dentro de um contexto de preocupação da Antropologia voltado para os “Estudos de Comunidades”, trabalho este orientado pelo Dr. Carls Winters e que teve como componente do grupo de pesquisadores o professor Luiz de Castro Faria. Em 1960, Fontenelle desenvolvia um trabalho sobre a “Dinâmica dos grupos domésticos em Arraial do Cabo”, ainda dentro deste enfoque dos “estudos comunitários”. (Prado, 2002).

Além destas pesquisas que tiveram começo com a equipe do Museu em 1953, foram desenvolvidos diversos trabalhos voltados para a análise das consequências do processo de “modernização” sobre as formas de organização social dos pescadores de Arraial do Cabo, considerando principalmente os estudos de Britto (1989), Cunha (2000), Prado (2002). Além disso, a grande quantidade de pesquisas realizadas em Arraial ocorre em função, principalmente, da existência de uma Reserva Extrativista Marinha criada em 1989, considerando que existem poucas no país, e que se trata de um modelo relativamente novo da política pública ambiental de unidade de conservação, cuja gestão conta com a participação das “populações tradicionais”. Dentre os estudos que abordaram a questão da reserva extrativista podemos citar Lobão (2000), Silva (2004) e Gomes (2006), e várias outras monografias e dissertações de mestrado com as quais tive contato e algumas às quais não tive acesso.

1- Contextualização da pesquisa

A Familiarização com o Tema

A partir de meu envolvimento em trabalhos de consultoria ambiental desde 2003 para a realização de diagnósticos sobre atividades pesqueiras desenvolvidas em espaços marítimos, comecei a me familiarizar com as diferentes formas de representação política dos pescadores.

Meu primeiro contato com os dirigentes das organizações pesqueiras surgiu de um trabalho que objetivava coletar informações a respeito do posicionamento das organizações de pesca sobre as atividades petrolíferas desenvolvidas em áreas marítimas, especificamente na Bacia de Campos³, no Estado do Rio de Janeiro, o que me forneceu maiores subsídios que orientaram meu interesse em desenvolver a questão deste projeto.

Esse trabalho foi solicitado pela Petrobrás, que até 1997 monopolizava a produção petrolífera no País⁴ e começou a explorar os recursos petrolíferos da Bacia de Campos a partir de 1974. Porém, até 1986, quando foram estabelecidas políticas públicas voltadas para a avaliação dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, sua produção foi desenvolvida sem quaisquer considerações sobre as possíveis implicações socioambientais decorrentes. Desta forma, muitas atividades petrolíferas foram desenvolvidas na Bacia de Campos sem qualquer tipo de avaliação de seus impactos sobre o meio ambiente, e, consequentemente, sobre a pesca.

O contexto de introdução de uma regulação ambiental, que desde sua implantação foi influenciada por históricos de acidentes ambientais e por pressões sociais de ambientalistas e de “atingidos”⁵ por grandes empreendimentos como as barragens (caso do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB), juntamente com a quebra do monopólio estatal da indústria petrolífera impôs para a

³ Recorte geográfico marítimo utilizado como referência espacial para o desenvolvimento das atividades petrolíferas. Trata-se de uma bacia sedimentar, caracterizada por ser um local de depressão em que se acumulam detritos ou sedimentos ao longo do tempo. Esses sedimentos são restos de animais e vegetais que vão se depositando no fundo do mar durante milhares de anos, e que, ao longo dos anos, pela ação do tempo, do calor e da pressão, transformam-se em petróleo. O petróleo só é encontrado onde ocorreu esta acumulação de sedimentos

⁴ Desde a publicação da Lei nº 9.478 em 1997, qualquer empresa nacional ou internacional pode exercer em território nacional atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás, mediante concessão ou autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que foi criada por esta mesma lei para regular e fiscalizar o setor petrolífero.

⁵ Termo técnico utilizado nos trabalhos de consultoria.

Petrobrás a necessidade de estabelecer estratégias condizentes com as novas conjunturas, para poder dar continuidade às suas atividades de pesquisa e produção de petróleo.

Além dos estudos de impactos ambientais, uma das exigências do órgão ambiental responsável pela emissão das licenças ambientais para as atividades de petróleo, no caso o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), é o desenvolvimento do que se convencionou chamar de “diálogo com stakeholders” (da Vinha, 2003), ou seja, com os “grupos de interesses”, aqueles entendidos como passíveis de serem “impactados” ou que tenham motivações específicas para participarem das discussões sobre os processos de licenciamento, como grupos ambientalistas e representantes do Poder Público. No caso de atividades petrolíferas desenvolvidas em espaço marítimo o grupo considerado passível de ser “impactado” é o dos pescadores, “público-alvo” principal dos trabalhos de “comunicação social”.

Esses grupos são aqueles que serão convocados para as audiências públicas, espaços entendidos pelo órgão ambiental como decisórios para o processo de licenciamento, visto serem considerados como espaços “democráticos” que possibilitam a exposição das posições de “todos” os interessados nos licenciamentos, podendo estas, inclusive, dependendo dos níveis dos conflitos existentes, inviabilizar os empreendimentos⁶.

Para o desenvolvimento do “diálogo com os grupos de interesses” são contratadas empresas de consultoria, que oferecem os trabalhos técnicos de sociólogos e/ou, comunicólogos e jornalistas, para desenvolverem o mapeamento desses grupos e estabelecer os contatos com os mesmos.

Foi nesse contexto que fui contratada como consultora para o desenvolvimento de um trabalho de “comunicação social”, o qual fazia parte de uma estratégia da Petrobrás para um mapeamento das

⁶ A respeito do discurso sobre a importância da participação da população na tomada de decisões através destas audiências, considera-se uma questão importante apontada por Lygia Sigaud (1987), que é a prática de se identificar as implicações sociais de um empreendimento após a realização de contratos milionários entre empresas e até a compra de equipamentos pesados e caros. Segundo a autora, sobre empreendimentos hidrelétricos, “trata-se, no entanto de avaliar para “minimizar”, “mitigar” ou “neutralizar” “impactos” de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de “impactos” para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica”.

demandas e expectativas que pudessem surgir nas audiências públicas que iriam ocorrer para o licenciamento de duas plataformas de produção na Bacia de Campos.

Durante as entrevistas, que estavam voltadas para o entendimento da visão dos pescadores sobre como as atividades de petróleo os prejudicavam e quais seriam suas principais expectativas e demandas para uma compensação por tais danos, pude identificar indícios que apontavam para um processo de formação de um discurso político das organizações de pesca da região relacionado aos direitos dos pescadores e às compensações ambientais relativas às atividades petrolíferas, que veremos melhor no Capítulo 2 desta dissertação.

A princípio percebi que vários outros consultores já tinham desenvolvido trabalhos semelhantes com os pescadores, o que eles, os pescadores, faziam questão de me deixar claro. Algumas frases de diferentes lideranças como: “cansa estar falando, falando e não ver resultado”; “só recebemos doação de broches e materiais diversos de divulgação”; “já veio muita gente prometer muita coisa e não sai nada”; “a Petrobrás até agora está uma decepção... não assino mais nenhum papel” (referindo-se a assinaturas em atas de reuniões de “comunicação social” e para comprovação de recebimento de materiais) e, “estamos de saco cheio de receber papel e informações que não trazem nenhum benefício... vocês acham que eu não sei que vocês estão preparando eles para a audiência?... Só recebi vocês pelo resquício de esperança de sentar na mesa como um igual e não como um fardo”, são significativas, denotando que os entrevistados queriam demonstrar para a consultora suas frustrações, revoltas e percepções construídas no histórico de relacionamento com a Petrobrás.

Como as entrevistas realizadas com as lideranças das organizações pesqueiras também estavam voltadas para um entendimento do histórico das atividades de pesca desenvolvida em seus municípios, tanto quanto para a compreensão dos principais problemas enfrentados pelos pescadores, pude identificar que a mobilização relacionada aos direitos às compensações petrolíferas estava contextualizada em um processo histórico de ações políticas relacionadas a reivindicações de direitos dos pescadores, diante das políticas públicas pesqueiras e ambientais que regulam o setor.

Em muitos discursos se identificava que os argumentos construídos para justificar tais direitos se embasavam nos conhecimentos e saberes tradicionais dos pescadores “artesanais” a respeito do espaço marítimo. De que eles são parte e os mais antigos convededores desse espaço, logo são o “meio ambiente” e consequentemente aqueles que sabem quais são os problemas relacionados ao gerenciamento deste meio.

A escolha de Arraial do Cabo para um estudo de caso

A pesquisa de campo em Arraial do Cabo, que teve durabilidade de um mês, serviu para um melhor entendimento de quem são os dirigentes das organizações pesqueiras e da estrutura social onde estão inseridos, o que contribuiu para um melhor entendimento das trajetórias e motivações destas lideranças.

Esta pesquisa mais “focada” permitiu uma análise das esferas concretas da vida social, numa perspectiva de não separação de ato e representação social e de reconhecimento das particularidades internas da organização social dos pescadores e das externalidades que fazem parte dos campos de forças que atuam sobre a identidade dos grupos sociais, de acordo com a proposta de Goldman (1999), no contexto de sua análise do campo de produção de modelos antropológicos para análise das sociedades complexas, quando propõe uma não dicotomia “interno/externo” e “micro/macro”.

A escolha deste município deveu-se ao mapeamento inicial da coexistência de formas diferentes de organizações pesqueiras “artesanais” dentro de uma contextualização forte de conflitos entre elas. Destacam-se as seguintes organizações como as mais atuantes e com visibilidade no município: Colônia dos Pescadores Z-05; AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo; APAC - Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo; a ACRIMAC - Associação de Catadores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo e a APATAC – Associação de Pescadores de Traineiras de Arraial do Cabo – esta última ainda não oficializada, até o momento do encerramento desta pesquisa.

A Colônia de Pescadores Z-05 foi fundada em 1915 e é a mais antiga organização de Arraial do Cabo. Possui atualmente cerca de 1200 associados. A APAC, fundada em 1987, é constituída por cerca de 200 pescadores. Segundo seus representantes foi criada para atender, principalmente, às necessidades dos pescadores de “arrasto de praia”, um tipo de pesca mais “tradicional” do município.

A AREMAC foi fundada com o objetivo de gerenciar a RESEX, criada em 1998, juntamente com o IBAMA. A ACRIMAC, dos maricultores, foi fundada em 1997, incentivada pelo IBAMA regional, com o objetivo de organizar a coleta de mexilhões, defender os direitos dos coletores e fazer a transição do sistema extrativista para o sistema de produção em cativeiros, que transformaria os coletores em “fazendeiros do mar”. E a APATAC, dos pescadores de “traineiras” surgiu num contexto de disputa com as demais categorias de pesca pela garantia de acesso aos direitos de uso da reserva extrativista.

Este fato da coexistência de tipos diferentes de organizações de pescadores “artesanais”, como duas inseridas em um contexto de influências de políticas ambientais (AREMAC e ACRIMAC), uma representativa de uma forma mais antiga de organização (a colônia) e outras formadas dentro de um contexto de disputas locais, forneceu-me ricos materiais para um estudo de caso que retratou “localmente” diferentes formas de organização política dos pescadores e de motivações de suas lideranças.

A ampliação da pesquisa – conhecendo melhor as lideranças do Rio de Janeiro e suas “bandeiras”

Após minha pesquisa de campo em Arraial do Cabo, fui chamada para desenvolver um trabalho de consultoria⁷ para uma empresa multinacional denominada *Devon Energy* que é mais uma se inserindo na região, cujo projeto para exploração, também na Bacia de Campos, estava em fase de

⁷ Os dados apresentados neste trabalho foram coletados em entrevistas semi-estruturadas documentadas em vídeo realizadas durante trabalho de campo para “estudo antropológico complementar ao Estudo de Impacto Ambiental”.

licenciamento. A fim de aproveitar a oportunidade de melhor entender as diferentes formas de ação coletiva dos pescadores “artesanais” desta região, aceitei o trabalho que foi desenvolvido no mês de setembro de 2005.

A pesquisa, orientada para a realização de um vídeo-diagnóstico, objetivava realizar um levantamento sobre as visões e percepções das lideranças das principais organizações pesqueiras atuantes na “Área de Influência do empreendimento”, a respeito dos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro e principalmente sobre os “impactos” da atividade de petróleo na atividade da pesca e suas expectativas de “compensações”.

Além da percepção do que o setor necessita para sua melhoria, as entrevistas possibilitaram uma visão das lideranças sobre o que consideram como problemas crônicos relativos a uma “falta de vontade política” dos órgãos reguladores do setor, ou ao histórico de conflitos entre as organizações pesqueiras e destas com a indústria petrolífera na região.

Durante este trabalho de campo foram feitas entrevistas com 25 (vinte e cinco) dirigentes de colônias e associações dos municípios da Bacia de Campos e das principais organizações estaduais atuantes: a União Estadual dos Pescadores e Aqüiculturas do Estado do Rio de Janeiro e a Federação dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro; esta última representativa somente das colônias de pescadores, e a primeira também de colônias, mas, principalmente, de associações de pescadores.

Objetivou-se com esta pesquisa compreender as diferentes formas organização política (colônias e associações) dos pescadores “artesanais” no Estado do Rio de Janeiro, recuperando as condições processuais históricas e políticas da criação dos sistemas de representação dos pescadores (Federação, colônias, e associações), e de suas categorias acionadas dentro de contextos locais de disputas, considerando a importância do reconhecimento das representações coletivas de grupos sociais, originárias de sistemas de classificações de suas relações sociais e suas aplicações concretas.

Desta forma, foi analisada a não homogeneidade destas ações, considerando as diferentes motivações das lideranças de pesca que orientam posicionamentos distintos ou não dentro de diferentes esferas de disputas entre as organizações pesqueiras e entre estas, e os demais agentes constitutivos de um campo de disputas políticas.

Em especial foram analisados os diferentes posicionamentos dos pescadores dentro de um contexto de apropriação da categoria “artesanal”⁸, relativa aos modos de produção da pesca baseada em regime familiar, no processo de disputa política. De como a classificação de pescador “artesanal” é utilizada como forma de diferenciação entre as diferentes “classes” que se autodefinem enquanto “artesanais”, bem como dos “patrões” da pesca (donos de barcos e instrumentos de pesca) e de demais trabalhadores desta atividade (pescadores “empregados”, intermediários, carregadores, peixeiros, etc.), para reivindicações de diretos específicos .

Dentro de uma preocupação apontada por Melucci (2001) da necessidade de se avaliar a importância da ação coletiva para a vida das sociedades complexas contemporâneas, um dos objetivos desta pesquisa é verificar o processo de motivação das ações das lideranças pesqueiras pelo reconhecimento do Estado de que os pescadores são sujeitos políticos e de como foram e estão sendo “conquistados” tais reconhecimentos.

No **Capítulo 1** foi feita uma contextualização do campo político onde atuam as organizações pesqueiras pesquisadas e os diferentes agentes sociais que interagem com as mesmas. O **Capítulo 2** trata da percepção das lideranças sobre os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro e as razões atribuídas para uma "decadência" da pesca e do pescador que também resume as principais reivindicações e "bandeiras" de direitos.

No **Capítulo 3** são discutidos os principais conflitos existentes entre as organizações pesqueiras “artesanais” contemporâneas, e no **Capítulo 4** foi feita uma contextualização histórica-social de Arraial do Cabo enquanto um “lugar de pescaria” e pescadores, o que forneceu subsídios para a

⁸ Os pescadores “artesanais” são classificados pela legislação e literatura sobre pescadores, como aqueles envolvidos nas atividades baseadas nos laços de parentesco e vizinhança, podendo ser donos ou não dos meios de produção desde que trabalhando em regime de “economia familiar”.

análise das condições sociais onde estão inseridas as lideranças das organizações pesqueiras pesquisadas. Por fim, no **Capítulo 5**, foi feito estudo de caso das diferentes formas atuação das organizações dos pescadores onde foi possível discutir quem são os dirigentes destas, suas trajetórias nas comunidades de origem e suas atuações em espaços públicos, em contextos específicos de disputas.

Capítulo 1 – Processo de Formação do capital político das lideranças pesqueiras

Neste capítulo será feita uma contextualização do campo político onde atuam as organizações pesqueiras pesquisadas e os principais agentes sociais que interagem com as mesmas, a partir um modelo de análise baseado na noção de campo como uma estrutura de espaço de possíveis que está diretamente ligado com o *habitus*, caracterizado pelos modos diferenciais de se compreender e de ter práticas sociais (Bourdieu, 1989).

Considerando-se a partir deste referencial teórico, o campo de disputas em questão foi delimitado a partir das percepções das lideranças das organizações pesqueiras sobre os atuais problemas vivenciados pelos pescadores, e suas “razões” atribuídas às atuações dos agentes controladores ou reguladores da atividade pesqueira, numa perspectiva que considere as variadas disposições dos agentes sociais a partir do papel estruturante de suas representações e esquemas classificatórios na construção deste campo.

Considerando-se que a própria palavra “classificação” pressupõe posição no espaço social, lugares estabelecidos e hierarquias, e que o entendimento das instituições sociais e as formas de estabelecimento de opiniões e comportamentos individuais dependem dos lugares ocupados neste espaço social, veremos que a compreensão do espaço social dos pescadores pelas lideranças foi e está sendo constantemente construída historicamente, e que as apropriações de categorias de luta política, como a de pescador “artesanal” foram resultados de múltiplas interações sociais contextualizadas no tempo e espaço.

Considerando-se, por fim, que o *habitus* é dado historicamente com o próprio “envelhecimento social” (Bourdieu, 1989) e o campo se forma pelos usos diferenciais, pelas variadas disposições em luta, será feita, neste capítulo, uma breve contextualização histórica-política sobre o processo de formação das organizações dos pescadores, para o entendimento da formação do capital político que foi e está se configurando entre as lideranças, de acordo com as diferentes forças atuantes no campo e as possibilidades de atuação em jogo voltadas para as conquistas dos “direitos” dos pescadores “artesanais”.

Veremos um histórico de disputas e de controle do Governo sobre os pescadores e suas organizações políticas, assim como destas com as forças atuantes no campo configuradas principalmente, além das empresas de turismo, das indústrias de pesca, da Marinha e de outras esferas governamentais locais, pelos principais órgãos do Estado reguladores do setor pesqueiro, em evidência no momento das entrevistas – IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) e SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca).

Atualmente a divisão de responsabilidades do setor, se dá entre dois órgãos governamentais diferentes, estando a fiscalização e controle do estoque pesqueiro sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); e o ordenamento da atividade com a SEAP, como veremos. Ambos os órgãos são extremamente criticados pelas lideranças das organizações pesqueiras, sendo que, considerando o pouco tempo de existência da SEAP e a função fiscalizadora do IBAMA, a relação com este é muito mais conflituosa.¹

Contextualizando mais a realidade dos pescadores dos municípios da “Bacia de Campos”, analisaremos ainda neste capítulo as interações com as políticas públicas de licenciamento, e conseqüentemente com as empresas privadas que atuam no “mar” – logo, no espaço dos pescadores -, as empresas petrolíferas.

1.1 – Histórico de Formação das Organizações Políticas Pesqueiras

As formas de controle estatal sobre os pescadores até meados do século XIX estavam circunscritas às esferas de poder municipais, ocorrendo uma autonomia de regras locais das vilas, cidades ou pequenas aldeias para os sistemas de comercialização do pescado. Em âmbito nacional foi a partir

¹ É importante ressaltar que a fiscalização no mar é de responsabilidade do Ministério da Marinha, principalmente nas questões referente à segurança na navegação, podendo esta aplicar multas às embarcações que apresentem irregularidades neste quesito. Também é este órgão que realiza cursos nas categorias de Pescador Especializado (PEP) e Condutor Motorista de Pesca (CMP), dando-lhes o direito de tripular embarcações e comandar embarcações. Também é este Ministério, através da Capitania dos Portos, responsável por todos os registros das embarcações pesqueiras podendo ou não legalizá-las.

de 1840 que surgiram as primeiras legislações para o setor pesqueiro relacionadas exclusivamente às demandas militaristas, dentro de um contexto de precariedades da Armada Imperial em executar a defesa das fronteiras do país (Diegues, 2004). Esta instituição carecia de quadros condecorados e capazes de atuar nas fronteiras marítimas e se utilizava, em sua maioria, de tropas de mercenários e formadas por ingleses as quais, evidentemente, não se podia manter durante muito tempo, além de contar com um corpo muito reduzido de pessoas.

Diante deste quadro, foi adotada uma medida importada da França: a de inclusão dos pescadores nacionais na reserva naval da Marinha de Guerra criando-se, assim, por volta de 1845 e 1846 a “Inscrição Marítima”. Com esta medida, todos os profissionais marítimos eram obrigados a se “apresentarem anualmente nas capitâncias dos portos de sua localidade de modo a se ter um controle estatístico sobre eles para, assim, recrutá-los de acordo com os interesses da Armada” (Diegues, 2004).

Como afirma Diegues (2004), as intervenções sobre o setor pesqueiro foram se conformando de acordo com os interesses militares em um primeiro momento, e conjugados, em um segundo, com os da burguesia que buscava modernizar os meios de produção pesqueiros e inserir uma nova ética do trabalho nas relações produtivas.

Estes diferentes interesses ficam mais claros quando analisamos o processo de formação das colônias de pescadores no Brasil, o qual se mescla com a própria história do setor, visto que estas organizações refletem um histórico de lutas pelo controle político dos pescadores. Para analisar este processo é necessário compreender a dimensão de inter-relações locais e globais existentes no contexto histórico em que foram criadas, no qual estavam em jogo muitos interesses deslocados no tempo e no espaço. Dimensões estas associadas às condições onde “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distante deles” (Giddens, 1991).

As constantes intervenções da Marinha de Guerra sobre os pescadores que, como veremos, se estenderam por um longo período, foram as principais causas que influenciaram a formação das colônias de pescadores. Segundo Diegues, não foram passivas as reações dos pescadores diante dos recrutamentos que se faziam pelo sorteio da “gente do mar”, instituído pela primeira lei de recrutamento da República para a Armada, originando alguns conflitos com os pescadores e demais

trabalhadores marítimos que resistiam ao recrutamento forçado. Para a diminuição ou resolução destes conflitos foram então criadas as colônias que, segundo o autor, surgiram como estratégia da Marinha para transformar sua imagem de “algoz” para a de “protetora” dos pescadores.

Verifica-se também na origem da formação das colônias de pescadores outros tipos de interesses, sejam comerciais, científicos ou associados a outras esferas de controle estatal. Em 1912 foi criada a Inspetoria Federal da Pesca pelo ministro da agricultura Pedro Toledo, com o que se objetivava produzir conhecimentos e o controle desta atividade, visando o potencial econômico da produção pesqueira. Segundo Moraes (s.i.) apesar do país possuir um vasto litoral e uma grande quantidade e diversidade de águas interiores, no começo do século XX foi necessário a importação de peixes.

Neste contexto, foi desenvolvida a “Campanha do navio *Annie*” para pesquisas sobre as espécies de peixes comestíveis e de valor comercial. Esta campanha contou com a parceria privada através da participação dos armadores na ajuda financeira para o trabalho (Faria, 1997). Outro exemplo do interesse sobre a produção de conhecimento técnico sobre a pesca é a produção científica produzida na época, como o caso de uma defesa de doutorado na Faculdade de Medicina da Capital, em 1902, de uma tese intitulada “Pesquisas Ictiológicas na Baía do Rio de Janeiro”. Outros estudos acadêmicos foram feitos, assim como se iniciou a produção de relatórios técnicos que “serviam como base para a sustentação e promoção de programas estatais de racionalização e incremento da produção pesqueira” (Bizerril, 2001).

A mesma lei que criou a Inspetoria de Pesca determinava a criação das colônias de pescadores. Em 1919, foi criada a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral que organizou a chamada Missão Villar, realizada com o envio do cruzador José Bonifácio² para navegar por toda a costa brasileira, com a missão de nacionalizar a pesca e os pescadores, organizar os serviços de pesquisas oceanográficas e implementar o “saneamento” das populações de pescadores. A idéia de saneamento representava “o que na ideologia dominante de caráter reducionista, consistia em assegurar a saúde, fornecer instrução e incutir civilismo, ou seja, incorporá-los às forças produtivas da nação” (Faria, 1997). Entre os anos de 1919 a 1922, a missão organizou cerca de oitocentas

² Para saber sobre a “Missão Villar” ver Callou (1994). O autor demonstra em seu trabalho como as colônias de pescadores mantiveram durante muito tempo, e algumas ainda mantém ligações simbólicas com a Marinha em virtude do histórico de criação das mesmas e pela permanência que teve a presença desta instituição nos quadros administrativos destas organizações pesqueiras.

colônias e matriculou cerca de mil pescadores. Segundo Callou (1994), a perspectiva de modernização do setor pesqueiro teve início com a Marinha através da Missão Villar que difundia, já na época, a necessidade de industrialização da pesca.

Na região pesquisada, as primeiras colônias a serem criadas foram a dos pescadores “artesanais” dos municípios de Niterói e São Gonçalo, onde, segundo seu presidente, a colônia foi fundada “*em 1919 pela Marinha de Guerra*”; a de Arraial do Cabo, fundada em 1921, e a de Cabo Frio, que existe desde 1934, segundo seus dirigentes.

Neste movimento, foi criada em 1921 a Confederação dos Pescadores do Brasil, e em 1923 os primeiros estatutos das colônias, da Confederação e das Federações dos Estados, consolidando suas criações. Todos os pescadores para exercerem sua profissão deveriam, obrigatoriamente, pertencer às colônias. Segundo o estatuto desta época, as colônias foram criadas com a finalidade de “reunir por laços de solidariedade fraternal os pescadores brasileiros natos e naturalizados, que se dediquem à indústria da pesca, promovendo a instrução, o auxílio mútuo e a prosperidade das suas famílias” (art 2º).

A afirmação de “pescadores brasileiros natos e naturalizados” estava em consonância com uma política de nacionalização que teve como um dos seus ápices a chamada Lei dos dois terços, de 1930, determinando que, em cada grupo de três trabalhadores dois fossem brasileiros. Esta lei está relacionada a um componente antilusitano do nacionalismo da época e firmava uma disputa de empregos com os portugueses. Um dos reflexos desta política sobre a pesca foi a expulsão de vários trabalhadores portugueses do mar, pois estes se recusaram a trocar de nacionalidade (Faria, 1997).

No ano de 1933, os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram novamente para o controle do Ministério da Agricultura, quando foi instalado o Serviço de Caça e Pesca pertencente à Divisão de Caça e Pesca do Departamento de Indústria Animal, atrelando todos os pescadores a esta Divisão. Para Callou (1994), as políticas governamentais de desenvolvimento para a pesca tiveram uma maior visibilidade com a elaboração do Código de Caça e Pesca em 1934 e, principalmente, com a criação da Caixa de Crédito da Pesca em 1938, cuja função era financiar a pescadores e armadores todos os insumos necessários para a atividade

pesqueira, como combustíveis, motores marítimos, aparelhos de pesca, roupas e calçados adequados, gêneros alimentícios e até pequenas embarcações. (p. 231).

Porém, em 1942, as colônias passam novamente para a jurisdição do Ministério da Marinha, medida influenciada novamente por influências militaristas, considerando-se o contexto da segunda guerra mundial, subordinadas aos Comandos Navais e às Capitanias dos Portos para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais, permanecendo o fomento e a orientação técnica a cargo do ministério da Agricultura.

Neste mesmo ano foi criada a Instituição da Comissão Executiva da Pesca, caracterizando-se como uma forte intervenção estatal na pesca³ que durou apenas três anos, e tinha como objetivos “munir-se da infra-estrutura necessária à produção, transporte, conservação e beneficiamento do pescado; fazer a comercialização; e financiar pessoas físicas ou instituições que se dedicassem à pesca ou indústrias similares” (idem).

A partir de 1962, ano em que foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE⁴, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura cujo objetivo era o de desenvolvimento da pesca - sendo extinta a Divisão de Caça e Pesca -, deu-se início a uma política mais intensa de modernização do setor pesqueiro. Esta intensificação da pesca considerada industrial ocasionou várias interferências nas práticas pesqueiras de menor escala, como veremos no Capítulo 2 desta dissertação, que são reconhecidas pela legislação e estudiosos do setor como formas de pesca “artesanal”. Como veremos é muito em função da oposição à indústria pesqueira, por diferenciação, que se utiliza a categoria “artesanal” como uma categoria política de disputa com aquele setor.

Como veremos no segundo capítulo, a estratégia de modernização não alcançou os objetivos almejados, haja vista a introdução de muitos investidores oriundos de outros ramos que nada entendiam da atividade pesqueira, os quais se aproveitaram dos incentivos governamentais, na forma de incentivos locais que, mesmo assim, não foram capazes de impedir a falência de 40% das empresas beneficiadas (Callou, 1994). Por esta razão e pelo fato da pesca “artesanal” ter sido a responsável por mais de 50% da produção nacional, houve uma tentativa do governo de

³ Justificada segundo Callou (1994) citando Diegues, em virtude de um racionamento de carne bovina em função da ii Guerra Mundial, o que valorizou a produção do pescado.

⁴ Que substituiu o Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CODEPE, criado em 1961.

desenvolver a atividade “artesanal”, sendo a principal política desenvolvida a da criação do Plano de Assistência a Pesca Artesanal – PESCART, em 1974, e que durou até 1983⁵.

Como vimos e como analisado por Maldonado em um livro produzido em 1986⁵ sobre os pescadores do mar, a responsabilidade do setor pesqueiro esteve atrelada no decorrer da história a dois ministérios, o da Marinha e o da Agricultura demonstrando, assim, o caráter ambíguo das colônias enquanto associações representativas de uma categoria de trabalhadores e, ao mesmo tempo, enquanto aparelho de Estado (Maldonado, 1986, p. 50).

A pesca e seus assuntos oscilam constantemente entre a alçada do Ministério da Marinha e a do Ministério da Agricultura. Enquanto auxiliares potenciais das forças navais, os pescadores estão obrigados a pertencer à colônia do lugar em que vivem e ser matriculados na Capitania dos Portos de seu Estado, onde devem também registrar seus botes e aparelhos de pesca. Por outro lado, ao Ministério da agricultura compete aprovar a organização das colônias, empossar seus dirigentes e supri-las com recursos financeiros, além de fiscalizar suas atividades. Estes dois níveis – financiamento e fiscalização – são da jurisdição da SUDEPE (...).

(Maldonado, 1986, pp. 49, 50).

Toda a população ligada ao trabalho da pesca como atravessadores, armadores, carpinteiros, artesãos de redes e outros podiam ou podem ainda fazer parte das colônias nos mesmos termos que os pescadores. Adeptos da pesca de lazer, proprietários de terrenos na praia, donos de barcos e outros indivíduos podiam afiliar-se às colônias se assim o desejassem. Por esta razão muitos pescadores abandonaram as colônias, já que estas não funcionavam como associações de uma categoria de trabalhador. Dentro dos jogos de poder interno das colônias, com envolvimento de políticos, militares e grandes donos de barcos, os pescadores raramente conseguiam ocupar cargos administrativos (Maldonado, 1986).

Como relata Diegues (2004) os primeiros líderes das colônias eram pessoas que tradicionalmente já exerciam autoridades nas localidades pesqueiras, geralmente ligados aos postos de patrões dos

⁵ Época em que a pesca estava sob responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), substituído em 1989 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Renováveis (IBAMA), e em 2003 pela Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura (SEAP).

comércios do pescado locais, mantendo-se as relações tradicionais de dominação dentro destas instituições. Porém esta conjunção durou pouco, sendo os cargos de presidência e administração ocupados por industriais que atuavam inclusive em outros ramos, como se verifica no caso relatado pelo autor, que ocorreu no Estado de Pernambuco.

Em Pernambuco, os comissários começaram a ser parcialmente afastados das diretorias de colônias por volta de 1925, e definitivamente após 1927. Neste último ano, torna-se presidente da confederação daquele Estado o senhor Antônio Cardoso da Fonte, comissário, não de peixe, mas de açúcar e álcool, dono da maior frota de “auto-caminhões” de Pernambuco – 16 ao todo – e proprietário de dois barcos de pesca de grande porte. Ademais, ele havia sido prefeito da cidade marítima de Serinhaem, litoral Sul de Pernambuco, no início da década de 1920. Tão logo assume seu posto, Cardoso da Fonte afasta todos os comissários de peixe das presidências das colônias e os substitui por militares, políticos locais e “letrados” médicos, advogados e professores”. (Diegues, 2004, p.42)

Muitos autores quando tratam da questão da criação das colônias de pescadoras analisam, principalmente, a questão do controle estatal sobre as organizações através de diferentes instâncias, como algo essencialmente prejudicial historicamente para os interesses dos pescadores, concentrando-se nos argumentos de falta de autonomia e de representatividade. Estes argumentos se confirmam quando, através da pesquisa, percebemos que uma das motivações dos pescadores no engajamento político para a construção de um movimento social foi a conquista do controle sobre os seus sistemas de representação, as colônias, federações e confederação, como veremos mais adiante.

Porém, é significante se destacar um outro aspecto da importância da criação das colônias do ponto de vista dos pescadores entrevistados, que diz respeito a uma percepção positiva sobre a ação do Estado. Esta percepção tem relação direta com ações entendidas como “assistenciais” como a criação de um Entreposto de Pesca Federal pela Marinha⁶ em 1924, no Rio de Janeiro - atualmente inexistente e muito solicitado -, acesso a médicos e dentistas, acesso a créditos e aposentadoria para

⁶ Callou (1994) ressalta que as políticas implementadas por esta instituição na época em que centralizava o poder sobre as colônias, ajudaram a manter viva sua presença nestas organizações.

o pescador (todas elas demandas atuais das organizações pesqueiras), em contraposição a uma idéia de “abandono” que viria posteriormente com a criação da SUDEPE.

A colônia daqui foi criada para dar assistência ao pescador. Porque a colônia, antes, era gerenciada pela marinha. Então a marinha dava um outro tipo de assistência ao pescador, às comunidades. Colocava médico à disposição, colocava tudo à disposição das comunidades. Então, as nossas colônias, era a marinha que indicava o pessoal da confederação nacional, indicava para as federações, indicava para as colônias, porque eles eram oficiais de marinha, eles ganhavam para isso. Depois de 64 pra cá eles abandonaram tudo, então as colônias ficaram ao Deus dará (...).

(relato do presidente da Colônia de Pescadores Z-8 do município de Niterói, 2005)

Esta percepção também aparece no estudo de Duarte (1999) sobre a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba, no município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o autor, na percepção dos pescadores locais, a reativação destes órgãos dentro de um sistema de assistência e previdência social outorgado aos “pescadores” no Governo de Getúlio Vargas foi considerado como uma “idade de ouro”. Isto porque o registro na colônia significava os primeiros acessos a direitos como assistência médica gratuita na Policlínica da Praça XV e a inscrição no IAPM (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Marítimos), bem como tornava os associados habilitados para obtenção de empréstimos pela Caixa de Crédito da Pesca; como vimos anteriormente, criada em 1938⁷.

O autor não deixa de ressaltar, também, a representação exterior sobre as condições do trabalho na pesca que impõe nas regulações estatais implantadas para o setor, já que o estado “encara as populações pesqueiras do país como uma única e mesma massa indiferenciada, pensada como unidade por referência à idéia de ‘pesca’ enquanto atividade produtiva específica, mas homogênea” (Duarte, 1999, p. 37). Essa falta de conhecimento a respeito das condições de produção e da prática da atividade pesqueira, juntamente com o esforço para o desenvolvimento capitalista do setor tem resultado em uma inadequação das políticas públicas voltadas para a pesca como no caso da PESCART, e de outras ações governamentais como veremos mais adiante.

⁷ É muito importante ressaltar que somente os associados às colônias poderiam ter acessos a tais serviços, bem como só aqueles que estivessem em dia com tais organizações, prática que atualmente continua valendo, como veremos mais adiante, e que é um dos principais focos de conflitos com as associações de pescadores.

Mas, por outro lado, como ressalta o autor, essa “demarcação ideológica exterior” acaba por reforçar a identidade de pescador como uma categoria de trabalhador, o que ocasiona um aumento de dignidade, já que freqüentemente estes trabalhadores eram considerados “rudes”, “ignorantes” e “atrasados”, imagens que ainda persistem no imaginário social, como apontado pelos próprios entrevistados.

Segundo os relatos das lideranças entrevistadas, ter a imagem do pescador associada a termos como cachaceiro, beberrão, mentiroso, vagabundo ou violento, é ainda bastante comum, inclusive em instâncias oficiais, como reuniões com autoridades. Dois relatos de lideranças entrevistadas são representativos desta questão.

(...) me foi colocado o seguinte: Pugas, porque você está lutando intransigentemente por esse objetivo? Já que, se esse objetivo for realizado, o pescador vai beber tudo de cachaça (...) Porque esse tipo de conceito, ele é repugnante, é uma forma de discriminação. E isso tem que acabar. Eu acho que as pessoas precisam ter mais consciência e pesar mais aquilo que fala. Essa coisa desse estigma que o pessoal tem. Você tem que perder esse estereótipo que se criou para o pescador. Primeiro que ele é um vagabundo, porque ele vive na beira da praia. E a outra é que ele é um cachaceiro, que também é mentira (...). (relato do Presidente da FEPERJ - 2005).

(...) Eu já retaliiei, inclusive, autoridades numa mesa, pois foi dito que era história de pescador e eu disse: Pode ser história, mas a gente reage. Os preconceitos são esses e oriundos de outras pessoas que não entendem a nossa forma de viver e se relacionar. As pessoas que não conhecem tendem a ter preconceitos (...). (relato do presidente da Colônia de Pescadores Z-22 do município de Rio das Ostras – 2005).

No ano de 1973, é aprovado pelo Ministério da Agricultura um novo estatuto para as colônias de pescadores. Porém, continua o problema de homogeneização da categoria pescador, podendo se associar à colônia de pescadores “artesanais”, pescadores “empregados”, armadores, industrias de pesca, pescadores esportivos, etc. E os dirigentes das colônias continuam sendo indicados pelo Ministério, sendo muitas na época dirigidas por militares, políticos e armadores.

Foi por esta época que a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPE RJ) foi criada, segundo relato do atual presidente, dentro de um contexto reconhecido por ele de forte interventionismo do governo nas entidades representativas dos pescadores, como já dito anteriormente. Segundo seu depoimento até o início da década de 1990 a forma de representação dentro das colônias, federação e confederação ainda: *era muito subalterna, ela estava muito ligada aos interesses (...) Orientada pelo próprio governo, uma intervenção pesada do governo. Hoje, há uma concepção filosófica que norteia nosso trabalho de forma diferente buscando a auto-suficiência da atividade e um grau de dependência cada vez menor dos órgãos públicos (...).*

Somente com a promulgação da Constituição de 1988, houve a possibilidade de autonomia dos pescadores sobre suas representações sociais, quando a colônia foi equipara aos sindicatos rurais, ganhando, assim, configuração sindical. A partir desta data as colônias ganharam autonomia para aprovarem seus próprios estatutos, podendo definir as categorias de trabalhadores que tem o direito de ser associados, o que abre a possibilidade de derrubar a homogeneização atribuída ao universo do trabalho na pesca. E, além da possibilidade de reestruturação das colônias, houve uma conquista do direito de livre associação, o que resultou na criação de diversas associações na década de 1980.

É em meados da década de 80, anterior a promulgação da constituição e o que possibilitou a conquista citada, que o movimento social dos pescadores ganha visibilidade (Cardoso, 2001) dentro de um contexto maior de movimentos de trabalhadores no país. Nos anos de 1980, no Estado do Ceará, surgem várias entidades, dentre elas a Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Pescadores do Ceará (MOPECE) e o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), que começaram a organizar os pescadores “artesanais” para reivindicar melhores condições de trabalho, apoio à pesca “artesanal” e direitos humanos⁸.

Cardoso (2001) considera como marco para análise o chamado Movimento da Constituinte da Pesca, iniciado em fins de 1984 convocados pela Confederação Nacional dos Pescadores e o Seminário sobre Pesca, realizado em Brasília em 1985.

No ano de 1984 ocorre a IV Assembléia Nacional dos Pescadores, onde pescadores, agentes pastorais vinculados à comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro,

⁸ Para saber mais sobre o movimento social nacional dos pescadores ver CALLOU (1986)

discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria (colônias, federações estaduais e confederação). Este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos de 1980. (Cardoso, 2001).

Cerca de 400 pescadores participaram do seminário sobre pesca que ocorreu em 1985. Somente 3 minutos foram reservados para a participação dos pescadores em exposições de 15 minutos sobre Sistema de Representação Profissional dos Pescadores, Legislação Pesqueira, Desenvolvimento Pesqueiro, Políticas Sociais e Previdência social. Este fato causou uma forte decepção entre eles, que originou uma reação durante o seminário revertendo a situação.

(...) O seminário foi no Irineu Ramos, no auditório dos deputados federais lá em Brasília. Uma base de setecentos, quase oitocentos pescadores. Ao todo tinha mais de 1000 pessoas entre deputados, senadores, técnicos e... E foi aí que nesse momento os pescadores deram um grito muito forte e os deputados não esperavam o que aconteceu lá em Brasília. A partir daí as colônias começaram mais a se entusiasmar, os pescadores e o que aconteceu no seminário, foi fantástico, pescadores como eu que saíram daqui levantar a voz lá em Brasília (...). (Antônio Gomes dos Santos - Toinho – Penedo AL). (Cardoso, 2001, p. 104, 105).

Segundo Silva (1993), em alguns Estados não houve eleições dos delegados e os deslocamentos para as reuniões do movimento dificultavam a participação dos pescadores, que ainda contavam com opositores na categoria, como presidentes de Federações de São Paulo e Pará, por exemplo, que boicotavam o movimento.

Na época da constituinte, o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores foi indicado pelos pescadores, ainda que nomeado pelo Ministro, formalizando o processo de convocação da Comissão Nacional Constituinte da Pesca em meados de 1985.

A Confederação Nacional de Pescadores fez uma convocação a todas às federações Estaduais, encaminhando a realização de assembleias que elegessem delegados para compor um grupo que veio a denominar-se de “Movimento Constituinte da Pesca”. Este movimento teve como finalidade discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a

inclusão das propostas dos pescadores “artesanais” na nova Constituição. “Na capital federal, os pescadores artesanais somavam com outras categorias de trabalhadores urbanos e rurais, entre eles agricultores, professores e outros, que também reivindicavam seus direitos sociais e políticos”. (Moraes, s.i.).

Toda esta mobilização resultou na conquista citada acima de equiparação das colônias aos sindicatos dos trabalhadores rurais na Constituição Federal de 1988. “Abriram-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-se à realidade de seus municípios”.(Moraes, s.i.).

Este movimento de busca de autonomia nas representações dos pescadores e pelo reconhecimento dos pescadores enquanto sujeitos políticos que apresentam propostas a serem incluídas na nova Constituição, fortaleceu um acúmulo de capital político das lideranças pesqueiras na sua interação com o Estado.

1.2 – Os Principais Órgãos Reguladores do Setor: IBAMA e a SEAP

O meio Ambiente nas Políticas Públicas Pesqueiras – O IBAMA

Em 1989 a Lei 7735 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Interior e extingue a SUDEPE, passando o fomento e ordenamento da pesca para o Instituto. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades governamentais responsáveis pelas políticas ambientais do País até então: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Superintendência da Pesca (SUDEPE) - que em 1992 tornou-se um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o qual fora criado neste mesmo ano.

Essa passagem de atribuições para o IBAMA aproximou a discussão sobre as políticas pesqueiras da política ambiental, dentro de uma preocupação conservacionista, que justifica a implantação de medidas fiscalizadoras e punitivas - focos de conflitos com os pescadores -, e, afastou-a das demais

esferas. As áreas mais ligadas à economia pesqueira, tais como fomento, crédito e comercialização não tiveram tanta atenção deste órgão.

A pesca e seus assuntos passavam a deixar de oscilar entre o Ministério da Marinha e o da Agricultura, para ficar entre este último e o Ministério do Meio Ambiente, visto que, em 1998, ocorreram disputas internas governamentais pela gestão dos recursos pesqueiros. Considerando as preocupações conservacionistas das políticas ambientais, a manutenção do estoque pesqueiro foi atribuída ao MMA e seu fomento ficou sob responsabilidade do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Este último criou, ainda em 1998, o Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA); e, em 2001, o MMA criaria a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA. Com a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP -, em 2003, saiu de cena o MAPA ficando suas atribuições a cargo desta secretaria, mas continua com o IBAMA a responsabilidade do estoque pesqueiro.

O IBAMA por possuir atribuições de fiscalização ambiental sobre a atividade, exerce o poder de apreender barcos e instrumentos de pesca, bem como o de aplicar multas para os casos de não conformidade às suas regras (definição de épocas de defeso⁹, de práticas apropriadas de pesca, tamanho das espécies capturadas, etc). Por esta razão, e por não aplicar ações educativas ou alternativas, para os pescadores o IBAMA tem funcionado muito mais como um órgão repressor do que regulador da atividade.

(...) o IBAMA deveria ser mais educativo e não punitivo (...). (relato do presidente da colônia de pescadores de Rio das Ostras, 2005).

(...) Porque eu digo o seguinte: eu quero que você pare de pescar camarão porque eu vou te dar uma alternativa para isso, Mas o que eu tenho que fazer? Eu não posso parar esse homem se eu não estiver com a alternativa pronta. Então o que eles fazem? Eles querem proibir. Eu acredito que, dentro da filosofia do IBAMA, ele tem uma filosofia de proibir, proibir tudo (...). (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

⁹ Período de proibição da pesca para preservação de uma espécie marinha ou lacustre.

Os relatos das lideranças denunciam a ausência de um ordenamento pesqueiro devido ao sucateamento deste órgão, incluindo a falta de qualificação e conhecimento dos fiscais sobre a pesca.

(...) O batalhão não tem muita habilidade com a pesca, apesar de atuar na pesca. O IBAMA é um órgão sucateado, poucos funcionários. São 240 para todo o estado. E tem fiscal que é enganado. O pescador fala para ele que o que ele está pescando não é tainha pequena e sim parati. E o fiscal acredita porque não conhece peixe. Então existe essa falta de qualificação dos fiscais (...). (relato do diretor da UEPA, 2005).

Os próprios fiscais do IBAMA, como no caso da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, reclamam da falta de estrutura e de condições para exercerem seus trabalhos¹⁰. Muitas vezes, um ou dois funcionários recém concursados, que podem ter vindo de diversas áreas, considerando-se a não exigência para prestar concurso e ser aprovado de demonstrar experiência ou conhecimento mais aprofundado na área ambiental, assumem funções de fiscais de enormes áreas territoriais e marítimas, sem a infra-estrutura adequada.

Os pescadores reclamam das definições dos técnicos desta instituição de regulação e determinação de regras para as pescarias. Eles afirmam, por exemplo, que as datas estipuladas para a reprodução das espécies, ou em alguns casos, que a definição do tamanho mínimo para a captura do pescado, não correspondem à realidade das espécies que eles estão acostumados a pescar.

Fica claro para os pescadores que a função do IBAMA está mais voltada para o meio-ambiente do que para a pesca, o que acabou em suas percepções por excluir as entidades representativas da pesca dos debates sobre a atividade. Além disso, por ser um órgão “sucateado”, com poucos funcionários e não qualificados, bem com diante dos escândalos de corrupção¹¹, ocorre um descrédito dos

¹⁰ A ausência de recursos do IBAMA destinados à reserva é confirmada pelo analista ambiental do próprio órgão: “o envio de verba é praticamente nulo nos últimos 30 meses, é uma situação complicada em termos de manutenção administrativa, física e pra pôr a Reserva pra funcionar como deveria. Fiscalização captura, equipamento”.

¹¹ Vide as recentes prisões efetuadas no Rio de Janeiro, em função da descoberta de práticas de corrupção por parte dos fiscais do IBAMA, que foram presos no dia 30 de agosto de 2006 pela Polícia Federal.

pescadores com relação à instituição mesmo em sua função de protetora do meio e, inclusive, pelas suas falhas na fiscalização da pesca considerada predatória.

(...) então nós enfrentamos problemas de desmatamento do manguezal, pesca predatória dentro dos rios, no mar; rios assoreados, lodo de usina sendo jogado no rio, desmatamento da mata ciliar na beira dos rios onde causa assoreamento e a ausência de fiscalização, você grita socorro e ninguém ouve (...) de vez em quando vem barco de fora grande, traineiras atracar aqui na beiradinha da praia, traz sérios problemas e a gente não tem a quem recorrer (...).(relato do presidente da colônia de pescadores de São Francisco de Itabapoana, 2005).

As lideranças têm propostas para melhorar a atuação do órgão ambiental. Em termos institucionais, sugerem mudanças nos recursos humanos, mais proximidade com as “comunidades” e entidades pesqueiras e menos “politização” na estrutura interna e propõem a participação das colônias e federações estaduais na indicação de cargos para o IBAMA, combatendo o “favorecimento político”.

(...) A instituição tem que passar por uma reformulação de pessoal, ser menos politizada e estar mais junto da comunidade. Nesse último ano de governo estamos tentando trabalhar junto do ibama. Está mudando o superintendente do ibama. Então vamos ver se as regionais da instituição trabalhem junto com a gente. Nós falamos que se deixarem a gente trabalhar junto com eles, nós faremos a diferença (...). (relato do coordenador da UEPA, 2005).

(...) Olha, para haver uma aproximação eu acho que teria que ter alguém das colônias lá no estatuto deles, lá dentro, indicado por nós. Quem tem que indicar os dirigentes do “IBAMA” são as colônias reunidas, são as federações que têm que indicar o dirigente lá pra dentro. Não é um político, agarrar um qualquer que a gente não sabe nem quem é e aí, bota ele aí dentro como presidente do IBAMA. Isso é que é o mal do país (...). (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

Em reuniões públicas com a presença do IBAMA, sejam audiências para atividades de petróleo ou Conferências de Pesca, tornou-se comum a vaia dos pescadores aos representantes desta instituição, demonstrando a uma falta de credibilidade e respeito com esta .

A criação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca – SEAP

Embora fosse uma reivindicação antiga dos pescadores¹², somente em 2003 uma secretaria especial para a pesca seria criada, sob o reconhecimento do governo Lula da “omissão histórica” dos governos brasileiros em relação à pesca. Por medida provisória, foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), um órgão que tem caráter de ministério, com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no País.

Apesar do reconhecimento da importância da criação desta Secretaria - afinal um órgão voltado especialmente para o setor com um Ministro discursando sobre a dignidade do pescador¹³ -, algumas lideranças das organizações de pesca criticam a continuidade de antigos problemas. A critica já começa pela escolha de um “de fora” para o cargo de Secretario Especial, pessoa que não entende a atividade pesqueira, e que está atrelado aos interesses dos “armadores” e empresas de pesca, já que uma das principais ações da secretaria foi, novamente, a modernização da frota pesqueira.

(...) Mas até hoje essa secretaria não está cem por cento, porque se cria uma entidade tem que se colocar uma pessoa que entende do assunto, assim que tinha que ser feito. O negócio foi politicamente inviável. Boa vontade ele tem, mas não acerta a mão porque não sabe como fica a situação do pescador, ele não sabe o caminho porque nunca sofreu na carne as consequências desse tipo de trabalho. É muito complexo, existem vários tipos de pesca. Eles não sentam para conversar com a classe pesqueira, não reúnem com a classe mais baixa, só quando é política (...). (relato do presidente da colônia de pescadores de Cabo Frio, 2005).

¹² Durante a realização do V Encontro Nacional dos Pescadores organizado em Olinda pelo MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) em 1991, surgiu uma reivindicação para criação de uma Secretaria Especial para lidar com as questões pesqueiras: “Seja criada uma Secretaria de Pesca, independente de Ministérios, que se estenda aos Estados e Municípios. Essa Secretaria deve desenvolver uma política de pesca nacional com a participação de segmentos da sociedade que representam a pesca artesanal, juntamente com o Conselho deliberativo para acompanhar a secretaria”.(MONAPE, 1991, trecho retirado de Cardoso, 2001, pg 114).

¹³ Conforme assinalado pelo Secretario Jose Fritsch a realização do cadastramento e identificação de todos os pescadores do país foi feita “de modo a transformá-los em sujeitos e objetos de políticas e resgatar a ‘cidadania’ e a ‘dignidade’ do pescador”. (Deborah, 2003, pg 116).

Um dos primeiros passos da Secretaria foi a realização do cadastramento e identificação de todos os pescadores do país. Este recadastramento dos pescadores exigido pela SEAP vem sendo feito pelas colônias e associações, com o principal objetivo de coibir as irregularidades na liberação de benefícios. Entretanto, a burocracia do recadastramento e a carga de trabalho sob responsabilidade das entidades é alvo de críticas: os custos altos com a documentação exigida, a dificuldade em excluir os falsos pescadores e o pouco tempo para cumprir as exigências de legalização.

(...) Agora mesmo mandaram um cadastramento pra gente. Nós não temos condição financeira de tocar e encaminhar os pescadores. Agora chegam quatro folhas que tem que reconhecer, registrar em cartório chegando a quase R\$ 30,00 e mandar pra eles. Ao invés deles trazerem uma solução, eles trazem mais trabalho pra nós e fica difícil (...). (relato do ex-presidente da Associação de pescadores de São João, 2005).

Apesar das críticas, as lideranças consideram a SEAP um avanço para a categoria, mas com ressalvas quanto à sua atuação até o momento. Assim como em relação ao IBAMA, propõem uma proximidade maior da secretaria com as “comunidades” pesqueiras artesanais na formulação das políticas públicas, assimilando o conhecimento próprio dos pescadores, o “saber tradicional” e visando um entendimento maior das especificidades locais.

(...) a SEAP é muito importante. É a possibilidade de garantir as gerações futuras. Ela vem com uma outra política de atuação, um caminho mais delineado para a pesca e aquicultura. Mas, porém falta eles estarem adaptados às necessidades de cada localidade. A sociedade civil tem que reivindicar seus direitos. A SEAP nós vemos com bons olhos, mas no Rio de Janeiro ela deixa a desejar. Falta estar mais próximo das comunidades (...). (relato do coordenador da UEPA, 2005).

As opiniões sobre a atuação da SEAP variam entre as diversas lideranças, umas mais descrentes outras mais entusiasmadas. A maioria entende que a Secretaria não tem a estrutura necessária, nem recursos disponíveis que permitam a execução plena das demandas e criticam a indefinição e falta de agilidade dela.

A postura de crítica à Secretaria de Pesca fica clara no e-mail transscrito abaixo, enviado como um informe sobre a realização de uma Assembléia,,de um representante da União Estadual dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (UEPA), organização criada recentemente no Estado por oposição a atuação da Federação (veremos melhor esta questão no Capítulo 3 desta dissertação).

Repasso a informação a todos novamente dizendo que este encontro mostrasse mais do que uma troca de informação e sim o princípio de nossa organização no Estado e futuramente a nível Nacional, breve estaremos na porta do congresso expressando a organização de classe que nosso presidente da Republica vem discursando e mostraremos a continuidades das falhas gravíssimas de desmobilização social que muitos a frente de órgãos públicos tem causado a nossa classe, chegou a hora e momento de mostrarmos nossa cultura e nossa força de lutar por dia melhores de nossa comunidade como fazemos no dia a dia de nossas vidas e de nossos familiares. As dificuldades são impostas para que possamos vencê-las e agradar a nosso Deus que nunca deixou faltar nada. Vamos unidos para esta nova empreitada, ficamos felizes a cada dia de poder enxergar camaradas como todos vcs doando seu precioso tempo em busca da Organização Social, ou seja, UMA FORTE FERRAMENTA DE TRABALHO! Um grande abraço a todos!!! (...) Chico Pescador e Raimundo Nonato (e-mail recebido no dia 15/02/2005, informando a realização de uma Assembléia Ordinária da organização).

Percebe-se uma ambigüidade nos discursos sobre a SEAP, ora valorizando-a ora criticando-a. Para o coordenador de pesca da UEPA, as ações da SEAP nos primeiros dois anos do governo Lula foram direcionadas para a pesca comercial e industrial, mas a partir de 2005 voltaram-se mais para investir na infra-estrutura da pesca “artesanal”.

A 1^a Conferência Nacional de Pesca ocorrida em Brasília no ano de 2003 e a 2^a Conferência ocorrida em 2006 foram vistas como espaços privilegiados para o levantamento de demandas fundamentais para o setor de pesca “artesanal”. Porém ainda com desconfianças sobre a eficácia dos projetos e planejamentos apresentados e discutidos.

1.3 – A interação com o setor do petróleo

(...) a relação do setor pesqueiro com a atividade de petróleo... Ela, no princípio, se iniciou com o pescador não

dando muita atenção, mas com o desenvolvimento do tempo, a dinâmica ocupacional das estruturas de posição em áreas tradicionais pesqueiras, começou a nos trazer problemas.

(relato do presidente da FEPERJ, 2005)

As atividades de pesquisa, exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural desenvolvidas em bacias *offshore*, precisam ser licenciadas por órgãos ambientais de competência federal. Durante o processo de licenciamento, são desenvolvidos estudos ambientais submetidos à aprovação do IBAMA, que diagnosticam a região onde serão desenvolvidas as atividades, com o intuito de avaliar a dimensão dos “impactos” destas sobre o meio ambiente e de propor medidas de controle e compensação ambientais que minimizem tais interferências.

O IBAMA emite Termos de Referência para a realização de tais estudos, com as especificações das questões que deverão ser abordadas. Para o meio socioeconômico, geralmente, são solicitadas informações a respeito das principais atividades econômicas desenvolvidas na área do empreendimento, com especial atenção para a pesca e o turismo, identificadas como desenvolvidas em territórios marítimos, e dos grupos sociais (Poder Público, ONGs, Organizações de Pesca, Instituições de Pesquisa) existentes nos municípios considerados como “Área de Influência do Empreendimento”, que geralmente são aqueles confrontantes com os locais onde serão instaladas as plataformas e que se caracterizam como “interessados” em se envolver no processo.

Os estudos ambientais são realizados por empresas privadas de consultoria contratadas pelos empreendedores, através de uma equipe multidisciplinar habilitada que se responsabilizará pelos resultados do estudo, como contextualizado na introdução desta dissertação. Essa equipe deverá atender às questões apresentadas no Termo de Referência, tanto para os diagnósticos quanto para a avaliação dos “impactos” e formulação de medidas de controle e “compensação ambiental”, atendimentos estes fundamentais para a concessão das licenças ambientais emitida pelos órgãos públicos responsáveis pelo meio ambiente.

Entre as medidas de controle ambiental que sempre são exigidas pelo IBAMA, está o desenvolvimento, como descrito na introdução, de programas de comunicação social que deverão possuir como “público-alvo” todos os grupos sociais identificados nos estudos. Desta forma, os grupos são contatados, seja através de folhetos ou contato direto de representantes das empresas

empreendedoras ou consultoras, para que fiquem informados das características dos projetos, bem como dos resultados dos estudos ambientais. O processo de inserção dos diferentes atores sociais no processo de licenciamento se dá, também, através da exigência de realização de audiências públicas.

Porém, como já relatado, o começo do desenvolvimento da indústria petrolífera na Bacia de Campos data de 1974 e até 1986 sua produção foi desenvolvida sem quaisquer considerações sobre suas implicações socioambientais¹⁴, tendo esta postura mudado somente quando foram estabelecidas políticas públicas voltadas para a avaliação dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, a partir da Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA. Tal resolução estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação das Avaliações de Impacto Ambientais,

Além desta definição das políticas públicas é importante reforçar que, até 1997, a produção petrolífera esteve sob monopólio estatal, tendo a Petrobrás como única empresa a desenvolver tais atividades. E por esta razão veremos que petróleo é associado pelas lideranças à Petrobras e, principalmente, é na relação a esta que se tem um histórico maior de conflitos.

Desde a publicação da Lei nº 9.478 em 1997, qualquer empresa nacional ou internacional pôde exercer em território nacional atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás, mediante concessão ou autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que foi criada por esta mesma lei para regular e fiscalizar o setor petrolífero. Este fato é significativo, na medida em que cria um mercado competitivo e regulado, desenvolvendo um campo de disputas deste setor, onde a conquista de licenças ambientais ganha maior importância.

Diante de tais transformações, juntamente com um contexto maior das discussões ambientais no Brasil,¹⁵ as empresas produtoras buscam uma adequação às novas regras do mercado e do

¹⁴ De acordo com essa Resolução nos Artigos 2º e 3º “Dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente (ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis — IBAMA — no caso de atividades de competência federal, por lei), o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente”.

¹⁵ Viola (1991) em seu trabalho sobre o movimento ambientalista no Brasil, aponta uma fase fundacional para o mesmo entre os anos de 1971 e 1986 caracterizada pela atividade de denúncia e criação de consciência pública sobre os

licenciamento ambiental, onde a questão do meio ambiente deve ser abordada considerando as implicações sociais referente às atividades petrolíferas. Os pescadores, por desenvolverem suas atividades no espaço marítimo e dependerem diretamente de seus recursos naturais, são considerados como um dos principais grupos sociais a serem “impactados”.

Deve-se destacar que as atividades petrolíferas possuem diferentes fases que, por sua vez, passam por processos de licenciamentos ambientais específicos. As fases iniciais denominadas de perfuração e sísmica, para localizar o petróleo ou gás, são de curta duração e, por isso, precisam atender à exigências mais simplificadas, os chamados Relatórios de Controle Ambiental (RCA), pois, devido ao curto período de desenvolvimento da atividade, os impactos são considerados menores.

Para essas fases, apesar de ser necessário o desenvolvimento de programas de comunicação social, não é exigida a realização de audiências públicas para a apresentação e discussão dos projetos e seus estudos de impactos ambientais. Para a fase de produção, cujo período de realização das atividades é bem mais prolongado, se produz o chamado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), cujas exigências são mais detalhadas e onde a realização das audiências pública é obrigatória.

Para a fase mais prolongada de exploração e produção de petróleo e gás, a legislação ambiental prevê uma política de compensação ambiental. Uma está relacionada aos *royalties*, que são uma compensação financeira, com pagamento mensal efetuado à Federação, ao Estado e aos municípios, pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. Essa compensação, cujo valor e distribuição são estipulados pela ANP, é considerada por esta agência uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis. A outra está relacionada à destinação de 0,5% sobre a produção para ser investida em unidades de conservação da região dos empreendimentos a serem escolhidas pelo órgão ambiental competente que, no caso é o IBAMA.

Através do processo de licenciamento ambiental das atividades petrolíferas - que acaba sendo o responsável, através dos programas de comunicação e das audiências públicas, pela interação entre o Estado, as empresas petrolíferas e as organizações pesqueiras -, tem-se ampliado a participação

problemas de deteriorização socioambiental e que numa fase recente (1987-1991) caracteriza-se pela legitimidade dos grupos ambientalistas, sendo estes agentes importantes na implementação de políticas públicas ambientais.

destas últimas na discussão a respeito dos “impactos” e “compensações” das atividades petrolíferas sobre a pesca, o que tem modificado as percepções dos órgãos reguladores sobre a questão e, ao mesmo tempo, contribuído para a formação de um capital político das lideranças pesqueiras dentro deste processo.

Pode-se perceber um discurso específico inserido em um campo de discussão com os agentes sociais que definem as políticas públicas de licenciamento ambiental, haja vista a utilização que os entrevistados fazem das categorias pertencentes a um discurso técnico sobre “impacto” ambiental (“atingidos”, “indenizações”, “impactos”, “compensações” “meio ambiente”, etc.) e à legislação ambiental de compensação, em especial aos *royalties*. Tais categorias são acionadas no campo de disputas para reivindicações de direitos e compensações sobre as atividades de petróleo.

As exigências quanto aos estudos feitos têm aumentado, bem como a equipe de técnicos do IBAMA responsável pelos licenciamentos tem cobrado com mais rigor o desenvolvimento de programas que atendam as demandas dos pescadores, como também a garantia de “participação” qualificada dos mesmos nos espaços de discussão¹⁶.

Esse movimento tem contribuído para o surgimento de lideranças locais e para a representação da categoria nos espaços decisórios. Pode-se dizer que a própria atividade da indústria petrolífera na Bacia de Campos, também vem contribuindo para a organização da categoria, em termos de definição de pleitos comuns, para servirem de base de negociação a título de medidas compensatórias. As percepções de impactos e um maior detalhamento sobre as reivindicações sobre os direitos dos pescadores às compensações serão apresentadas no Capítulo 2 desta dissertação.

¹⁶ Essa exigência tem aparecido no escopo dos “Programas de Educação Ambiental”. Foi publicado um livro pelo Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA denominado “Pensando e Praticando a Educação Ambiental no Processo de Gestão ambiental”, de 2006. Trata da responsabilidade das empresas de petróleo na questão de trabalhar considerando a percepção de meio ambiente e riscos ambientais dos “impacatdos”, e da necessidade de promover o diálogo entre o que chamam de “saber perito” e o “saber leigo”, para que possam ocorrer “debates sociais” (e não somente a exposição dos peritos como ocorrem nas audiências públicas) sobre os empreendimentos e seus impactos.

1.4 – Conclusão

Neste capítulo vimos como as intervenções estatais sobre o setor pesqueiro, ora atreladas a interesses militaristas, econômicos, ambientais e de tentativa de regulação e controle do setor, estão diretamente relacionadas com as formas de atuação das organizações pesqueiras e com o processo de formação de um capital político de suas lideranças.

O histórico de controle estatal sobre o setor, com a implantação de políticas públicas, seja para a defesa da costa, para a produção de conhecimento científico ou para a modernização da atividade, foi se misturando com a própria formação das colônias, federações e confederação que foram surgindo para uma melhor adequação e implantação destas políticas.

Por um lado, tal controle garantiu uma visibilidade para o setor pesqueiro e garantiu a existência de suas organizações, mas por outro criou um histórico de dominação dos cargos administrativos destas entidades, que foram se tornando espaços extensivos de poder das esferas públicas e que podiam atender a toda uma gama de pessoas que não necessariamente eram trabalhadores da pesca.

Como vimos, uma das motivações dos pescadores no engajamento político, para construção de um movimento social, foi justamente a conquista do controle sobre os seus sistemas de representação, as colônias, federações e confederação, visto a histórica intervenção sobre elas, e a busca de reconhecimento destas enquanto representantes dos pescadores “artesanais” com direitos específicos (considerando a visão homogeneinizadora prevalecente nas políticas adotadas).

A busca da autonomia e do reconhecimento do pescador “artesanal” enquanto um trabalhador diferenciado principalmente dos patrões e empresários da pesca é o resultado da necessidade de diferenciação na relação com o Estado, já que as políticas públicas do setor foram voltadas principalmente para o desenvolvimento da pesca industrial, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Tal necessidade de diferenciação também aparece quando o setor passa a ser regulado pelo IBAMA, só que agora com um novo contexto de disputas, dentro de um outro campo que até então não era preponderante dentro das políticas para o setor – o ambiental. Novas categorias associadas a

uma preocupação preservacionista inserem-se e são também transformadas em capital político das lideranças, pois precisam ser acionadas nas esferas decisórias. Trata-se então de diferenciar para o Estado o conhecimento “tradicional” dos pescadores, tanto para complementar ou corrigir o perito, quanto para valorizar as práticas “tradicionais” de pequena escala em contraposição às industriais, responsáveis pela redução do estoque pesqueiro. O saber “tradicional” tem que ser reconhecido e valorizado para a implantação de medidas de controle ambiental, como vimos com as reclamações dos desconhecimentos técnicos sobre as espécies. Também trata-se de reivindicação de ações educativas sobre a importância do meio ambiente e não meramente punitivo, num processo de absorção pelas lideranças pesqueiras das idéias de preservação ambiental.

Com a criação as SEAP, um órgão com caráter de ministério, há uma percepção de avanço das políticas públicas pelo reconhecimento dos pescadores enquanto uma “classe” de trabalhadores e pelo esforço da instituição, através das Conferências, de entendimento de suas demandas. Nesta relação, assim como com o IBAMA, também é lembrada a necessidade de aproximação com as “comunidades” e reconhecimento dos saberes “tradicionais”, já que tal instituição começou pelas mesmas “falhas” de homogeneização do setor, com o comando das políticas ditado por pessoas de “fora” da pesca, e incentivando mais a pesca industrial.

Na interação com a atividade petrolífera outras categorias são incorporadas, relacionadas às políticas de licenciamento ambiental, para serem acionadas nas audiências públicas e demais espaços para reivindicações de direitos e reconhecimentos da “classe” como “impactada” pela atividade petrolífera.

Os domínios destas categorias inseridas em contextos diferenciados de mudanças nas políticas públicas tornam-se instrumentos de atuação política, pois são apropriadas de acordo com as perspectivas de conquistas. No próximo capítulo veremos melhor esta contextualização de reivindicação de direitos.

Capítulo 2 – Falta “Vontade Política” – como os problemas enfrentados pelo setor são vivenciados e interpretados pelas lideranças das organizações.

“A vida da gente era uma maravilha. Acordava cedo, pescava e as duas da tarde voltava com o barco cheio de peixe. Na década de 70, 80 tinham muitos recursos pesqueiros. E hoje nós temos que fazer viagem de uma semana, dez dias... ”. (relato do presidente da colônia de Rio das Ostras, 2005)

Os pescadores quando questionados sobre a pescaria e seus resultados, sempre lembram que não se pesca mais como antigamente, tanto em quantidade e diversidade, quanto em tamanho das espécies capturadas. É um consenso entre estes trabalhadores e suas lideranças, que vem ocorrendo uma drástica redução dos recursos pesqueiros ao longo da costa e de que a pesca “artesanal” está fortemente ameaçada de acabar.

Quando perguntamos as razões desta situação, uma série de fatores são apontados como causadores da atual situação. As lideranças das organizações pesqueiras acusam uma falta de “vontade política” dos governantes do país para reverter tal quadro, que está associada a uma falta de reconhecimento do produto peixe. Para estas lideranças, sua importância tanto para os trabalhadores que dele dependem, como para a economia do país é ignorada pelos representantes e autoridades públicas.

Compara-se a situação da pesca com as políticas de investimento que são feitas para o desenvolvimento de demais produtos animais como o gado e o frango - tanto para consumo como geração de renda - sendo a importância econômica da pesca “artesanal” subestimada pelos “governo”, tratando-se de uma potência ofuscada, como podemos ver pelos relatos de algumas lideranças entrevistadas.

(...) O frango, qualquer coisa, que tem lá o produtor, tem fiscalização. Tem fiscalização do que ele vai comer, do que ele não come. Então a pesca representa muita coisa hoje,

ao nível de geração de emprego que o governo também não conhece. Na verdade pouca gente conhece (...) Agora se perguntarem quantos frangos foram abatidos todo mundo sabe. Não sabem que a pesca é uma fonte inesgotável, se for investida a sério. É uma covardia (...). (Ex-presidente da Associação de Pescadores de São João de Cabo Frio, 2005)

A falta de “vontade política” diz respeito também à percepção das lideranças sobre a ausência de ações governamentais que favoreçam o pequeno trabalhador, ou o pescador “artesanal”, em virtude da prioridade de medidas voltadas para o desenvolvimento industrial do setor, direcionadas para os empresários.

Outros fatores, como: a ausência de ordenamento e fiscalização sobre as práticas de pesca consideradas “predatórias”, que prejudicam a reprodução das espécies de peixes; a ausência de infra-estrutura para a comercialização do pescado; a ocorrência do processo de urbanização das praias mais o crescimento do turismo – considerando-se a grande atratividade turística e imobiliária que exercem as praias -; o aumento da poluição ambiental nos mares e os problemas ambientais provocados por acidentes industriais mais os “impactos” da atividade petrolífera que causam danos aos pescadores – os quais ficam sem resarcimento; a falta de acesso dos pescadores aos serviços de educação e saúde adequados às suas realidades fazem parte de um conjunto de reclamações que compõem suas afirmações sobre a falta de “vontade política” do governo.

Neste capítulo serão descritos, brevemente, alguns desses problemas apontados pelas lideranças como responsáveis pela atual “crise” enfrentada pelos pescadores “artesanais”, bem como as alterações nas configurações dos espaços dos pescadores, das relações de trabalho e das condições de pescaria. A descrição de tais problemas serve para uma melhor contextualização das motivações das lideranças em suas atuações políticas e a identificação de suas principais “bandeiras” e reivindicações de direitos.

Pelo meu envolvimento mais intenso na área de consultoria ambiental e participação específica em trabalhos com as lideranças sobre suas percepções quanto aos “impactos” e direitos relacionados às atividades de petróleo, pude aprofundar melhor esta questão. Neste tópico serão apresentados mais dados sobre as formas de atuação das lideranças e alguns resultados de suas ações dentro de um processo de relação com as políticas de licenciamento ambiental.

2.1 - A “invasão” da pesca industrial na costa, lugar tradicional de trabalho do pescador “artesanal”.

O processo de modernização da pesca no país foi implementado através de incentivos fiscais e isenção de impostos para a compra de barcos e equipamentos e para a implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações de fortalecimento de uma pesca ‘moderna’. A atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos. “A pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais” (DIEGUES, 1983, p.137, citado por Moraes, s.i.).

Sujeitos alijados das políticas públicas da SUDEPE, os pequenos pescadores presenciaram suas áreas de pesca serem objeto de avanço da frota pesqueira de armadores e empresas acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados a um mercado dominado por atravessadores de pescado que lhe subtrai a renda e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo litoral, apenas para citar alguns dos processos que se exponencializaram ao longo das últimas décadas. (Cardoso, 2001, p. 38)

A pesca no Brasil, que era predominantemente realizada como pequena produção mercantil passa a ser alvo, depois da criação da SUDEPE, de uma grande investida do Estado que tentou fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, com o objetivo de criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil (Diegues, 1983). Porém, mesmo com esta medida de incentivos para o fomento da pesca industrial, foi a atuação da pequena produção que garantiu a maior parte da oferta de pescado no país, levando-se em consideração as características do objeto do trabalho: o peixe.

O que ocorre é que por maior que seja o avanço em termos de forças produtivas garantido no regime de traineiras, ele é ainda muito fraco para vencer as profundas resistências de um objeto de trabalho com as características do peixe. A irregularidade da captura permanece em altas taxas; o mau tempo, as correntes imprevistas, a saturação do mercado, as falhas mecânicas, tudo concorre como que para transtornar e impedir a sistematização, a organização planejada e projetada dos ciclos, ritmos e tendências da produção. (Duarte, 1999, p. 78).

O desenvolvimento da pesca industrial, segundo os entrevistados, vem ocasionando uma diminuição das espécies de peixes considerando o aumento da capacidade de captura possibilitado pelos grandes barcos industriais.

Os relatos das lideranças denunciam a invasão da costa por estas embarcações, originárias principalmente da região sul, de empresas do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo e algumas de países estrangeiros, que capturam toneladas de peixes em áreas tradicionalmente destinadas aos pescadores artesanais, ocasionado uma diminuição de espécies e conflitos entre os pescadores “artesanais” já que a disputa pelo recurso pesqueiro consequentemente aumenta.

Porque o que está acontecendo muito na nossa pesca, principalmente artesanal, é que os barcos grandões, que tem capacidade de ir milhas lá fora, eles vão lá pegam o de lá e vem aqui na costa perto dos barquinhos pequenos e pegam o peixe da costa que é nosso que é artesanal. Então se a gente tem peixe para pescar durante 30 dias, eles vem e carrega tudo numa noite só, carrega logo uma tonelada numa noite só. Eles vão lá no fundo e catam tudo (...). (relato do presidente da Colônia de Cabo Frio, 2005)

Como identificado por estudiosos da pesca, um dos “efeitos-perversos” da política de modernização do setor está relacionado aos problemas ambientais¹ associados à intensificação da pesca industrial sobre o mar, o que leva ao esgotamento de muitas espécies de peixes devido à impossibilidade destas se reproduzirem, em virtude da captura em moldes industriais. Os pescadores “artesanais” passaram a enfrentar problemas relacionados à falta de recursos pesqueiros em virtude desta intensificação da pesca industrial.

O salto de cerca de 300.000 para 900.000 toneladas de pescado em pouco mais de duas décadas demonstra a possibilidade de incremento de produção que mostrou seus limites nas décadas de 1990. A produção do pescado brasileiro estagnou e chegou a decrescer,

¹ A questão ambiental está presente no discurso dos representantes das organizações pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro, estando muitos mobilizados contra práticas consideradas predatórias pelos pescadores, como a utilização de bombas e a pesca na época considerada certa por eles do defeso. Mas reivindicam que a fiscalização não fique limitada somente sobre a predação, sendo necessário que dê conta dos problemas de poluição, um dos principais fatores responsáveis pela redução dos estoques pesqueiros, principalmente nas lagoas e rios.

a frota sucateou e as indústrias mostraram sua baixa competitividade frente ao mercado mundial. (Cardoso, 2001, p. 26)

Mesmo com a proibição da pesca em determinados períodos do ano, medida implementada visando a proteção dos recursos pesqueiros, muitos pescadores não deixaram de desenvolver suas atividades nestas épocas, o que resulta em pesadas multas ou apreensão de materiais ou embarcações de pesca.

Isto acontece tanto pela dificuldade para conseguir um seguro-desemprego – o que envolve a exigência de documentação² quanto pelo atraso no pagamento desse benefício; como, também, pela não aceitação das regras do IBAMA. Em muitos locais do país, os pescadores reclamam das definições dos técnicos do IBAMA para justificar as épocas de defeso. Eles afirmam que as datas estipuladas para a reprodução das espécies ou, em alguns casos, que a definição do tamanho mínimo para a captura, não correspondem à realidade das espécies que eles estão acostumados a pescar.

Novas categorias de pescador e ampliação de estratégias de atuação

Todo esse processo de modernização do setor pesqueiro promove uma modificação das comunidades pesqueiras fazendo surgir outras categorias de trabalhadores, como a de “pescador empregado”. Estes passaram a ser classificados pelos pescadores “artesanais” como aqueles subordinados às regras dos donos de barco, em contraposição aos bens simbólicos valiosos para eles, como a “liberdade” e o domínio sobre seu trabalho. A modernização que também ocorria no campo, ocasionando uma intensificação da migração interna campo-cidade, atraiu muitos trabalhadores do campo para ocupar esta nova posição no mundo da pesca. Uma das críticas dos pescadores “artesanais” aos de “fora” reside nesta trajetória de muitos pescadores “empregados”, aqueles que não possuem familiaridade com as “coisas do mar” e não dominam as “artes” da pesca.

² Para muitos pescadores que não tiveram acesso ao ensino formal, que não são alfabetizados, e que não possuem documentações básicas, como certidão de nascimento e carteira de identidade, a exigência de apresentação de uma grande quantidade de documentações para receber o seguro torna-se um obstáculo. O seguro-desemprego é requerido com os seguintes documentos: Formulários de Requerimento do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (RSDPA), Carteira de Identidade; Cartão PIS/PASEP (ou extrato atualizado), Registro Geral de Pescador (RG) emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; inscrição como segurado especial (pescador), atestado padronizado fornecido pelo ministério do Trabalho e emprego (MTE).

Também são classificados como não pescadores “artesanais” ou os “não trabalhadores”, os armadores de pesca, os donos dos meios de produção e os “atravessadores” - aqueles que intermedium a negociação do pescado. A classificação do “não trabalho” é apontada pelo livro de Duarte (1999) a partir das análises das categorias nativas dos pescadores de Jurujuba. Os armadores já existiam antes desta política de modernização, com o surgimento das traineiras (embarcações de maior porte e motorizadas em contraposição às canoas que eram utilizadas na pesca “artesanal”) ainda nas primeiras décadas do século XX, já representando uma concentração dos meios de produção e da força de trabalho na pesca, porém ainda não representavam um grupo conformador de uma indústria pesqueira.

Não se tratava, no entanto, ainda, de um empreendimento capitalista-empresarial, pois o dono da traineira ou era também o mestre ou o patrão da pesca, que participava diretamente do processo de trabalho direto, passando a desempenhar o papel de administrador e vendedor da produção que é desembarcada pelos seus prepostos ou mestres. (Diegues, 1995, pg 126)

Com o estímulo estatal para a construção de embarcações e financiamentos para compra de equipamentos de pesca, surgiram alguns empresários da pesca que nada tinham a ver com este universo de trabalho, mas que possuíam condições de abrir negócios. Além destes, outros “de fora” entraram nos espaços aberto de comercialização do pescado.

Este processo de modernização tecnológica na atividade da pesca, através da introdução de traineiras com maior capacidade de produção no lugar das canoas; das melhorias dos instrumentos de pesca - como a rede de náilon fabricada industrialmente, no lugar da de algodão, que possui uma durabilidade muito menor -; juntamente com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com a inserção no universo dos pescadores dos “empregados” e da classe de “não-trabalhadores” - donos dos meios de produção mais potentes (os armadores) -, mais a interferência da regulamentação e da ação governamental do e no setor, desencadeou vários processos de mudanças sócio-econômicas e políticas nas comunidades pesqueiras.

A crise dos recursos pesqueiros, constatada nas falas das lideranças entrevistadas, vem gerando mudanças na própria atividade, visto que a especialização em um só tipo de pesca já não é suficiente para a geração de renda dos pescadores “artesanais” como o fora em outros tempos.

Uma das estratégias dos pescadores apontadas nos relatos é a diversificação nas artes de pesca de acordo com a ocorrência das espécies, como revela a fala do presidente da colônia de Rio das Ostras:

Hoje em dia não existe pescador de uma espécie determinada. Ele é pescador de tudo. A escassez de recursos é tão grande que quando tem cação, você pesca cação. Quando tem corvina, você pesca corvina. Tem pescadinha, você vai. Deu um camarão, você já arrasta sua rede (...) Antigamente você tinha que ter o material específico para trabalhar dentro daquela atividade. Eu, por exemplo, só trabalhava com camarão. Trabalhava com rede de malhar, mas só trabalhava dentro do camarão. Dava para concentrar o esforço da minha pesca em cima do material específico para aquela atividade. Hoje, você tem que ter múltiplo uso. (secretário da FEPERJ, 2005).

Antes era o camarão, que o valor agregado era maior. E hoje em dia é isso que está aí: o que cair na rede é peixe! Tem que correr pro lado que está melhor, não é direcionado para uma pescaria só. O pescador é de mil e uma utilidades, vai pra onde tem. (presidente da colônia de Niterói, 2005)

A inserção do pescador em outras atividades econômicas como o turismo, construção civil, comércio e o benefício do defeso também são lembrados como estratégias no complemento da renda, como nos lembrou o presidente de uma associação de Arraial do Cabo: *Hoje está difícil viver da pescaria. Hoje tem que ter alguma coisa para melhorar o orçamento da família. A gente no verão aluga a casa. Trabalha numa sorveteria, ser ajudante de pedreiro. Hoje pelo menos tem o defeso.*

A ausência de recursos pesqueiros na costa tem forçado os pescadores de “costa” a se arriscarem em alto-mar tornando-se esta, mais uma estratégia diante da sobreexploração dos recursos pesqueiros da região costeira. Uma das maiores dificuldades dos pescadores tem sido garantir a segurança e dispor de equipamento para pesca em locais longínquos, já que suas embarcações não são adaptadas para a pesca em alto mar.

O que acontecia antigamente é que o pessoal ia até 20 milhas, 10 milhas, mas que, agora, na atual conjuntura, eles são obrigados a ir mais longe do que isso para fazer a captura do pescado. Então ele vai para longe, a embarcação dele não tem autonomia, não está legalizada para ir até aquela região, mas ele vai lá correndo risco de vida. As condições que determinadas embarcações operam, o sujeito quando voltar, ele voltou: renasceu, fica um pouquinho em terra para fazer aventura da pescaria outra vez. (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

Com relação ao tema segurança, o fator mais lembrado pelas lideranças é a falta de equipamento adequado. O secretário da colônia de Cabo Frio justifica a situação de precariedade na estrutura de segurança das embarcações, como devida à difícil situação financeira enfrentada pelos pescadores:

(...) acontece do pescador fazer um gato no motor, chega lá e o motor quebra e ele fica à deriva. Ai ele joga o ferro, a maré cresce, a maré baixa e o que é que ele vai fazer? O motor está quebrado. Ele vai bater nas pedras. Os acidentes maiores são esses, devido à falta de condições financeiras para comprar um rádio, comprar um morteiro para avisar que está em perigo, comprar um bóia (...).

2.2 - A especulação imobiliária e o turismo

A partir de minha experiência em trabalhos de consultoria com pescadores e da pesquisa e consulta a vários trabalhos acadêmicos sobre “pescadores” e “pescarias”, evidenciou-se, para mim, o movimento de saída dos pescadores de seus antigos locais de moradia à beira da praia, em função do desenvolvimento turístico do litoral. No lugar das casas de pescadores constróem-se hotéis, pousadas, restaurantes, quiosques e demais infra-estrutura para o atendimento turístico.

Os conflitos com os interesses turísticos são recorrentes, inclusive envolvendo os Poderes Públicos municipais por estes serem acusados de investirem somente na atividade turística, mesmo em localidades onde a atividade pesqueira é historicamente preponderante e envolve um grande número de habitantes. Uma liderança entrevistada, representante de uma Associação de Cabo Frio, relata a existência de uma portaria que proíbe a pesca no rio São João por interesses voltados para o

desenvolvimento turístico: (...) proíbe porque tem interesses da prefeitura de Casimiro de Abreu. Ela quer desenvolver o turismo, desenvolver atividades esportivas e nós atrapalhamos eles (...).

Um estudo exemplar da ocorrência deste tipo de processo, ocorrido na localidade de Itaipu, está descrito no livro de Kant de Lima *Pescadores de Itaipu - Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Rio de Janeiro*. O autor, considerando as reflexões de Durkheim e Mauss, discute que a noção de espaço físico deve ser entendida a partir da sua construção desde as relações sociais. Demonstra como o espaço da praia é percebido de forma diferencial dependendo de quem o está olhando, seja um banhista ou um pescador. Para o pescador a praia está repleta de territórios demarcados por complexos sistemas de regras comunitárias que ordenam os sistemas de captura dos peixes.

Em seu livro, o autor descreve e analisa as circunstâncias que evidenciavam situações conflituosas com o trabalho da pesca, uma relacionada ao processo de urbanização que ocorreu na localidade implementada por uma companhia imobiliária (Veplan) e outra relativa à atração turística que exerce a praia de Itaipu, visto sua proximidade da cidade de Niterói e suas características ambientais (uma enseada de águas calmas).

Como demonstra Kant de Lima, Itaipu tornou-se espaço de interesse imobiliário turístico, o que ocasionou radicais transformações das formas de ocupações territoriais, subdividindo a praia em loteamentos turísticos em oposição às formas de delimitações espaciais dos pescadores em função da “produção” do pescado.

Antigas casas de pescadores localizadas na beira da praia, local privilegiado por aproximação do espaço de trabalho e observação do mar “porque peixe não tem hora”, foram vendidas para construção de restaurantes e demais estabelecimentos comerciais para atendimento do fluxo turístico e, práticas pesqueiras nos dias de domingo, foram suspensas em função da presença de grande contingente de turistas e embarcações na praia. Estes fatos e outros reforçaram uma certa descaracterização de Itaipu enquanto localidade reconhecidamente produtora de pescado, conformando-a mais como um local de atrativos turísticos.

Como a identidade do grupo estudado por Kant tradicionalmente se reafirma sobre a “produção”, a partir do momento em que a sociedade passa a reconhecer Itaipu mais como um espaço turístico do

que um lugar de importância pesqueira, origina-se um processo de crise de identidade social do grupo.

Pois quem vai a Itaipu, hoje, em geral não se preocupa com a ‘produção’ do grupo, ao contrário de seus tradicionais freqüentadores. A Veplan encarrega-se hoje de ‘vender’ pela televisão, rádio, jornais, revistas e cinemas a imagem dos pescadores como ‘primitivos’ e do local como ‘paradisíaco’, além de outros adjetivos bem conhecidos do discurso etnocêntrico que sistematicamente joga na natureza aquilo de que culturalmente não se quer apropriar. Pois nada diz de seu trabalho árduo, de seus conhecimentos acumulados por gerações, de sua tarefa estrênuia de ‘dar o sustento a essa gente toda’ segundo eles mesmos, utilizando-os apenas como engodo para atrair compradores ávidos de ‘natureza’, que sua própria visão distorcida transforma e deteriora. (p. 53)

Tais transformações acirraram certas contradições existentes na estrutura da organização social dos pescadores relativas às formas de relações de poder. A chegada de outras formas de dominação, caracterizadas por um poder econômico de proporções muito maiores do que aos dos donos das “pescarias”, marcado pelas investidas de empresas imobiliárias e turísticas como a Veplan, gerou alterações significativas das estruturas de produção da pesca e, consequentemente, no estilo de vida dos pescadores de Itaipu, influindo nas suas percepções de valores.

Com o desenvolvimento turístico cada vez mais acentuado, como vimos, esta atividade acabou tornando-se para alguns grupos de pescadores uma alternativa e, mesmo, uma melhoria da renda auferida com a atividade pesqueira. Em Búzios, por exemplo, um dos principais pólos turísticos da Região dos Lagos, na alta temporada, durante o verão e em feriados como carnaval e semana santa, os atravessadores saem de cena e entram os turistas e o comércio local (restaurantes, pousadas), o que favorece o ganho direto dos pescadores sem intermediação. Porém, passados estes períodos a dependência do intermediário retorna, informa o presidente da colônia de Búzios:

O turismo aqui é bom. Para nós pescadores é bom. Porque o atravessador não vê o nosso peixe, nós vendemos direto para eles [turistas]. Mas passou fevereiro, passou carnaval, aí só vai ter a semana santa. Acabou semana santa, acabou. Você pode fechar as portas. O que você tiver; loja, restaurante. Para você ter uma idéia, diminui de 100% vem a 20%. Para tu ter uma idéia, a população deve ser de 17 mil pessoas, 18. Isso vai

para 70, 80 mil. Para tu ver o que aumenta. Mas só nesses meses. Se fosse a vida toda era muito bom (...).

2.3 – “Eu sou o Meio ambiente” - Os “Impactos” da Atividade Petrolífera sobre a Pesca

Dentre os conflitos existentes entre a indústria petrolífera e as atividades de pesca destaca-se a proibição de se desenvolver esta prática próximo às plataformas. Cada plataforma possui uma área denominada de exclusão de 500 metros onde a pesca é proibida por lei, podendo os pescadores serem multados por infringi-la, o que é muito recorrente na Bacia de Campos.

Hoje são 500 metros, mas antigamente era 3 km. É complicado para a atividade. Existe pesca do pessoal que amarra lá na plataforma e sai pescando? A gente sabe que existe! Ele tá numa área de costume de captura dele. Ele pescava ali, mas agora não pode mais pescar. Aí ele se injuria ali, amarra o barco pra pescar. (secretário da FEPERJ, 2005)

Outra fonte de conflito diz respeito ao fato de que a instalação de uma plataforma no mar, segundo as lideranças, modifica o comportamento dos peixes, já que a mesma representa uma fonte de alimentação para os cardumes tornando-se um “atrator” para os peixes, caracterizando-se então enquanto um “pesqueiro” (lugar de pescaria). Além disso, afirmam que muitos peixes deixam de ir para a costa, lugar de pescaria “artesanal”, por encontrarem “comedoria” no “meio do caminho”, ou seja, nas áreas das plataformas. A “pesca de plataforma”³ foi uma categoria criada pelos próprios pescadores para qualificar a pesca feita nestas áreas.

(...) começou o período de migração agora que o peixe vai, pára na plataforma, come, come, come, depois ele volta para o destino dele. Porque ele não precisa mais carrear pra ter uma comedoria no sul. Ele ia pra a região sardinheira, que é aqui pra baixo, / mas como ele encontra a comedoria no meio do caminho, ele faz uma barrigada na bacia de campos. Ele fica centrado ali, depois ele volta. Ele não faz aquela rotina costumeira, porque ele já achou a comida ali. Então, porque ele ter mais desgaste? O peixe é peixe, não é burro! O atum mesmo, você só encontra na linha de 120 metros pra

³ Uma melhor análise sobre a categoria “pesca de plataforma” pode ser consultada em Bronz (2005)

fora. Um barquinho nosso pra pegar 120 metros de profundidade, a gente leva uma média de 8, 9 horas viajando de mar adentro, aqui no Rio de Janeiro. Até pra essa profundidade. Lá na bacia leva quase 20 horas viajando para essa profundidade. Tem que ir por fora das plataformas agora. E alguns que ficam no pé da plataforma mesmo, que aquela claridade que ela produz – ela é toda clara – o peixe encosta ali. (presidente da colônia de pescadores de Niterói, 2005)

A “área de exclusão” suscita um debate por parte das lideranças a respeito da questão dos direitos sobre o território marinho. Os entrevistados alegam que os pescadores já ocupavam aquele espaço como local de trabalho antes da chegada das plataformas, porém não perdem de vista que o petróleo é um investimento necessário e essencial para a economia brasileira. Entretanto, afirmam também que o petróleo é um recurso reconhecidamente finito, diferente da pesca, que, além do mérito da antiguidade, trata-se de uma fonte renovável.

Não que nós sejamos donos do mar; mas nós buscamos peixe aonde? No mar. Então o pedaço que a gente tem para buscar é o mar. Não é nosso, mas é aonde nós temos. Então nós entendemos que a PETROBRAS ela explora o mar: perfura poços aqui ali, ali. E o que acontece? Cada vez que ela vai fazendo isso vai diminuindo nosso espaço”.
(relato do presidente da colônia de pescadores de Cabo Frio, 2005)

Assim se legitima o direito dos pescadores sobre o mar no discurso das lideranças da pesca. Para os representantes do setor pesqueiro, este direito não é reconhecido nem pelos empreendedores do petróleo e nem pelo poder público.

O levantamento sísmico, feito pelos navios denominados na região de “chupa-cabra” aparece no discurso das lideranças como um dos principais “impactos” da atividade de petróleo sobre o setor pesqueiro. O desaparecimento de certas espécies como, por exemplo, o xerne e o peroá é creditado ao impacto da sísmica no mar. O presidente da Associação de São João explica, a partir da própria experiência como pescador, sua percepção do impacto causado pela sísmica no comportamento dos peixes:

(...) eu não tenho uma explicação técnica, mas o que a gente que pesca todo dia percebe. Encosta muito peixe alvoroçado, assustado. Você vai rodar com ele na

traineira e ele vem apavorado não sei de onde. Não tem motor que consegue segurar o peixe. No arrastão de camarão a gente sente também que vem uns peixes lá de fora. Às vezes aparece. A gente sente na prática que tem algo errado. O peixe vem correndo muito. Ele não pára, fica pulando, revira. Você vem e cerca ela. Agora quando ela vem revoltada não dá pra pegá-la. Agora, cação a gente não tem na costa. O nosso cação nós pegamos por fora da ilha de âncora. Só no verão é que ele vem da costa. E por conta disso há essa suspeita. Mas nós não temos dados técnicos. Nem cultura nós temos, pois não estudamos”.

Direitos às “Compensações Ambientais”

São feitas reivindicação de direito às compensações ambientais (inclusive definindo quais seriam elas) para todos os pescadores, por utilizarem o espaço marítimo e por serem os maiores prejudicados com as atividades ademais das possibilidades de acidentes ambientais. A princípio, percebe-se que as organizações de pesca não questionam a produção de petróleo, já que partilham dos valores da importância desta atividade para a economia nacional, com outros e majoritários segmentos da população brasileira. Não lutam contra esta produção, e sim pelo reconhecimento de que sua atividade está sendo “impactada” e que por isso merecem compensações.

Agem pelo reconhecimento de uma identidade coletiva dos pescadores e pela legitimação nesse campo de disputa ambiental e político de suas representações a respeito dos impactos do petróleo em suas atividades. Neste momento, não se torna tão estratégica a diferenciação entre pescador “artesanal” e pescador industrial como é feito em outras esferas de discussão (como com o IBAMA e a SEAP), já que se trata de uma luta conjunta considerando existirem também as reivindicações dos representantes desta categoria. A unidade contida no pescador dá mais força para a percepção de um “grupo” mobilizado e forte para os opositores no campo de disputa.

Porém, também há uma contextualização importante levantada durante o trabalho de campo, relacionada às diferentes estratégias de posicionamento das organizações de pesca em relação às discussões de “impacto” e “compensação” ambiental, refletindo um processo de conflitos internos entre essas. De acordo com a explicação de algumas lideranças, há na região uma prática histórica de ações individuais de colônias ou associações voltada para os pedidos particulares de apoio às

empresas petrolíferas, como doação de computadores, cadeiras de dentista, frigoríficos e outras que, segundo algumas lideranças, enfraquecem a imagem e não retratam um posicionamento político dos pescadores. Em contraposição a tais demandas particulares, forma-se uma estratégia diferenciada de ação direcionada para a conquista de reconhecimento de direitos dos pescadores pelas políticas de compensação ambiental, que se legitima pela apropriação das categorias técnicas ambientais institucionalizadas pelas políticas públicas.

A necessidade de repasse de *royalties* para a pesca é uma unanimidade no discurso das lideranças das colônias e associações. Os entraves legislativos que não prevêem recursos para grupos “impactados” e o descaso do poder municipal, que é responsável pela alocação destes recursos, são colocados como as grandes dificuldades deste processo.

São feitas críticas contundentes ao poder municipal que dizem respeito, principalmente, a utilização do dinheiro dos *royalties* em obras de “urbanização” ou “embelezamento” que muitas vezes acabam por prejudicar os pescadores locais. Não há registro de investimentos feitos com dinheiro de *royalties* em projetos voltados para a revitalização da atividade de pesca, ou na estruturação das entidades representativas em nenhum dos municípios pesquisados.

Tem municípios que investem em urbanização, que fazem melhorias por cima da cidade. E vem veleiros atraídos por este embelezamento e passam a ganhar dinheiro em cima daquele espaço que o pescador sempre tirou seu sustento. Ai a infra-estrutura que o município criou com o dinheiro dos royalties passa ser um problema para o pescador, porque não prevêem o número de veleiros que suporta cada lugar, o espaço que eles podem percorrer. (relato do coordenador da UEPA – campo 2005).

Algum dinheiro dos royalties chegou até aqui? Jamais! Dinheiro de royalties vai pra mão dos prefeitos. Vai para mão de alguns ministérios, mas para atividade pesqueira nenhum centavo. Mas através dos prefeitos e das secretarias... Não fazem. Pintam o meio fio, constroem pracinha, fazem eventos. É fácil. Eventos magníficos como Chitãozinho e Xororó, grandes astros da música brasileira... Mas o custo benefício que deveria voltar para aquele que é o primeiro prejudicado da atividade, não chega.
(relato do presidente da FEPERJ, 2005).

A legislação brasileira relativa aos *royalties*, não prevê qualquer controle por parte das empresas de petróleo sobre a utilização do recurso. A empresa de petróleo paga os *royalties* a ANP (Agência Nacional do Petróleo) que o repassa para o município⁴. O município que recebe os *royalties* é proibido de suprir folha de pagamento com este dinheiro, e não há qualquer menção na lei que garanta que partes deste recurso devam ser destinadas a projetos para compensar grupos impactados. Os critérios de investimento desta compensação financeira ficam a cargo do poder municipal. As empresas de petróleo por não terem obrigações legislativas de intervir no uso do recurso, não querem se comprometer ou criar conflitos com as prefeituras e a ANP, por sua vez, não cumpre seu papel de agência reguladora.

Campanha pelo 1% dos royalties para a Pesca

São questionados por todas as lideranças pesqueiras entrevistadas os critérios de distribuição dos royalties adotados pela ANP. Sobre essa questão, tem ocorrido uma mobilização de todas as organizações de pesca do Estado Rio de Janeiro, “artesanais” ou não, para conseguir incluir na lei que define a distribuição desses *royalties* o repasse de 1% de seus valores a ser aplicado no setor pesqueiro. Inclusive, existe um projeto de lei de 1999 na Câmara dos Deputados que “altera dispositivos da Lei nº9478, de 6 de agosto de 1997, especialmente no que se refere à distribuição das parcelas de royalties excedentes e especiais, destinados aos Municípios para incentivar programas no setor pesqueiro”.

O discurso abaixo, demonstra a afirmação de um representante do sindicato de pesca do estado sobre a existência de impactos sobre a pesca, e propõe como estes deveriam ser compensados através dos royalties.

Eu, como pescador desde 1962, trabalhando em alto-mar nessas áreas hoje proibidas, corretamente, para a segurança das plataformas, acho que o artigo 49, da Lei nº9478/97, que fala dos royalties já devia ter mudado. Se a pesca está ameaçada de naufragar por falta de combustível, por que não usar o

⁴ Para compreender melhor os critérios de distribuição de royalties ver Loureiro (2004)

combustível que sobra das empresas que hoje ocupam as áreas de onde o setor pesqueiro tirava o seu sustento? (...) Não é possível que o setor pesqueiro, único (ou maior) prejudicado ainda não tenha recebido apoio das autoridades competentes para nos ajudar. Não queremos cestas básicas, auxílio-desemprego (a não ser aquele que a lei nos faculta através da CLT), apenas queremos trabalhar, e um entreposto nos ajudaria muito. Quem sabe um dia, aqueles que involuntariamente nos prejudicam nas áreas em que pescávamos não nos livre do naufrágio?⁵(...).

“Eu sou o Meio Ambiente”

Um aspecto interessante, identificado no discurso de alguns representantes de pesca, diz respeito às críticas destes a respeito do que é entendido geralmente pelo órgão ambiental e pelas empresas petrolíferas como compensação ao meio ambiente.

Em um relatório de comunicação social de dois empreendimentos da Bacia de Campos, verifica-se as seguintes afirmações: “Por que se gasta tanto com projetos como o Tamar, mas não apóia nenhum recurso dos pescadores?... Eu sou o meio ambiente”. Percebe-se uma percepção dos pescadores daquilo que Diegues (1998) aponta como o mito da natureza intocada, ou seja, não se pensa em políticas ambientais que englobem as populações tradicionais como os pescadores. Ao contrário, pensa-se que na idéia de conservação ambiental está implícita a ausência de interferências humanas.

A princípio, percebe-se que a demanda dos pescadores é relativa a introdução destes na política de compensação ambiental (seja através dos royalties, projetos de geração de renda, sistema de créditos, etc), ou seja, ser reconhecido e incluído em um sistema cuja categoria de análise que justifica as ações de compensação é o meio ambiente. Por isso, quando em disputas, utilizam-se novas categorias que se tornam políticas como “Eu sou o Meio Ambiente”. Categoria que cria

⁵ Trecho de carta de Manoel Serra, Diretor do sindicato dos Pescadores – retirado da Revista Pesca & Mar (Informativo do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro) Ano XIV – nº85 – Maio e Junho de 2003, pág 15.

identidade coletiva por alteridade à noção e entendimento de que meio ambiente se reduz às faunas e floras “intocadas” pelo homem.

Diante das informações citadas acima se percebe um conflito sobre o que são considerados impactos da indústria petrolífera da Bacia de Campos sobre a pesca, e sobre as políticas de compensação ambientais implementadas pelas empresas petrolíferas e pelas agências e órgãos ambientais competentes.

Recentemente, alguns fatos demonstraram os resultados da mobilização dos pescadores, haja vista que suas reivindicações implicaram em discussões sobre a reestruturação das políticas públicas ambientais voltadas para a análise de impactos e compensações ambientais da indústria petrolífera sobre a pesca.

Em matéria de 14 de setembro de 2003, do jornal *O Globo*, intitulada “Petróleo faz a pesca definhar”, consta depoimento do ministro da pesca, José Fritsch, afinado com as reivindicações dos pescadores sobre a destinação de 1% dos royalties para o setor pesqueiro, inclusive destacando que pretende acelerar o projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata da destinação deste percentual. Além disso, as organizações de pesca também estão atuando na esfera judicial, implementando ações contra as empresas petrolíferas, como a ação que a Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (Feperj) moveu contra as empresas de sísmica que operam no litoral do Estado. Nesta mesma matéria é dito que o IBAMA e a ANP admitem que a pesca é afetada pela atividade petrolífera, mesmo assumindo que não existam levantamentos que especifiquem os danos.

Portanto, constata-se contradições entre o discurso da legislação ambiental e a prática dos órgãos estatais, que foram evidenciadas a partir dos discursos e ações dos pescadores organizados.

2.4 - Outras questões em evidência dos discursos das lideranças

A questão da saúde dos Pescadores

As questões de saúde relacionadas à atividade de pesca são ressaltadas nos depoimentos das lideranças pesqueiras. Demandas por equipamento de saúde nos municípios, a denúncia da contaminação de rios e afluentes em função de acidentes industriais e os problemas decorrentes diretamente das condições de trabalho são os principais temas colocados.

As lideranças de cobram do Poder Público Municipal e órgãos gestores da pesca uma melhor infraestrutura no atendimento médico local, diante da necessidade de mais médicos, dentistas, ambulâncias e hospitais, bem como de assistência médica especializada para a realidade do pescador.

(...) nós temos ali um posto muito do comum, que é difícil ter médico, tem uma dentista ai uma vez por semana, se não estou enganado, no máximo duas vezes e uma ambulância pra atender cinco mil moradores! (...) Às vezes eu pego o meu carro e vou socorrer à noite, fora de hora, principalmente pescadores por que chega no posto a ambulância não está ali, foi atender outra emergência, o cara lembra: “vou lá procurar Tico” e eu vou socorrer. Uma ambulância pra gente seria muito importante, não parece, mas, de repente em questão de minutos você por falta de atendimento perde a vida (...). (presidente da colônia de pescadores de São Francisco de Itabapoana, 2005).

Os municípios de São Francisco de Itabapoana e Atafona foram fortemente afetados pelo desastre ambiental causado no Rio Paraíba pelo descaso da indústria Cataguases, ocorrido em 2003. O presidente da colônia de Atafona relata que, além da destruição dos recursos naturais como o mangue, os rios, a saúde da população também vem sendo atingida em função da contaminação das águas:

Nós estamos tomando uma água cancerosa, nosso mangue está doente, nossos caranguejos estão doente, nossos peixes estão doentes. Qual a pesquisa que fizeram desde 2003? Nada! Veio aquela imundície da fábrica que inundou o nosso Rio Paraíba 4 meses, o mar atingiu, então eu digo a você que os nossos pescadores estão a maioria

deles com problema muito sério de saúde (...) (reato do presidente da colônia de São João da Barra, 2005)

Os problemas de saúde decorrentes das condições de trabalho na atividade pesqueira também são citados nas entrevistas. A falta de itens básicos para o desenvolvimento da atividade pesqueira, como roupas adequadas (macacões impermeáveis e luvas), a exposição acentuada ao sol que pode provocar câncer de pele e problemas de visão, o trabalho braçal e a ausência de conforto nas embarcações - que geram problemas de coluna e de audição devido à convivência por dias com os altos ruídos do motor - são fatores colocados pelas lideranças como as causas maiores dos problemas de saúde ligados ao exercício da atividade.

Hoje o pescador sai com uma roupa passando o maior frio possível, não tem condições de comprar uma roupa adequada, um macacão pra na hora de puxar a rede não se molhar todo. Não tem condições de comprar uma luva para puxar o anzol, às vezes você vê pescador com anzol enfiado nos dedos, os dedos todos atravessados de anzol (...). (presidente da colônia de pescadores de Cabo Frio, 2005).

(...) o câncer de pele que, efetivamente é esse, hoje, a grande preocupação nossa, que tem companheiros nosso do norte fluminense que está fazendo tratamento já há mais de cinco anos e não consegue ficar bom. Se parar a atividade também deixa de comer. Ninguém fala assim: você tem que sair daqui com uns óculos pra filtrar raio solar, você tem que passar... Agora tem essa moda de passar filtro-solar, mas pescador não sabe nada disso (...) um grande problema nosso também é o desenho que o barco tem. São embarcações pequenas que as acomodações são mínimas. Se a embarcação dele tem cozinha, ele fica curvado, se ele vai dormir, ele dorme com a perna encolhida, que a embarcação não dá pra esticar. O gelador, ele é afetado de uma certa forma, porque os depósitos são baixos, porque ele trabalha com gelo, então pode ter problema de coluna. O homem de máquina pode ter problema de audição. Ele está num espaço onde esse espaço não tem estabilidade, é instável. Ele está na água, então ele joga o tempo todo, tem um esforço imenso na sua estrutura” – (presidente da FEPERJ, 2005).

Precariedade de Infra-estrutura para Comercialização do Pescado

O preço do peixe identificado muitas vezes pela população do Rio de Janeiro como alto tem relação direta com a distância que existe entre produtor e consumidor. Isto ocorre pela desarticulação das etapas produtivas pesqueiras, encarecendo o produto e desvalorizando o trabalho do pescador que, por sua vez, se reflete também na qualidade do pescado e na falta de estatísticas - em função da dispersão do mercado, dificultando a gestão do uso dos recursos pesqueiros.

Os pescadores enfrentam dificuldades no momento de comercializar o pescado, que estão relacionadas basicamente à dependência econômica com os atravessadores e com a falta ou precariedade da infra-estrutura das organizações pesqueiras para a autonomia na comercialização.

(...) a gente é obrigado a chegar na beira da praia com o pescado e vender pelo preço que o atravessador resolve pagar e não aquilo que realmente vale o peixe a gente vende pro atravessador que muitas vezes fica duas semanas um mês sem pagar (...). (relato da presidente da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu, 2005).

Uma prática extremamente prejudicial para os pescadores, feita por alguns atravessadores da região, é a venda por “*maré completa*”. Trata-se da mistura de diversas qualidades de peixes, que deveriam ter preços diferenciados e que são vendidos por um só valor por imposição do atravessador.

(...) você chega numa canoa, você vai encontrar 1 garoupa, 10 espadas, 5 xereletes, 05 bardos, então vem uma mistura muito grande na canoa, então, a gente vende a maré completa, todos os peixes misturados por um determinado valor Nós gostaríamos de vender separadamente, cada peixe com o seu valor, mas infelizmente a gente não consegue fazer isso, tem que vender pro atravessador a maré, pelo preço que pagar (...). (relato da presidente da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu, 2005).

O que ocorre, segundo as lideranças, é um ciclo de dependência, resultado do processo de endividamento dos pescadores com os atravessadores. Sem dinheiro para investir, os pescadores recebem adiantamento de capital dos intermediários para viabilizar a estrutura para pesca, geralmente gelo e combustível, o que gera um compromisso na hora da venda do pescado.

A falta de estrutura para conservação do pescado é um dos impasses para uma melhor negociação com os atravessadores, que poderiam continuar a exercer suas atividades, mas com menor capacidade de imposição de regras na negociação, como relatado pelo presidente da colônia de Atafona: (...)*se você não vender o peixe estraga, tem que vender junta os donos de frigoríficos e botam o peixe no preço deles, você é obrigado a vender (...).*

A demanda por infra-estrutura básica é uma constante no discurso das lideranças locais, representantes das colônias e associações. As necessidades são praticamente as mesmas como: frigorífico, fábrica de gelo, caminhão para transporte, bomba de combustível, cais e atracadouro, espaço para beneficiamento, terminal pesqueiro para desembarque com balanças para pesagem e estaleiro.

Direito de defeso para as mulheres

(...) já fomos em busca, foi um grupo grande até Brasília para irem em busca de uma solução desse problema nosso. De Arraial, Cabo Frio, Guaximiba, Gargaiú, São Francisco de Itabapoana. Tem um grupo grande com esse propósito de se reunir e ir buscar os direitos das mulheres". (relato de uma liderança feminina de Macaé, 2005)

Atualmente, em reuniões promovidas pelo SEAP, como as Conferências Estaduais e Nacionais de Pesca, ou seminários realizados para discutir os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro⁶, não se fala somente sobre os direitos dos pescadores, mas destes em conjunto com o das pescadoras ou pescadeiras. Muitas já estiveram em Brasília, nas duas Conferências Nacionais da Pesca promovidas pela SEAP, reunidas para reivindicar a mudança na lei do defeso.

A principal reivindicação das pescadoras é o direito da mulher de receber o seguro-desemprego em época de defeso, já que a cadeia produtiva da pesca se insere numa unidade familiar que inclui o

⁶ Participei em agosto de 2006 de um Seminário denominado “Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental” realizado pela Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, cujo tema das pescadoras teve ampla visibilidade. Estava presente neste seminário a primeira mulher presidente de uma Federação de Pescadores, no caso a de Recife.

marido que pesca e a mulher que trabalha no beneficiamento do pescador, como por exemplo, no caso do camarão que o homem pesca, e as mulheres - "descascadeiras" - descascam para venda.

A situação das mulheres que trabalham com pesca é relatada no depoimento uma liderança de Macaé, que se define como “descascadeiras” - aquela que descasca o camarão pescado pelo marido:

(...) a minha profissão é como descascadeira. Tem a desfiladeira, a marisqueira, a caranguejeira. Cada um tem uma função, nem todas são iguais. Então quando fecha a pescaria do camarão, os pescadores recebem 3 meses de defeso. E nós como estamos em luta..., eu mesmo vivo descascando camarão, então na época da desova eles não podem pescar porque está fechado e nós também não podemos descascar porque nós precisamos deles para buscar e trazer pra gente. Então precisamos também desse direito porque nós vamos ficar paradas como mulher de pescado (...). (descascadeira do município de Macaé, 2005)

2.5 – Conclusão

Os discursos e práticas das lideranças, num contexto de conflitos internos, no que diz respeito às suas disposições de luta, têm relação como vimos no Capítulo 1 com a busca de reconhecimento das mesmas enquanto sujeitos políticos atuantes na defesa de seus diferentes interesses, questão que se evidencia, principalmente, por seus discursos sobre as dificuldades enfrentadas pelo pescador em sua atividade, ocasionadas principalmente pela “falta de vontade política” dos governantes.

A “falta de vontade política” como vimos neste capítulo está associada a uma série de problemas enfrentados pelos pescadores gerados pela ausência de políticas específicas voltadas para os pequenos produtores que tem sofrido historicamente com a diminuição dos recursos pesqueiros, resultante da atuação da pesca industrial, da poluição, da falta de ordenamento e fiscalização, do aumento da atividade petrolífera; da falta de infra-estrutura e da ausência de benefícios específicos para este tipo de trabalhador, como para a saúde, segurança e outros.

Nas reivindicações de compensações com relação às atividades de petróleo, pudemos ver de forma concreta os problemas de ausência de políticas compensatórias para os pescadores e as questões de busca de reconhecimento por estes direitos. E para esta atuação, que é desenvolvida dentro de um campo de disputa ambiental, utiliza-se a argumentação de que os pescadores são o “meio ambiente”, dependente dos recursos marítimos assim como as baleias ou as tartarugas.

Capítulo 3 – As disputas existentes entre as organizações pesqueiras

Nos capítulos anteriores foi feita uma contextualização do processo histórico de formação das organizações políticas pesqueiras acompanhado das políticas públicas para o setor e dos principais problemas enfrentados pelos pescadores, que resumem as principais “bandeiras”, numa tentativa de demarcar um campo dinâmico de atuação das lideranças pesqueiras pesquisadas. Tentou-se apontar as questões em vigência nos discursos das lideranças, como representantes de uma “classe” que busca como tal reconhecimento pelo Estado.

Neste serão trabalhadas as diferenças e disputas internas das organizações desta “classe” de pescadores, analisando melhor os resultados da conquista de autonomia das representações e da criação de associações. De como foram sentidas e absorvidas tais mudanças, numa perspectiva de entendimento de transformação social processual e sem grandes rupturas objetivadas racionalmente.

Também serão discutidas algumas motivações das ações políticas das lideranças, enquanto ocupantes de cargos e espaços que conferem certos graus de poder e status locais, e de como isto é fonte de conflitos entre elas, visto a disputa de maiores ou menores prestígios sociais.

3.1 – A questão da autonomia na representatividade – algumas observações sobre o caso das organizações pesqueiras do Rio de Janeiro

Vimos no Capítulo 1 que o processo de mobilização dos pescadores que resultou na conquista da equiparação das colônias aos sindicatos dos trabalhadores rurais, abrindo-se, assim, possibilidades de modificação nos seus estatutos e para a liberdade de ações desvinculadas do controle estatal.

Porém, muitas colônias permaneceram funcionando segundo o antigo estatuto, podendo ter como associados não só os pescadores “artesanais” e “empregados” como a classe patronal, os armadores e seus prepostos.

Outras colônias mudaram seus estatutos definindo claramente as categorias que representam, como o caso da Colônia de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, cujo nome já é esclarecedor, “Colônia dos Pescadores Artesanais e Empregados de Angra dos Reis”. Os armadores pertencentes à classe patronal não podem ser associados a esta colônia, bem como os demais trabalhadores envolvidos nas indústrias de pescado e no mercado de comercialização, atravessadores, donos de peixarias, etc. Nesta colônia são realizadas eleições para o cargo de presidente que seguem as regras dos estatutos sindicais.

Pode-se perceber, através do relato do presidente da Colônia de Pescadores de Cabo Frio, uma distinção entre as categorias de trabalhadores da pesca que podem se associar à colônia, entre aqueles que vivem no regime de “economia familiar” - que são os considerados artesanais - e os que são empregados de uma indústria, em oposição aos empresários da pesca (“armadores” – aqueles que não vão para a pesca, mas somente são os donos de frotas de barcos). Além dos pescadores “artesanais”, esta colônia também representa os empregados da pesca industrial, mas não os armadores.

Pesq: Mesmo que ele seja empregado de indústria ele pode ser da colônia também!?

Ent: Pode e é, todos eles são da colônia. Isso não tem separação, né. Porque o dono do barco ele precisa do pescador. Então não importa, ele tem que estar filiado a colônia e pescar lá na indústria.

Pesq: E dono de barco?

Ent: Dono? Dono de barco ele não é pescador, ele é armador, ele é um empresário. Ele tem o documento de armador, portanto eles têm o sindicato deles também.

Pesq: Qual a diferença de um armador para um dono de uma embarcação?

Entr: Porque tem um pescador que tem um barquinho, ele pesca no barco dele, aí ele é pescador. Já o que tem uma frota de barco, ele bota pra pescar e só fica esperando o peixe. Esse é o armador.

Quanto à conquista do direito de livre associação, que resultou na criação de diversas associações na década de 1980, percebe-se que muitas foram criadas por oposição às colônias que permaneceram sob o regime do estatuto aprovado em 1973.

A diretoria da colônia que tem sede em Itaipu, por exemplo, não é formada de pescadores, são dos intervenientes que entraram a oito anos aqui na colônia e até hoje vem ganhando como chapa única, a meu ver isso é ilegal, a nossa associação é feita só por pescadores e família de pescadores, só comunidades tradicionais fazem parte dessa diretoria, a colônia não (...). (relato da presidente da Associação Livre de Pesca de Itaipu, 2005).

Essa conquista do direito de livre associação tem sido também utilizada por outros grupos formados por pessoas de fora da pesca, como um caso citado por Cardoso (2001) da criação de uma Associação de Pescadores na cidade de Paranaguá – PR, dirigida por um tenente reformado da Marinha que fazia oposição ao trabalho da colônia dirigida por pescadores.

Não podendo haver duplicidade de representação em um mesmo município, este fato gera uma relação complicada para a definição de representação legal dos pescadores junto aos órgãos regulamentadores do setor. Nos debates, os argumentos em favor das colônias giram em torno à questão de se sua legitimidade conquistada pela maior tradição junto aos pescadores, por isso, em muitos locais, essas foram mantidas.

O fato, porém de coexistirem colônias, sindicatos e associações gera alguns atritos na representação legal dos pescadores e interfere diretamente em questões como financiamentos, parcerias, entre outras, sendo, porém predominante as Colônias de Pescadores como parte do sistema de representação oficial da categoria. (Cardoso, 2001, p. 113).

A ALPAPI (Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu) do município de Niterói foi uma das primeiras associações formadas no Estado do Rio de Janeiro, após a conquista do direito constitucional de livre associação. Segundo o relato da representante desta associação, a criação de diversas associações livres em todo litoral do país foi fruto do trabalho de mobilização política realizado por Frei Alfredo, um representante da pastoral¹.

A ALPAPI como as associações livres que existem no litoral do país, foi criada, fundada com a ajuda do Frei Alfredo, na década de 80 e ele fez esse trabalho em todo

¹ Porém é importante destacar que esta foi a única entrevista cujo trabalho de Frei Alfredo foi citado.

o litoral do país, formando associações para que essas associações pudessem representar os pescadores no lugar das colônias que eram órgãos comandados pelo governo, e não tinham uma representação verdadeiramente da pesca(...). (relato da presidente da ALPAPI, 2005)

Algumas associações foram criadas para representar novas categorias de pescadores, que surgiam em virtude das influências das políticas ambientais introduzidas no país, como aqueles inseridos em Reservas Extrativistas Marinhas ou em trabalhos de maricultura, opção alternativa à extração. Este é um caso representativo no município de Arraial do Cabo no Rio de Janeiro, onde coexistem várias organizações pesqueiras como veremos nos próximos capítulos..

Outra particularidade existente na origem das associações diz respeito à territorialidade, visto que muitas surgem em função de conflitos espacializados com um certo grupo de pescadores atuante numa determinada área. Podemos citar, como exemplo, a Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, a Associação de Pescadores de Manguinhos do município de Búzios e a Associação de Pescadores de São João de Cabo Frio, todas formadas na década de 1980.

A primeira, de Arraial do Cabo, foi criada em função de conflitos entre pescadores e surfistas na Praia Grande, uma das localidades do município de grande importância pesqueira (veremos melhor as motivações de criação desta associação no capítulo 5 desta dissertação). A segunda, de Búzios, representa exclusivamente os pescadores de Manguinhos e teve como motivação de sua fundação a necessidade de mobilização para impedir a tentativa de uma empresa de exportação de pescado localizada em Cabo Frio, a Brasfish, de instalar uma fábrica de gelo numa área utilizada pelos pescadores artesanais locais. A terceira, de Cabo Frio, foi criada para atender às necessidades exclusivas dos pescadores de Santo Antônio, localidade que se encontra às margens do rio São João, visto esta ser uma região mais isolada do centro do município distante da sede da colônia, o que dificulta o acesso dos pescadores até a mesma.

Existe toda uma discussão entre as lideranças de colônias e associações entrevistadas sobre a existência nos mesmos municípios destes dois tipos de organizações, e mesmo nos contextos estaduais e federais. De um lado, algumas lideranças das colônias afirmam que a existência das associações enfraquece o movimento dos pescadores por representarem interesses de grupos específicos e não da “classe” como um todo. Nos argumentos, percebe-se uma diferenciação do que

seria entendido como “trabalho político” em oposição ao “trabalho da classe”, sendo o primeiro caracterizado enquanto uma ação de interesse pessoal e o segundo do conjunto dos trabalhadores da pesca.

(...) Porque as associações elas são criadas por interesses políticos e aí elas fogem muito do trabalho das colônias. Porque a colônia ela tem um trabalho com a classe. E eles fazem um trabalho político. Porque se é um interesse político na hora de ir em defesa de coisa., o interesse do cara é puxado logo para ele (...) Porque as associações elas podem formar com dois pescadores. A colônia ela tem que ter 300. Segundo: forma-se uma associação com 30 sócios, o presidente da associação só responde pelos 30. A colônia não, ela tem uma abrangência muito grande; ela abrange: mar, rio e lagoa. E por isso nós somos federativos, porque as colônias são sindicatos, nós somos base sindical (...). (relato do presidente da colônia de Cabo Fio, 2005).

De outro lado, alguns representantes de associações apontam a necessidade de criação de outras entidades que não estejam vinculadas ainda aos “interventores”, presididas por representantes não vinculados à pesca e que por possuírem estes cargos exercem poder abusivo sobre os pescadores, atendendo somente aqueles ligados mais às suas relações pessoais ou que componham seu quadro político. Nestes relatos também se percebe a associação do termo político ao interesse pessoal.

(...) como se confiar num órgão como a colônia, onde o presidente faz sua própria política? Mal responde a quem precisa. Estive lá fazendo meu seguro desemprego e me disseram não pode porque está inadimplente com a Colônia. Como vou confiar num órgão que dificulta, faz uma política contra quem vive da pesca (...). (relato do presidente da Associação dos Pescadores e Mergulhadores de Arraial do Cabo, 2005).

(...) Eu tenho 20 anos de matrícula, embarco em alto mar, já tive um acidente em alto mar. Quando fui procurar a colônia ela estava fechada. Ninguém me ajudou, tive que pagar tudo e ser descontado. Tive que operar o dedo. Isso é nosso direito e no final das contas não temos direito a nada. A minha revolta com a colônia de Cabo Frio é isso aí. Isso faz seis anos(...). (relato do presidente da Associação de Pescadores de São João, 2005).

Na esfera estadual, a configuração das organizações também reflete um quadro desta disputa. No Estado do Rio de Janeiro existem três diferentes formas de organização dos pescadores “artesanais” com representação estadual: a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPE RJ), a Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro (FAPESCA) e a União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro.

A Feperj, única organização diretamente vinculada à Confederação Nacional dos Pescadores, é a mais antiga das três, englobando somente as formas mais tradicionais de representação: as colônias de pescadores. A gestão do atual presidente da FEPE RJ já dura oito anos, dois anos iniciais por junta governativa nomeado pela Confederação Nacional num momento de “*transição*” e seis anos por mandato eleito. A junta governativa é um recurso utilizado para fases de reorganização, após crises políticas de uma diretoria, quando a entidade está fechada e vai ser reaberta ou quando está sendo criada. A federação, além de, segundo seu presidente, *assessorar as colônias, fazer controle, fiscalização, orientação, suporte jurídico, técnico*, tem o poder de intervir nas gestões das colônias em momentos de crise.

Pelo fato da FEPE RJ representar somente as colônias, surgiram as outras duas organizações, a FAPESCA que engloba somente as associações de pescadores (foi possível verificar que atualmente, embora ainda atuante, possui pouquíssima visibilidade para o campo de estudo) e a UEPA, formada em 2004, que propõe a “união” de todas as formas de organização dos trabalhadores da pesca e que está atualmente com uma forte atuação dentro do setor.

Em consulta a uma dissertação de mestrado recentemente defendida no Museu Nacional - intitulada a “*Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões*”, de Deborah Bronz (2005) – é feita uma caracterização da UEPA, visto ser o líder desta organização um dos mais atuantes na questão de reivindicações de direitos às compensações das atividades petrolíferas. Sua fundação, inclusive, tem relação direta com as consequências das ações das atividades de petróleo, em especial da empresa Shell. Foi durante a realização de reuniões para a “comunicação social” da empresa que a UEPA foi formada, tendo inclusive a representante da empresa responsável pelo setor institucional da empresa, como uma “madrinha” da organização.

Bronz (2005) ao indagar os componentes da UEPA sobre as motivações que originaram a criação desta organização surgiu a questão do não reconhecimento das demais como representantes dos pescadores. Quando questionados sobre a existência da FEPERJ, responderam para a autora que *não se sentiam representados pela mesma, pois, além da Federação só englobar as colônias de pescadores e não as associações de pesca, cooperativas e congêneres, a FEPERJ tem dirigido mais atenção aos pescadores que desenvolvem um tipo de pesca não artesanal* (Bronz, 2003, p. 94).

Alguns representantes das associações também fizeram uma acusação clássica em relação a FEPERJ, como vimos na contextualização das disputas do setor, no sentido de que o representante de uma entidade não poder ser um trabalhador “de fora” da pesca.

(...) porém, hoje essas colônias são comandadas por uma federação. Elas não fazem nada se não falar com o Pugas (pres. da Federação) que nem pescador é. Era empresário de ônibus. Quem deu uma matrícula de pescador pra ele foi meu irmão quando era presidente da colônia Z-8. Hoje, criou uma cobra daquele tamanho. Se você pergunta a ele o que é uma pesca, ele não sabe (...). (relato do presidente da Associação do Rio São João, 2005).

Ao mesmo tempo, as algumas lideranças, em especial das colônias, classificam a UEPA como mais uma organização que reforça a não “união” dos pescadores, já que os posicionamentos de suas lideranças são muitas vezes contrários aos da FEPERJ, em situações que seriam importantes e decisórias para o setor como as Conferências Nacionais de Pesca realizados pela SEAP.

Percebe-se uma grande diferenciação dos tipos de organização – FEPERJ e UEPA, quanto às suas estruturas de funcionamento no que diz respeito aos valores mais modernos de democracia ou autoritarismo. As estruturas consideradas como centralizadoras da FEPERJ e de algumas colônias, bem como suas aberturas para intervenções e não obrigatoriedade da presença de “pescadores” em seus quadros administrativos são questionadas como continuidades de práticas autoritárias. Por outro lado, a abertura considerada “demasiada” da UEPA feita através do estímulo que esta entidade promove para abertura de associações “livres” em todos os municípios, é percebida como uma ação prejudicial para a “união” dos pescadores e que dá margem para formação de representações ilegítimas de não pescadores.

A UEPA, como “novo” tipo de representação do setor, se define como *uma entidade colegiada* e não tem a estrutura tradicional de diretoria composta por presidente, secretário, tesoureiro que rege as colônias e a federação estadual. Organiza-se em coordenações e seus administradores se dividem em coordenadores, mediadores e secretários. Outra autovalorização da entidade como ponto de diferenciação é o reconhecimento da necessidade do trabalho nas “comunidades”, e da garantia da “participação” desta, palavras estas chaves nos discursos das instituições políticas modernas.

Uma questão legal, que é o foco da UEPA hoje, é a participação da comunidade na elaboração das questões. Não só a gente dentro da UEPA tem percebido a importância da comunicação, como temos tentado levar isso para as comunidades (...). (relato de um mediador da UEPA, 2005).

Porém, tentando escapar de uma abordagem onde os grupos estariam em posições rígidas na estrutura social, propomos discutir a configuração contemporânea das relações de poder entre as diferentes organizações pesqueiras, bem como analisar os princípios tradicionais ou modernos que estão em jogo nas relações interdependentes entre estas e destas como os demais agentes sociais atuantes no setor pesqueiro. Desta forma, os discursos apresentados entre dois pólos ideais (colônias e associações) servem para dar uma base sobre as percepções das lideranças de “como” deveriam ser suas estruturas políticas e não de como na prática as ações ocorrem.

Sendo assim, verifica-se um posicionamento não estático das organizações pesqueiras nas suas ações, mas sim dinâmico, de acordo com as diferentes estratégias adotadas frente a situações de interesses diferenciados. Dependendo dos contextos da ação política, colônias e associações podem ou não atuar em conjunto, reforçando ora a unidade da “classe” frente a um órgão regulador do setor ou demais agentes sociais, ora a cisão entre os grupos, diante de possibilidades de interesses específicos.

Pode-se verificar que, em muitos casos, diante do IBAMA, SEAP ou empresas de petróleo está um grupo maior de pescadores, independente de suas diferenciações, com as mesmas percepções dos problemas enfrentados pelo setor e cobrando em conjunto uma ação para a melhoria da “classe”. Em outros momentos prevalecem os interesses específicos dos grupos, de colônias ou associações, relacionadas a grupos dominantes destas organizações.

Outra questão que reflete um processo dinâmico diz respeito ao rompimento de determinadas regras estabelecidas. Um exemplo é a questão de que os cargos administrativos só poderiam ser ocupados por pescadores, bem como de que só estes poderiam ser filiados o que, atualmente, vem perdendo força frente a novas demandas e condições de existências das organizações.

Podemos citar dois casos de estratégias de Associações, que foram instituições criadas em cima deste princípio. Uma, a Associação de Pescadores de Manguinhos, que introduziu a figura de um contador que nenhuma relação tinha com a pesca na estrutura administrativa: *quando assumi a presidência tiramos o vínculo do presidente e tesoureiro de manusear o dinheiro. (...) contratamos um contador que está na entidade até hoje*. Ele justifica a mudança: *Tudo vai da união e de ter transparéncia. Aqui também tivemos problemas só que entregamos a administração na mão de terceiros e aqui o sucesso é total*. E outra da Associação de Niterói, que como estratégia para conseguir recursos financeiros está fazendo uma reforma de estatuto para abrir nova filiação para pescadores e sócios-amigos (...) *que não tem direito a voto, mas tem direito a voz, e são pessoas que de alguma maneira se interessam pela Praia de Itaipu, pela pesca, pela tradicionalidade e que querem vir ajudar os pescadores nesse trabalho (...)*.

Esta proposta atual de reestruturação da Associação, como recurso para contornar uma situação de dificuldade financeira possui o mesmo conteúdo de estrutura das colônias de pescadores previsto no estatuto de 1973 no seu artigo 6º, onde uma das categorias de associados eram os “sócios beneméritos, ou sejam, qualquer cidadão que for com tal título agraciado em Assembléia Geral da associação, por serviços ou atitudes relevantes em relação à classe não implicando essas condições na outorga de direitos, vantagens ou deveres”.

3.2 – A importância dos cargos administrativos como forma de poder local

Como veremos, a ocupação de um cargo administrativo das colônias e associações torna-se uma forma de poder local, visto que se configura como papel social carregado de *status*, honrarias, ou fornecedores de possibilidades para conquista de variados interesses.

As atribuições das colônias pesquisadas na região da Bacia de Campos estão relacionadas principalmente em torno da legalização profissional do pescador e de sua inserção no âmbito dos direitos e benefícios sociais. O conhecimento burocrático do quadro administrativo, dos caminhos e formas de acesso a tais benefícios torna-se fundamental para as lideranças. Sem estar documentado ou legalizado, não existe possibilidade de acesso aos seus direitos e, desta forma, estes só são garantidos com a ajuda dos dirigentes da colônia, o que lhes confere *status social*.

Os dirigentes utilizam a categoria “pescador documentado” para definir o pescador que está em dia com suas obrigações legais e que tem direito aos benefícios sociais existentes. Sem estar documentado, o pescador está (...) *excluído de todos os seus direitos, como o seguro desemprego, Previdência Social, aposentadoria, auxílio doença, mulher pescadora ou caranguejeira tem direito ao auxílio maternidade, um meio do pescador se assegurar pro futuro e também pra uma emergência com o seguro desemprego durante o defeso o pescador tem o direito de receber aquele salário durante o mês de proibição das pescas e se ele não tiver documentado ele não tem como obter os seus direitos (...)*, afirma o presidente da colônia de São Francisco de Itabapoana.

Outro foco de poder bastante questionado pelas associações está relacionada a existência de um regra prevista no estatuto da colônias de 1973 no seu artigo 20º, e que é seguida pela maioria das lideranças entrevistadas: que “somente os sócios quites com a colônia e/ou órgãos Federais e /ou Órgãos Estaduais ligados à pesca e tendo sua documentação devidamente atualizada, poderão tomar parte nas Assembléias e assinar o livro de presença”. O fato de que somente os pescadores em dia com as suas mensalidades com a colônia poderão receber seus benefícios é um grande foco de conflito.

Para a sustentabilidade das colônias de pescadores as contribuições, na forma de mensalidades ou anuidades, pagas pelos pescadores afiliados, segundo os dirigentes, são essenciais. Segundo o secretário da FEPERJ, o sistema de contribuição das colônias de pescadores é peculiar: (...) *a colônia é o único sistema sindical do país onde a contribuição é voluntária, é espontânea. Ela não sofre desconto em folha, não sofre desconto de sistema nenhum.*

Os valores variam de 4 a 15 reais mensais, dependendo da colônia e, mesmo sendo relativamente baixos, a queixa de inadimplência é recorrente, justificando-se esta pela crise econômica enfrentada

pelo setor: (...) a inadimplência é muito grande porque o pescador pesca pouco, a pesca artesanal, por exemplo. Então o pescador, tem dias que não tem o dinheiro, gasta o dinheiro em casa com a família e não paga a colônia às vezes. A mensalidade hoje é de quatro reais por mês, dá uma média de 48 reais por ano (...), afirma o presidente da colônia Z-8. Na Colônia Z-5 de Arraial do Cabo não é diferente, segundo o presidente: Tem que estar em dia, mas a situação é tão difícil, muitos não pagam por falta de pescado (...). Na Colônia Z-4, de Cabo Frio, a situação é a mesma: (...) nós temos a inadimplência. Quase 90% não paga. É que a pesca hoje está muito difícil. Nem todo dia a gente pega peixe. A gente mata um dia e fica meio sem pegar (...).

QUADRO DE INADIMPLÊNCIA

Colônia	Valor cobrado	Nº aproximado de associados	% de inadimplentes
Z-1 (São Francisco de Itabapoana)	40,00 anualmente	1.100	-
Z-2 (Atafona)	60,00 anualmente	3.000	50%
Z-3 (Macaé)	5,00 mensais	1.300	84,6%
Z-4 (Cabo Frio)	15,00 mensais	3.400	88,2%
Z-5 (Arraial do Cabo)	5,00 mensais	1400	-
Z-8 (Niterói e São Gonçalo)	4,00 mensais	12.340	“inadimplência alta”
Z-19 (Campos)	5,00 mensais	1.800	-
Z-22 (Rio das Ostras)	5,00 mensais	150	50%
Z-23 (Búzios)	10,00 mensais	400	85%

Fonte: trabalho de campo 2005.

A contribuição é utilizada para manutenção da infra-estrutura das colônias, como pagamento de funcionários, aluguel de sede e para encaminhamento de documentos dos próprios pescadores para órgãos responsáveis como a Marinha, Previdência Social, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Cerca de 12% das contribuições é repassada pelas colônias à FEPERJ, que por sua vez, repassa metade deste valor (6%) para Confederação Nacional de Pesca. Desta forma, todo um sistema representativo é sustentado, em grande parte, considerando também alguns poucos casos de apoio do poder público ou privado, pela contribuição sindical do pescador: (...) porque nós temos por

estatutário, as colônias tem que repassar 12% de sua receita bruta para federação. E a federação no mesmo seguinte, ela tem o dever de repassar para a confederação 6%. Então o que a colônia manda de 12 eles divide e fica com 6 para federação e 6 para confederação(...), informa o presidente da Colônia Z-04 de Cabo Frio.

Segundo os relatos de alguns representantes das colônias, foram comuns as práticas de desvios de verbas por lideranças de gestões anteriores criando uma falta de credibilidade sobre estas instituições, afastando os pescadores das entidades:

(...) hoje está melhor. Os pescadores viam como uma arapuca e hoje, devido ao trabalho de algumas lideranças, isso mudou. A instituição começa a se fragmentar quando algumas lideranças utilizam esse espaço pra arrumar um emprego para os filhos, um encosto de um prefeito, e por aí vai. Eu conheço pessoas que já foram presas por falcatura(...). (relato do presidente da colônia de pescadores de Rio das Ostras, 2005)

Tais tipos de acusações de abusos de poder para a realização de interesses pessoais são bastante recorrentes sobre as atuais gestões, tanto das colônias quanto das associações, com exemplificação de vários casos de filhos de lideranças que trabalham para a Prefeitura ou de verbas destinadas para o setor pesqueiro de um município que desapareceram, e por aí vai. As lideranças destas organizações possuem uma vasta relação de contatos com representantes do setor público e privado, o que amplia suas possibilidades de utilização de recursos para conquista de interesses específicos, sejam individuais ou de um determinado grupo. Isto pode reafirmar sua posição de *status* com os pescadores, na medida em que garanta a um grupo acesso exclusivo a benefícios que os de oposição, mesmo sendo pescadores, não possuam.

São por estas razões, também, que as colônias além de acusarem as associações de atenderem a interesses políticos ou particulares de um grupo específico de pescadores e de com isso desunir a categoria, reforçam a noção de que a colônia é a base sindical e representa a classe na federação, no sentido que estas entidades são as únicas que detêm o poder de assinar e pleitear os benefícios relativos aos pescadores artesanais como financiamentos, aposentadoria e outros. Este poder torna-se fundamental para um controle mais centralizado sobre os pescadores.

Porém, alguns representantes das associações apoiados pela UEPA iniciaram um movimento desde 2003, quando ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Pesca organizada pela SEAP, para acabar com esta situação, o que resultou, recentemente, na emissão de uma liminar em 2005 que garante às associações o direito sindical de representar a categoria, dando poderes para estas organizações de garantirem o acesso dos pescadores a seus direitos.

Um dos principais direitos dos pescadores que motivou grande parte deste movimento foi o seguro-desemprego, conhecido como “seguro-defeso”², que é um benefício concedido em função da proibição em determinadas épocas de se pescar certas espécies. Este seguro estabelece a obrigatoriedade do pescador de possuir um atestado de que é afiliado a uma colônia, mas não de que tenha que estar em dia com a mesma para poder obtê-lo.

Por esta razão explica um representante da UEPA o motivo de suas reivindicações: (...) *estamos brigando contra a posição de que só a colônia pode dar o atestado dizendo que o pescador pode receber o defeso, isso é inconstitucional porque ninguém precisa ser filiado a nenhuma colônia para receber o defeso (...).* As associações também questionam a prática da colônia de só encaminhar o defeso de pescadores que não estão inadimplentes: (...) *estive lá fazendo meu seguro desemprego e me disseram: não pode porque está inadimplente com a Colônia. Como vou confiar num órgão que dificulta, faz uma política contra quem vive da pesca? (...).* (relato do representante da Associação de Profissionais de Pesca e Mergulho de Arraial do Cabo, 2005)

Um fator agravante que ocorre quanto ao defeso, assim como também em relação a possibilidade de adquirir crédito pela linha de financiamento do governo federal – o PRONAF/Pesca -, é que o acesso a tais benefícios está sendo facilitado para pessoas não relacionadas ao trabalho da pesca, em função tanto da falta de um cadastramento de pescadores feito diretamente pelos órgãos reguladores, a SEAP, quanto das relações pessoais das lideranças tanto de colônias quanto de associações. Existe uma diferenciação que se faz entre “pescador de fato” em oposição ao “pescador de direito”, sendo

² Visto as condições de queda da produção pesqueira em virtude da prática da pesca predatória é criada em 1991 a lei de seguro desemprego para assistir financeira e temporariamente ao pescador profissional que exerce sua atividade de forma “artesanal” e fica impedido de pescar no período do defeso (período de proibição da pesca para preservação de uma espécie marinha ou lacustre). O benefício é concedido no período de proibição da pesca para preservação da espécie marinha ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros.

o primeiro relativo ao trabalhador de fato da pesca e o segundo que mesmo sem o ser tem acesso aos direitos.

(...) O pescador de direito nem sempre é pescador, por que qualquer um que não tenha a carteira assinada e vier ao órgão responsável, que hoje é a SEAP –, e se declare pescador ele vai ter uma carteira de pescador, e vai ter o direito de qualquer pescador. Já o pescador de fato, vive da sua praia, da sua pesca, do seu mar, ou seja, do pescado, do peixe ou do marisco, mas ele vive da pesca da arte de pescar; esse é o pescador de fato (...). (relato da representante da ALPAPI de Niterói, 2005)

Com relação às associações, o presidente da colônia de Cabo Frio reclama que estas entidades filiam pessoas que não são pescadores e comprometem as colônias que encaminham o defeso: *Tem presidente de associação aí que a família dele em peso recebeu o seguro do camarão e de sardinha.* Tal tipo de acusação também é feita pelas lideranças das associações com relação aos das colônias.

No período do trabalho de campo em Arraial do Cabo, presenciei o processo de conquista do seguro-defeso de uma pessoa que trabalhava no estacionamento de uma praia. Foi um representante de uma das associações dos pescadores desta praia que, por ser seu amigo, e querer lhe ajudar por passar dificuldades financeiras, assinou sua carteira de pescador embora este não o fosse. Também em Arraial do Cabo uma liderança de uma das Associações afirma:

(...) aí o cara paga a colônia, paga o INPS dele anual porque a gente como pescador, paga anual, e é pescador, aqui em Arraial do Cabo nós temos pipoqueiro, nós temos dono de bar, nós temos vendedor de gás, nós temos barco, e mulheres que fazem, que trabalham em barco de passeio que eu vi ontem, contatei ontem, ainda falei pra ela assim, eu não sabia que tinha defeso pra passeio, pra quem faz passeio, sabe, coisa que te revolta porque você que está no mar todo dia (...). (liderança da Associação de Pescadores Artesanais de Arraial do Cabo, 2005)

O poder que os dirigentes possuem de atestar se alguém é pescador “de fato” cria para estes prestígios locais e, muitas vezes, justifica suas lideranças por reforço de laços de solidariedade. Podemos então pensar um pouco mais sobre como se dão as relações de permanência de determinadas lideranças no tempo. Quais as razões de permanecerem no cargo por longo tempo,

como ocorre com a maioria das colônias de pescadores e parece ser esta também a tendência para as associações. Para entender melhor as motivações individuais e grupais quanto ao porque se associam politicamente, é fundamental a discussão sobre a relação de dominação dentro e entre estes, resultado de indagações relativas a “como” se constituem os grupos e o “porque” dos membros de determinados grupos obedecerem a seus dirigentes³.

O fato dos dirigentes possuírem conhecimentos especializados para exercerem tais cargos, que não se acumulam instantaneamente, mas sim na prática administrativa e política, de estarem dispostos a quotidianamente atuar nestes espaços, de possuírem tempo suficiente para uma ação não remunerada, exercem influências fundamentais para torná-los profissionais da política.

Tais líderes e ocupantes dos quadros administrativos atuam em determinados espaços públicos que exigem um conhecimento específico das regras normativas e pragmáticas que os constituem. Tem-se, então, como uma importante propriedade para se pensar a atuação de grupos sociais, o processo de aprendizado de uma linguagem, de um capital simbólico, de um conhecimento específico pertencente a diferentes esferas de disputa.

Destes conhecimentos específicos surgem as diferentes estratégias e táticas definidas e praticadas em condições determinadas por espaços onde estas são exercidas. As regras do jogo precisam ser conhecidas pelos seus participantes, tanto aquelas relativas a uma “ordem” instituída quanto aquelas pertencentes às brechas normativas para que possam ser acessadas para a disputa.

Uma exemplificação da importância deste conhecimento diz respeito ao fato de que muitos dirigentes de colônias conseguem reverter um quadro negativo para si durante as eleições, através da utilização de instrumentos burocráticos previstos nos estatutos e regimentos internos da instituição, que seus oponentes não dominam. Ou acionam a intervenção da Federação no processo, como ocorreu, por exemplo, nos municípios de Búzios e Arraial do Cabo.

³ Uma das principais contribuições teóricas para o entendimento desta questão foi o fato de se trabalhar na perspectiva da dominação como relação. Weber em “A política como Vocação” afirma que a legitimidade de uma dominação supõe inter-relação e conceitua dominação como relação. Simmel, em “Supeordination and Subordination” trabalha com a dimensão da escolha dos indivíduos, apontando diferentes instâncias de negociações e poder dos subordinados.

No primeiro caso, a estratégia de intervenção foi a de articular com um grupo opositor ao quadro mais tradicional da colônia de Búzios (este pertencente ao domínio da Federação), como gestão interina, o que foi aceito. Porém o que este grupo desconhecia, era que por ser interino não poderia concorrer como chapa para as próximas eleições, o que garantiria a vitória do antigo grupo por falta de chapa. No segundo caso, foi divulgada entre os pescadores a não obrigatoriedade de se estar em dia com a colônia para ter poder de voto e, com cerca de uma semana de antecedência, houve uma intervenção da Federação mudando esta situação, o que garantiu a vitória da chapa antiga favorável à diretoria da FEPERJ.

3.3 Conclusão

A possibilidade de reestruturação das colônias, aberta a partir da Constituição de 1988, não significou necessariamente a modificação nas formas e regras de funcionamento destas organizações. Tal possibilidade não foi utilizada por uns, que mantiveram em seus cargos administrativos os “interventores” sem vínculos com a pesca, e ao mesmo tempo foi aproveitada por aqueles que mudaram seus estatutos para diferenciar as categorias de trabalhadores da pesca, como vimos no caso da colônia de Angra dos Reis.

Assim como esta possibilidade não significou uma ruptura imediata, a de formação de associações também conquistada apresenta a mesma característica. Pôde-se perceber que no discurso “ideal” da função das associações, de “como” devem ser, há um entendimento destas como espaços para atuação de pescadores de “fato” e não de pessoas de “fora” da pesca e de que seus cargos administrativos só poderiam ser ocupados por pescadores. E como vimos, foram criadas associações de grupos de “fora”, assim como, ao longo do tempo, tais posturas foram sendo flexibilizadas, visto o estabelecimento de estratégias que visaram a inclusão dos de “fora” para a garantia de funcionamento e continuidade destas organizações.

As principais disputas em torno de maior ou menor legitimidade de representação dos pescadores das colônias e associações estão relacionadas com as percepções “ideais” de “como” deveriam ser cada uma destas formas de organização. Para os representantes das colônias estas são mais legítimas pela força da tradição e por representarem a “classe” de trabalhadores da pesca de forma não segmentada, como no caso das associações, que como vimos são formadas em muitos casos

para representarem grupos específicos de pescadores, seja por tipo de pesca, ou por um território como de uma praia ou outra ou para a resolução de um conflito específico. Para os da associação há a necessidade de ruptura com os “interventores” e a necessidade de garantia de direitos para todos os pescadores independente de estarem ou não em dia com as mensalidades das colônias, já que estes não precisariam estar obrigados a isto para exercerem seus direitos.

Ocorre que vimos que o “ideal” não é o que acontece nas práticas sociais, nas ações concretas destas organizações. Representantes de colônias ou associações, dependendo das configurações sociais locais e diferentes interesses específicos praticam uma ou outra ação considerada mais legítima ou não para ambos os “ídéias” de ambos os tipos de organizações.

Vimos também que os conflitos entre as lideranças estão relacionadas com as possibilidades de possuírem, no exercício de seus cargos nas organizações, maiores influências nos poderes locais. Pudemos perceber a importância das relações pessoais para a análise das diferentes atuações no campo político destas lideranças, através da análise da importância dos cargos administrativos como forma de poder local. Os prestígios e status sociais são conquistados pelas lideranças, que exercem uma dominação política, pela garantia de acessos a benefícios para aqueles grupos de suas esferas mais pessoais.

Sendo assim, percebe-se a complexidade das relações de poder, tendo-se que considerar para uma determinada análise política, propriedades como as relações pessoais que estão interagindo com aquelas consideradas como próprias ao seu campo. Como vimos, as múltiplas possibilidades de ação em virtude de variadas situações de interesses, os processos conflituosos correspondentes a cisões e unificações de grupos são questões que, junto com as demais, conferem uma abertura de análise que é fundamental para a percepção do que está em jogo em determinado campo de disputas.

Capítulo 4 – O Estudo de Caso em Arraial do Cabo

Nos capítulos anteriores foi feita uma contextualização do campo político onde atuam as lideranças das organizações pesqueiras, com uma breve análise do processo histórico-político de suas criações dentro de um contexto de interação com as políticas públicas. Pode-se identificar também os problemas enfrentados pelo setor, bem com alguns conflitos e integrações existentes entre estas organizações e destas com os demais agentes atuantes no campo.

Tais contextualizações foram feitas dentro de uma preocupação de situar as interdependências espaciais e temporais de um determinado campo social para análise do estudo de caso desta dissertação, que trata das diferentes formas de organização política dos pescadores do município de Arraial do Cabo.

Este estudo de caso será feito em dois capítulos – no 4 e 5 – sendo este voltado para uma descrição de Arraial do Cabo enquanto “lugar de pescaria”, para contextualizar brevemente este espaço social, como base para a análise que será feita no capítulo 5 das organizações políticas pesqueiras e suas lideranças .

Serão descritos, em especial neste capítulo, um pouco da “estrutura social” dos pescadores e os processos de mudanças ocorridos neste município que influenciaram diretamente na atividade pesqueira, que por sua vez estão muito relacionados com os problemas enfrentados pelo setor descritos no Capítulo 2, e na forma de atuação das lideranças das organizações pesqueiras, como descrito no Capítulo 1, através da apropriação de novas categorias políticas, como resultado de interação com as políticas públicas e demais agentes. Especificamente veremos quando e porque a categoria “artesanal” passa a ser utilizada como uma categoria política.

4.1 – “Lugar de pescaria”

Lugar de grande beleza, Arraial do Cabo exerce forte atração turística, sendo conhecido pela mídia virtual como a “capital do mergulho” e divulgada pelo Poder Público como o “paraíso do atlântico”. Porém é ainda, como afirma Britto (1989) e constatado nesta pesquisa, primordialmente um “lugar de pescaria”.

Passando-se um tempo mais prolongado em Arraial, parando-se em padarias, papelarias, mercados, ou se ouvindo conversas soltas pela rua, inevitavelmente se perceberá que o assunto, no mais das vezes, é sobre as pescarias: o que apareceu no dia, o “lance de sorte”, o “fracasso” numa “puxada de rede”, acidentes com barcos ou pescadores ou, ainda, sobre os documentos necessários para o seguro-defeso e outros. Constatata-se, assim, somando-se estas a outras evidências empíricas resultantes da pesquisa, que a maior parte da população local está envolvida ou depende economicamente, direta ou indiretamente, com a pesca. Existem alguns que mesmo trabalhando para Prefeitura, comércios, bancos ou ainda na Companhia Nacional de Álcalis (CNA)¹ - principais fontes de emprego do município -, fazem uma complementação da renda com um “bico” na pesca.

O município, historicamente teve como base econômica a atividade pesqueira. Tratava-se de um lugar “isolado” geograficamente, por caracterizar-se enquanto uma ponta de continente que avança no mar. Sua população viveu durante muito tempo sem estradas, utilizando as praias para o transporte, a pé ou a cavalo, ou o porto, via embarcações para trocar, comprar ou vender mercadorias.

A imagem de Arraial do Cabo, até os anos de 1950, esboçada por seus moradores, é a de um vilarejo de pescadores que se articulava debilmente com o mercado extralocal por vias de acesso muito precárias (...) os pescadores registram em sua memória social as dificuldades enfrentadas nessa época para venda e transporte da produção da pesca para outros centros de consumo, o que era realizado por barco ou pela Praia do Pontal, que liga Arraial do Cabo a Cabo Frio, por onde os tropeiros escoavam os fardos de peixe salgado com destino aos mercados de Campos e Niterói.
(Britto, 1989, p. 2).

Para Britto (1989), alguns fatos ocorridos em Arraial do Cabo influenciaram fortemente nas transformações ocorridas na organização social dos pescadores do município. Primeiramente em consequência da instalação da Companhia Nacional de Álcalis na década de 1940, durante o Governo Vargas, responsável por uma forte migração para o município e por雇用 muitos pescadores em seu quadro de funcionários; seguidos pela especulação imobiliária que vinha

¹ Como vermos a única indústria, voltada para a produção da barrilha, da cidade que desempenhou importante papel nas transformações ocorridas no município e que atualmente está em decadência, responsável por um aumento de desempregados locais.

crescendo com o desenvolvimento do turismo, principalmente após a construção da Ponte Rio-Niterói que possibilitou o fluxo de turistas para a Região dos Lagos; e, terceiro, com a instalação de uma base de pesquisas oceanográficas da Marinha, atualmente denominada Instituto Almirante Paulo Moreira (IEAPM), que introduziu a pesquisa no local para o cultivo de espécies marinhas.

A autora disserta sobre uma convivência contraditória dos pescadores com a Ácalis, em função desta ao mesmo tempo ter representado o “desenvolvimento” para a região, com a extensão de serviços para a população local e abertura de postos de trabalho e dado continuidade, “em novos termos”, a antigos laços de patronagem², o que garantiu para a empresa a construção de alianças com os pescadores pelo “senso de lealdade”.

Os pescadores tinham acesso aos serviços oferecidos aos trabalhadores da companhia, como no caso do serviço médico que não existia em Arraial. Além disso, passaram a ter estradas e luz elétrica, serviços originalmente feitos para atender a companhia e que acabou sendo estendido a toda a população de Arraial³.

Com o desenvolvimento da industrialização a partir do final da década de 1940, a partir da instalação da Ácalis e o desenvolvimento do turismo, observou-se uma forte migração para o município se introduzindo, consequentemente, alterações nas configurações sociais dos pescadores⁴. Juntamente a isto, a que se considerar o próprio desenvolvimento das técnicas e instrumentos de pesca, como vimos nos capítulos anteriores.

Segundo Prado (2002) entre 1958 e 1963 registrou-se um incremento populacional sensível que tem relação com o “pleno funcionamento da indústria”. Vinham pessoas de vários municípios do Rio de Janeiro como também de outros estados, principalmente do Espírito Santo. Os oriundos deste Estado, segundo a autora, “se inseriram na pesca, com barcos a motor, e receberam dos nativos, que os consideravam péssimos pescadores, a denominação de ‘caringós’”. (p. 89) Outro grande

² Marcadas nas relações entre os “donos” das pescarias e os pescadores, onde os primeiros forneciam os instrumentos de pesca, empréstimos, e outros “benefícios” em troca da “lealdade” dos pescadores na pescaria.

³ No caso da energia foi construída uma termoelétrica com rendimento de 13.000KV, que atendeu também as populações de Cabo Frio e São Pedro, pois. (Prado, 2002, p. 37).

⁴ Para uma melhor análise sobre estas mudanças ver Rosyan (1989) e Prado (2002). Ambas realizaram estudos etnográficos em Arraial do Cabo com os pescadores, analisando as injunções de mudanças ocorridas no município. Pelas épocas das pesquisas, a primeira acompanhou as modificações ocorridas com o funcionamento da CNA e a segunda estudando através da “memória social” os efeitos da Ácalis e podendo acompanhar também os processos de mudanças com a criação da Reserva Extrativista Marinha criada em 1997.

crescimento ocorreu entre 1980 e 1983, tendo como principal causa o desenvolvimento turístico e a migração oriunda principalmente da baixada fluminense.

Como afirma a autora, houve uma resistência da “pesca tradicional” frente ao processo de industrialização, bem como quanto à entrada dos “de fora” nas pescarias. Este fato tem relevância considerando-se o que já discutimos anteriormente quanto ao ideal de “liberdade”; de exercer uma profissão cujo conhecimento e experiência são fundamentais, como o caso do saber sobre o mar, os peixes e as condições do tempo.

(...) dos que não sabiam ler e se cansaram de funções subalternas e de patrões. Na pesca, a arte de saber pescar lhe assegurava um lugar em uma companhia, onde ele não teria cartões de ponto para controlar sua entrada e saída entre muros, mas o céu, o mar e as areias da praia. (Prado, 2002, p. 92).

Existiam mais migrantes na Companhia (Álcalis) do que natos, segundo uma pesquisa citada pela autora feita em 1962. Porém, com o passar do tempo foram ficando claras as diferenças sociais relacionadas às condições materiais de existência, considerando à incerteza da pesca em contraposição a garantia de um salário, dando início a rivalidades entre a população local. Não que estas não existissem, mas estavam inseridas numa relação de parentesco e de compadrio, onde “se mantinham laços de fraternidade mesmo em situações de conflito”. (Prado, 2002, p. 93).

Juntamente a esta questão que sempre conviveu com os pescadores, a da incerteza da captura do dia, a produtividade pesqueira já demonstrava sinais de queda, o que reforçava a necessidade de aproveitamento de outras possibilidades como a entrada na vida de assalariado. Além disso, como reforça Prado (2002), tratava-se de um tipo de diferenciação social contextualizado dentro de uma ideologia desenvolvimentista, de classificação de prestígios sociais e status de acordo com a posição que se ocupasse dentro de uma concepção de um país que estava se modernizando.

Como a Álcalis representava a modernidade e o desenvolvimento em Arraial, havia uma rivalidade entre aqueles da população local que ocupavam cargos diferenciais, principalmente entre os da “foice”, ajudantes ou demais considerados subalternos e os marítimos, responsáveis pela condução das embarcações. Estes últimos, além de possuírem maiores salários ainda continuavam em suas

especialidades (atividade de navegação e de grande valor entre os pescadores), fato que os faziam “zombar” de seus companheiros em posições inferiores.

Atualmente é muito difícil encontrar um pescador que não relate que ele ou alguém de sua família não tenha ido trabalhar na Álcalis. A atividade da pesca nunca deixou de ser praticada, mesmo eles sendo funcionários da Companhia. Considerando os baixos salários de muitos, a pesca era um complemento necessário de renda. Chegava-se em casa à noite e saia-se para a pesca:

Pesq. – *Trabalhou?*

Ent - *Trabalhei. Só que na Álcalis eu trabalhava lá e vinha pescar depois da hora. Depois arrumei minha posição, saí da Álcalis, montei minha peixaria e comecei a trabalhar pra mim mesmo.*

Pesq. – *Muita gente que trabalhou na Álcalis? Muito pescador?*

Ent. – *Quase todos. Depois de cinco horas que saía pra pescar. Depois de cinco horas. Dava a hora, cinco horas, preparava os náilon em casa, os anzóis e tudo e tomava o café e vinha pra pescar.*

Pesq. – *E hoje em dia?*

Ent.-Hoje até a Álcalis está difícil. Cortaram muita gente. Cortaram na base de 80% da Alcalis, sobrou 20% dos funcionários que tinha antes. A Álcalis parece que tinha dois mil e poucos funcionários, hoje deve ter uns 300 e poucos, 400..” (relato de um comprador de peixe e antigo pescador da Prainha, 2005)

Como vimos nos capítulos anteriores, existe uma desvalorização do trabalho do pescador percebido nas repetidas vezes que se afirmou: pescador não “quer que seu filho seja pescador”. Estes desejam que seus filhos estudem ou arranjam emprego em alguma firma que possa lhe dar estabilidade, o que não é mais viável na pescaria. E o mesmo ocorreu e ocorre em Arraial do Cabo, havendo possibilidade e alternativas de escolhas, estas serão buscadas e utilizadas não só por razões econômicas, mas também morais, considerando as reclassificações de *status* de acordo com os diferentes valores e posições sociais contextualizados historicamente.

Com a privatização da Álcalis houve uma grande redução de seu quadro de funcionários, como vimos na fala do entrevistado acima, o que atualmente reforça mais ainda a importância da atividade pesqueira em Arraial do Cabo.

(...) quando a Álcalis veio pra aqui chegou a ter três mil e quinhentos empregados, disse que ia acabar com a pesca e a Álcalis está se acabando e a pesca está ai. Mantendo Arraial do Cabo, e se não tiver pesca em Arraial do Cabo, o comércio fale, fale os bares, fale tudo. O comércio de Arraial do Cabo gira enquanto a pescaria está boa, o pescador gasta. O pescador não tem esse negócio de economizar não. Ele gasta mesmo. Ele vai pro mercado ele compra à vontade, ele vai no bar ele bebe, quando a pescaria está boa ele quer a bebidinha naquele momento, tem uns que gasta até tudo. (relato de um pescador e liderança das traineiras, 2005).

4.2 – Lugar de Pesquisa – Arraial do Cabo como um “laboratório” de pesquisa

Os pescadores de Arraial do Cabo convivem com pesquisadores, e em especial, cientistas sociais, desde os anos de 1950, como vimos na introdução desta dissertação, interessados no acompanhamento dos processos de mudanças que ocorriam no município em função da construção da Álcalis e do fluxo de imigrantes que chegavam por consequência tanto da instalação desta indústria quanto do desenvolvimento do turismo.

O Arraial também é descoberto nestas décadas (50 e 60) por cientistas sociais, interessados em acompanhar de perto o processo de industrialização, posto que na época este tema se apresentava como obrigatório para a antropologia, enquadrando-se na categoria de Mudança Social. A preocupação era desvelar o ‘impacto da tecnologia’ sobre as ‘culturas tradicionais’, sobre o pressuposto da ‘aculturação’ (Foster, 1964, p. 13-19) na análise dos estudos referidos às relações de contato. (Prado, 2002, p. 82).

Segundo Britto (1989), os trabalhos desenvolvidos pelas equipes do Museu Nacional, em especial aqueles sob a coordenação dos professores Luiz de Castro Faria e Heloisa Alberto Torres, influenciaram fortemente as percepções dos pescadores sobre o que é uma pesquisa e quem são os pesquisadores. A entrada de demais antropólogos na região passou a ser vista como um processo não tão estranho pelos pescadores, considerando que os pesquisadores do museu “angariaram, pela intensidade do contato que ali mantiveram, um grande prestígio junto à população local”. Prado

(2002) também sentiu esta mesma influência na comunidade de Arraial, refletida tanto no fato de existir uma escola no local chamada Heloísa Alberto Torres, quanto pelo próprio discurso de alguns entrevistados, cujos conceitos antropológicos já estão internalizados. É o caso da entrevista que esta autora realizou com o proprietário da citada escola que disse para a pesquisadora: “sempre quis falar do processo de mudança social que houve aqui, eu chamo ‘da anchova ao salário mínimo’”. (p. 84)

Arraial do Cabo, também exerce atração sobre pesquisadores de outras áreas, em virtude da existência da reserva extrativista, pela riqueza dos recursos marinhos existentes e, principalmente, por ser um dos únicos pontos do mundo onde ocorre o “fenômeno da ressurgência” - deslocamento de águas profundas, frias e ricas em nutrientes, oriundas das correntes das Malvinas. A grande quantidade de nutrientes trazidos à superfície por essas águas frias produz uma multiplicação de microorganismos, base da cadeia alimentar marinha, fato este que reforça a importância pesqueira local. Em função destas características foi criado em 1985 o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira – IEAPM, da Marinha do Brasil, com o objetivo de desenvolver pesquisas biológicas, oceanográficas e voltadas para o cultivo de moluscos.

Para se ter uma idéia da quantidade de pesquisadores que circulam pelo local, somente no período que estive em campo conheci uma pesquisadora da área de ecologia social que estava desenvolvendo seu trabalho de pós-doutorado sobre a RESEX, em particular interessada no funcionamento da gestão participativa da reserva. Também encontrei um antigo conhecido que atualmente trabalha na Prefeitura de Arraial, cuja monografia ou dissertação tratava da criação da reserva e quando chego no Rio, na biblioteca do CPDA, puxo conversa com uma estudante do mestrado que coincidentemente tinha feito sua monografia na área das ciências sociais, também sobre a reserva.

Quando comecei a pesquisa não tinha idéia desta característica tão intensa de Arraial do Cabo como um “laboratório” de pesquisa. Mas, pelas próprias posições e reações dos entrevistados em relação à minha pesquisa, este fato ia se evidenciando. Alguns questionavam a ausência de um questionário em minhas entrevistas - inclusive uma das lideranças possui seu próprio questionário que foi aplicado com os pescadores -, outro criticava do ponto de vista metodológico a gravação das entrevistas, em função da possibilidade de inibir ou mesmo induzir a fala dos pescadores.

Outro apontamento feito por uma antiga liderança da AREMAC atualmente, “desacreditado” nas organizações - o mesmo que falou do gravador -, foi relativo ao meu tempo de permanência no local. Este pescador fez questão de me falar da Rosyan Britto e Simone Prado elogiando-as por permanecerem muito tempo em campo batendo “papos informais” e comparecendo às pescarias. Como minha primeira entrevista com ele foi gravada, acredito ter gerado uma certa desconfiança, principalmente por orientar minhas perguntas para entender o histórico de atuação das organizações pesqueiras no município, assunto delicado considerando sua própria desilusão com estas em função de inúmeros conflitos. Porém, tive oportunidade de também “bater papos informais” com este pescador e presenciar a participar de pescarias, o que foi diminuindo sua desconfiança.

Outro acontecimento que reforçou esta percepção foi o comentário de um biólogo durante uma reunião dos maricultores, da qual participei para conhecer melhor o trabalho deles, que contava com a presença de representantes do SEBRAE, da FIPERJ, do Poder Público e pescadores e maricultores, sobre a grande quantidade de antropólogos que estão trabalhando na área. Quando ele foi embora me falou, “tchau antropóloga”, o que me gerou um desconforto, pois foi uma ação de classificação para me diferenciar. Ninguém mais foi chamado de biólogo, ou secretário, ou pescador.

Isto ocorreu pela minha posição física e social no momento, pois todos que estavam ali, inclusive o biólogo com seu conhecimento específico sobre as espécies cultivadas, estavam, na percepção dos participantes, imbuídos em trabalhar para um objetivo comum, o desenvolvimento do Projeto da Maricultura, enquanto eu ficava calada no canto da sala sem me manifestar anotando “sabe-se lá o que”. Pensei no que os participantes da reunião pensavam. Afinal, o que eu estava fazendo ali? Qual era o meu papel?

Também fui chamada de antropóloga por um dos representantes da maricultura. Estávamos voltando de barco num domingo, da visita que fiz às fazendas marinhas dos maricultores de Arraial. Como era um domingo, dia de folga, e de “tomar umas cervejinhas”, o que fizemos na área próxima ao cultivo, onde existe um restaurante flutuante, os ânimos na volta estavam alterados, e este representante em voz alta me disse: “Ô antropóloga... ô antropóloga, você devia estar ali ó”. Ele se referia a um grupo de amigos maricultores que estavam se provocando, “implicando” um com outro como brincadeira. É comum muitos pescadores de Arraial valorizarem a prática existente entre eles

da provocação⁵, e este representante estava justamente querendo me mostrar como aquele tipo de relação marcada pela “brincadeira” era típica de sua cultura.

A cobrança da troca – Conhecimento como patrimônio

Numa determinada hora de uma entrevista com o Presidente da Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, ele pediu para interromper a gravação e começou a inverter nossa conversa me fazendo perguntas. Primeiramente indagou, sem demonstrar descontentamento, se eu pertencia a uma Universidade que já havia realizado inúmeras pesquisas no município. Logo após minha resposta negativa, mudou de postura mostrando-se indignado com a falta de retorno dos pesquisadores de tal instituição.

Relatou como foi prestativo com todos os pesquisadores – e não foram poucos – na construção de seus estudos fornecendo conhecimentos e informações sobre a pesca desenvolvida em Arraial. Fez questão de demonstrar que sem o seu conhecimento e de seus companheiros pescadores nenhum pesquisador poderia virar mestre ou doutor, pois a matéria prima de suas pesquisas era a própria história de vida, do conhecimento do dia a dia deles. Pude depois entender que esta posição com relação aos estudiosos da pesca local estava relacionada a um fato que deve ter gerado tal indignação, que foi o da solicitação de ajuda para um projeto dos pescadores deste presidente para um antigo e conhecido pesquisador que foi negada, sob a argumentação que a instituição nada podia fazer.

Pude perceber que o sentimento de indignação estava associado à ausência de troca, ação clássica na relação social. Ele como pescador forneceu seu conhecimento, descreveu sua “arte”, seu ofício, e percebeu o avanço daqueles que trabalharam com esta sua informação, tornando-se mestres e doutores, enquanto ele e os demais pescadores objetos das ciências e dos cientistas permaneciam no

⁵ De fato é marcante em Arraial do Cabo as “relações jocosas” como foram de sociabilidade entre os pescadores, onde regras e valores são reforçados de forma “descomprometida”. Uma provocação muito comum entre os pescadores é da vaia, motivada por várias razões, sendo a principal delas a falha dos “vigias” na comunicação e previsão dos cardumes.

mesmo lugar. Parecia para ele clara a necessidade de reciprocidade dos pesquisadores – te ajudamos a crescer, agora nos ajude.

4.3 – “Pescadores e Pescarias” em Arraial

Existem diversas modalidades de pesca em Arraial do Cabo, associadas aos grupos de pescadores existentes no município que reivindicam seus interesses quanto aos usos na reserva. Como vimos são todas classificadas como “artesanais” e “tradicionais” de acordo com a reinvenção dinâmica deste termo e com algumas exceções como a pescaria de “três malhos”⁶; todas, dentro de uma constante negociação de sua não “predação” ou interferência da pesca do “outro”, são reconhecidas pelos pescadores como as “pescarias” de Arraial.

Existe uma particularidade em Arraial relacionada aos tipos de pescaria, que são específicas de acordo com as Praias onde são desenvolvidas⁷. Existem os pescadores de linha, que utilizam embarcações pequenas, algumas denominadas “caícos”, podendo ter propulsão a remo ou a motor; e outras de “boca aberta”, com propulsão a motor, medindo aproximadamente 7 metros e sem casario. Existem os grupos de pescadores de “canoas” que utilizam a Praia do Pontal - primeira praia de Arraial do Cabo mais afastada da cidade e sem um núcleo populacional concentrado -; a Prainha, local onde também atua um grupo que espada, na Praia Grande, onde também é desenvolvida a pesca da lula () e outros ficam na Praia dos Anjos, principal ponto de desembarque pesqueiro, e onde ficam fundeadas várias embarcações: os “caícos”, as de “boca aberta” e as “traineiras” (esta classificada como mais uma pescaria – a de “traineira”⁸). Nesta praia, suas embarcações ficam fundeadas para a saída de pescaria em quase toda a área da RESEX. Segundo Lobão (2006) trata-se de um grupo expressivo de pescadores, mas que não se envolve com a gestão da reserva, apesar de ser uma das pescarias mais afetadas com a atuação dos barcos industriais. Alguns pescadores de linha não utilizam embarcações, por isso são conhecidos como pescadores de “pedra”, por pescarem

⁶ Trata-se de uma rede estendida na perpendicular da praia que pega os peixes de passagem. Este tipo de pescaria por impedir a passagem dos peixes interfere na pesca de arrasto de praia, feita por “canoas” como veremos, pois impede a chegada destes no ponto desta pescaria.

⁷ Para uma melhor caracterização dos tipos de pescarias existentes em Arraial ver Britto (1989)

⁸ A pescaria de “traineira”, bem mais recente do que a de “canoas”, é praticada por cerca de 8 embarcações. Ela recebe este nome em função da utilização de uma rede denominada “traina” que é utilizada para realizar o “cerco” do cardume. Cada traineira têm aproximadamente 9 a 11 tripulantes, o que reforça sua importância entre os pescadores, mesmo tratando-se de poucas embarcações.

nas encostas dos morros. Estes pescadores não possuem uma associação representativa exclusivamente para este tipo de pesca.

Com regras mais rígidas estabelecidas quanto aos dias e horários para a pesca na reserva, atuam em Arraial os mergulhadores profissionais que utilizam compressor, enquadrados também como pescadores “artesanais” por desenvolveram há algum tempo esta pescaria em Arraial, atuando nos costões da Ilha do Farol. Em função das restrições impostas a este grupo depois da criação da reserva foi formada uma associação para representá-los, como veremos mais adiante.

Nos costões de Arraial do Cabo atuam os “marisqueiros”, também considerados “artesanais” por desenvolverem a muito tempo esta prática extrativa. Em função da queda da quantidade de mariscos existentes nestas áreas pela acentuada retirada, foram implantados projetos de “fazendas marinhas” na sede do município, na tentativa de transformar “coletores” em “cultivadores”. Para a defesa dos interesses destes foi criada também uma Associação, como veremos.

As duas “pescarias” mais em evidência para a pesquisa, por força dos conflitos mais intensamente demarcados em função de uma atuação incisiva e constante das lideranças destes grupos, são as de “traineira” e de “canoas”.

Pescaria de “Canoa” – “acordo entre cavalheiros”

A pescaria de rede com canoas (“pescaria do dia”) e de lula (“pescaria de lula”) são as mais “tradicionais” de Arraial do Cabo, bem como de boa parte do litoral fluminense, por serem as “pescarias” mais antigas praticadas no município. A pescaria de “canoas” é feita com uma rede extensa de arrasto utilizada para cercar o peixe, a qual é puxada manualmente depois do peixe capturado, por dois grupos de pescadores que ficam na beira da praia, cada um puxando uma ponta da rede. Cada canoa possui sua própria “companha”, que são como o nome sugere companheiros da pescaria, geralmente de 7 a 10 homens, cada um com sua função. Na hierarquia social desta pescaria as posições com maior *status* são as do “vigia”, responsável pela observação do alto do morro da aproximação do cardume e responsável pela ordem do “cerco”, e do “mestre” da canoa, responsável por se comunicar com o “vigia” entendendo seus comandos do alto do morro (que são feitos com acenos de um pano branco) e orientando os demais pescadores da “companha”.

As pescarias de botes e, principalmente, de traineiras, não eram consideradas pelos pescadores cabistas, como práticas integradas às suas tradições (Britto, 1989). Segundo esta autora, a pescaria de rede, tanto a de arrasto de praia quanto a de lula eram as de maior relevância social entre os pescadores. E, em especial, a de cerco é a modalidade com maior prestígio junto aos mesmos.

Percebe-se pelas entrevistas o grande respeito de todos os pescadores de outras modalidades com relação à pescaria de “canoas”, principalmente pela existência de regras de pescaria, que são morais, construídas historicamente para o seu funcionamento. Existe um rodízio de canoas em cada local de pescaria de que é desenvolvido em praticamente todas as praias, bem como inúmeras outras regras relativas ao “respeito” de uma “companha” em relação às demais, para a garantia do direito de pescar a todos. A “palavra” tem grande valor para a garantia destes “acordos”, assunto que não precisa de associação, pois (...) é *mais uma coisa de respeito pela pesca artesanal, né? Coisa que vem de berço. E é uma pescaria artesanal de verdade, entendeu?* (relato de um mestre de traineira, 2005).

Na Praia Grande cada par é um par de canoa que pesca. Pesca de vinte e um e vinte e um dia (...) porque ela tem vinte e um pares de canoa. Isto é um acordo entre cavalheiros e tal que todo mundo respeita. Se respeitam, e todo mundo sai num dia certo (...). (relato de um dono de canoa, 2005).

Assim como Duarte (1999) percebeu em seu estudo sobre os pescadores de Itaipu, a referência da companhia está na tradição, enquanto uma “ideologia” legitima do passado, em que a produção pesqueira se fazia em canoas movidas a remo, eram utilizados instrumentos de pesca feitos à mão, as redes de algodão e “ocupando a força de trabalho segundo um regime permeado pelo igualitarismo e pela referência à organização familiar, sobre o qual se tecia uma ampla rede de reciprocidade” (p. 35).

Da Anchova à Espada – reflexos das quedas na produtividade pesqueira

Pescador que é pescador, antes, no sábado e domingo ele não pescava. Hoje já vai sábado, domingo, feriado, vai direto pra ver se arruma alguma coisa. Principalmente os pescadores que têm família. Vai de segunda à segunda

pra ver se sai alguma coisa pra um feijão, pra um arroz, pra uma compra, alguma coisa. Pro leite pras crianças entendeu? E assim vai a vida da gente aqui (...). (relato de um pescador da Prainha, 2005).

O lugar que me hospedei em Arraial do Cabo acabou orientando o começo de minha rápida observação sobre a “pescaria e os pescadores”. Embora este não seja o objetivo de minha pesquisa, o conhecimento, mesmo não muito aprofundado, sobre esta atividade e as relações sociais envolvidas neste ofício poderia ser importante para o entendimento do contexto social onde estavam inseridas as organizações pesqueiras pesquisadas.

Fiquei em um local denominado Prainha, a primeira localidade com ocupação e segunda praia situada na entrada do município. A casa onde estava ficava muito próxima da praia, e no meu primeiro dia de pesquisa fiquei observando a movimentação dos pescadores do local. Nesta localidade pratica-se a tradicional pesca de “canoas”, que captura espécies diversificadas, de acordo com a época do ano e condições do mar, e a de “caíco”, específica para a pesca da espada, feita com linha.

A pesca da espada é um ramo relativamente recente da atividade pesqueira de Arraial do Cabo, fato este que tem relação com a afirmação dos pescadores sobre a crise dos estoques pesqueiros, o que consequentemente altera a valorização dos recursos para venda. Segundo um pescador que se diz um dos primeiros pescadores de espada, esta prática foi iniciada há uns vinte anos atrás. Ele me afirmou, assim como fizeram outros do local, que o peixe espada na época em que a pescaria era boa não era visado, tanto pelo seu baixo valor comercial quanto por ser uma espécie com dentes afiados podendo danificar as redes. Alguns relatam que ao retornarem da pescaria de canoa, quando pescavam esta espécie de peixe até jogavam fora. Atualmente existem pescadores voltados somente para esta pescaria, assim como toda uma rede de comercialização, cujo produto beneficiado é o filé de espada: (...) *Espada hoje é a sobrevivência daqui, entendeu? Porque o resto do peixe, o peixe que dava aqui na nossa região, a anchova, o xerelete, xaréu, não existe mais. Não tem mais*”.

Assim como Prado (2002) resume as mudanças ocorridas no município com o título do seu trabalho, “Da Anchova ao Salário mínimo”, aludindo a entrada do capital, quando os pescadores

passam a conviver com a realidade do assalariamento, podemos falar de uma época da Anchova⁹ à Espada, quando os pescadores passam a se especializar na espécie que, em virtude de um quadro de escassez do pescado, antigamente não era explorada e até jogada fora.

E, como relatado pelos pescadores de espada, esta pescaria também estaria diminuindo, devido ao aumento do número de embarcações e esforço de pesca, e dos tipos de instrumentos de pesca considerados predatórios ainda em uso nesta localidade, como as redes de “três malhos”: (...) *ela começou bem, morrendo muita coisa, era duas, três, quatro toneladas por dia, toda à noite. Agora ela deu uma mudança, ela mudou muito, mudou porque é muito barco, muito espinhel muitos arrastões ai, ai atrapalhou um pouco a pescaria (...).*

Segundo Britto (1989), já na época de sua pesquisa os pescadores de canoa de Arraial se queixavam do “fracasso” na pescaria. Dentre os fatores causadores desta situação eram ressaltados pelos pescadores: “o avanço progressivo das pescarias com traineiras até muito próximo à praia, bem como a difusão do uso das redes de espera (caceias)”. (p. 203).

O turismo também prejudica a atividade na Prainha. A pescaria forte nesta localidade ainda é a de cerco, feita com canoa e rede, principalmente nos meses de setembro a dezembro. Porém, em dezembro, com a alta temporada, a grande quantidade de turistas na praia e, principalmente a utilização de lanchas e *jet-skies* na beira da praia causa os que eles denominam “espantar” os peixes, ou seja, os peixes “formados” - cardume se movimentando em conjunto e que fica visível fazendo uma mancha “avermelhada” o que possibilita a realização do cerco a uma maior quantidade de peixes -, quando percebem ações ou barulhos bruscos na água se espalham, pois se “espantam”.

(...) antes era de setembro a dezembro, hoje como o turismo entrou em Arraial do Cabo, espantou, mas não é o turista que toma banho na praia, é os turistas que têm aquela posição alta, que eles botam lancha, eles botam caiaque, como é aquela c...

⁹ “A valorização da enchova deve-se, sobretudo, ao fato de ser esta ‘um peixe que dá o ano todo’, especialmente no Francês (Ilha dos Franceses), representando, juntamente com a lula, uma alternativa relativamente segura da reprodução da existência material e social dos pescadores. Por isso, a enchova e a lula – cuja safra coincide com a época do veraneio-, são consideradas as espécies mais representativas da pesca no lugar”. (Britto, 1989, p. 79 e 80)

Pesq. – Jet-ski.

Ent. – Jet-ski. Roda tudo isso aqui ó. espanta tudo.

Pesq. – Espanta?

Ent. – Espanta. Peixe formado não pica. Peixe formado ele vê aquela correnteza da lancha ele apaga e some tudo.

Pesq – Peixe formado?

Ent. - É. Peixe formado é assim. Porque peixe quando vem de fora, de fora pra cá, pra beira da praia, ele quando ele vem na comedia, não espanta, comedia e quando ele vem batendo, quando ele vem naquela forma vermelha, a gente trata que forma, formada, o cardume formado, quando ele vê uma lancha qualquer coisa, ele apaga e acabou, vai embora, não volta mais (...). (relato de um pescador da Praia da Prainha, 2005)

Um pouco sobre os pescadores e a estrutura social da pesca em Arraial do Cabo

Conversei com um jovem pescador de espada de 16 anos que me disse ser viciado na pesca e que por ele saía todo o dia para pescar. Embora não incentivado pelo pai, como ocorre com a maioria dos pescadores que afirmam *meu filho não vai ser pescador*, ele largou os estudos para viver da pescaria e desde os nove anos trabalha neste ofício. Assim como este jovem e outros que *pulavam o muro da escola para pescar*, muitos pescadores falam com orgulho deste trabalho. Mas também encontramos aqueles que só estão nesta atividade *por falta de opção*.

Pode-se identificar que muitos pescadores, principalmente aqueles que não ocupam posições mais elevadas no ofício como no caso dos mestres e seus familiares¹⁰, cujo conhecimento e experiência são fundamentais para a pescaria, são oriundos de outras atividades que, ao ficarem desempregados encontraram na pesca uma forma de viver, ou mesmo por verem nesta atividade um meio de investimento de suas economias. É o caso de um rapaz que trabalha em uma padaria, que veio do Rio e comprou uma “traineira”, e de um outro de Arraial que era montador de som, e ao ficar desempregado foi para a pesca de espada.

Percebi também a forte rede de solidariedade existente, da qual já ouvira falar no discurso das lideranças. Existe uma prática na pescaria de “canoa” relativa a doação de peixes para aqueles que

¹⁰ Segundo Gomes (2005) as relações pessoais favorecem nas posições hierarquizadas das pescarias, “o que fica perceptível no fato de parentes ‘dos mestres’ ou do proprietário das embarcações em geral desfrutam de posição hierárquica mais elevada nos grupos de trabalho”.

ajudam a puxar a rede na beira da praia, configurando-se como uma relação de troca. Mais do que o fato de ajudar a puxar a rede determinar o ganho de alguns peixes por alguém que tenha participado do trabalho, existe uma hierarquia para a doação, dando-se prioridade (considerando a quantidade de peixe capturado que permita a doação) primeiramente para os membros da “companha”, seguidos por moradores locais que freqüentemente aparecem na “puxada”, e por turistas. Algumas vezes eles só dão para aqueles que se fizeram merecedores, que não enganaram no esforço da “puxada”, o que demonstra uma constante vigilância dos pescadores. Pude comprovar que aparecem com grande regularidade moradores locais que trabalham em outras áreas, como o caso de um guarda municipal, ou donas de casa e desempregados que garantem um complemento alimentar. Os pescadores de “canoa” falam com muito orgulho destas suas práticas.

(...) aí separa um pra gente, separa pra dar pra galera, pra quem ajudou. Entendeu, né. Você sabe que hoje a dificuldade é tão grande. Eu sou pescador, eu to de frente aqui, e tem a rapaziada que trabalha comigo, então, é o seguinte. Tem a turma que ajuda. Eu sei que as vezes não tem uma carne, não tem um legume, não tem nada pra comer, então é o seguinte, vem aí na praia, pra trazer um peixinho, entendeu como é que é? Então, matando ou não, eu sempre dou um peixinho pra qualquer um, ta me entendendo?(relato de um mestre de canoa da Prainha, 2005).

E como se trata de um sistema de troca moral, de “dádiva” (Mauss, 2003), como produtor de alianças, vínculos e obrigações há que se saber jogar as “regras do jogo”. Um pescador de “canoa” da Praia Grande, tesoureiro da Associação de Pescadores de Arraial do Cabo (APAC) me contou uma história de rompimento das regras locais quanto à doação de peixes feita por um de “fora”. Segundo ele, chegou um desconhecido na hora da “puxada” e ajudou a puxar o cabo da rede, e assim que os peixes ficaram expostos na areia pegou um e se retirou, sem que nenhum pescador da “companha” lhe oferecesse. Os “companheiros” se perguntaram quem teria sido o responsável por dar aquele peixe para aquela pessoa que estava se retirando, o que teve a negativa de todos. O contador desta história foi atrás do estranho perguntando-lhe a razão de pegar o peixe daquela maneira, recebendo como resposta que o fez por direito já que ajudara na “puxada”, o que gerou uma forte indignação no pescador, fazendo-o pedir de volta o peixe. Insistindo em sua atitude, o estranho argumentava que o peixe vinha do mar e que por isso era público, de todos, obtendo como contra-argumento que aquele espaço era utilizado há anos pelos pescadores, e que se fosse assim, a

terra também era pública, sendo somente “cercada” e tida como privada. E pegando o peixe de volta disse: *se quiser peixe caia no mar para pescar, que aquele peixe foi pescado pelos pescadores e eles que decidem quem merece o peixe ou não.*

Conversando com demais pescadores da Prainha, pude entender um pouco da hierarquia social na atividade pesqueira desenvolvida em Arraial do Cabo. Existem três grandes compradores que são os empresários da pesca no município, donos de firmas com estrutura para comercialização do pescado com balanças, transportes, frigoríficos, peixarias, fábrica de gelo e outras. Estes são os principais compradores do pescado para venda nos grandes mercados das capitais.

Os pescadores ou “companheiros” utilizam estes meios de produção, dividindo entre si, cada qual com um “quinhão” da “partilha”¹¹ de acordo com a função exercida na pescaria (mestre, cabeiro, remador...), sendo que a maior parte da produtividade do dia vai para os donos.

Existem também os pequenos compradores, os “sem firma”, mas proprietários de alguma infraestrutura, como carro, ou paiol¹² e embarcação, que revendem para os maiores ou diretamente para a população local, turistas e restaurantes em época de alta temporada, fazendo uma cadeia de “atravessadores”. Geralmente os empresários e demais compradores, que funcionam como donos de pescaria, são pescadores mais antigos que conseguiram acumular bens nas “boas épocas” de pesca ou por herança familiar ou, ainda, pessoas com mais recursos que investem na atividade.

Um dos principais empresários de Arraial do Cabo, se não o maior, dono de várias firmas, é oriundo de família de pescadores do município. Pescava com seu pai, que comprou algumas canoas e aos poucos foi adquirindo mais. Valoriza suas habilidades individuais e “esperteza” para dar continuidade ao negócio familiar aumentando-o cada vez mais e melhorando sua condição econômica atual.

De acordo com o relato de um antigo pescador, atualmente exercendo a função de “vigia”¹³ na Praia Grande, era mais fácil acumular dinheiro antigamente. Este mesmo dono que veio de família da

¹¹ Dividem a produção da pescaria em partes.

¹² Lugar para guardar os utensílios da pescaria como remos, lamparinas, iscas, etc...

¹³ “Designação dada a um dos membros da unidade de trabalho na pescaria de arrasto de praia, que tem como atribuição conduzir, do alto do morro, as operações de captura dos cardumes” (Britto, 1989)

pesca, utilizou-se de um empréstimo de banco para comprar suas canoas, que graças as boas pescarias conseguiu quitar. Atualmente, em virtude da maior incerteza dos resultados da pescaria, considerando o quadro de escassez, torna-se muito mais arriscado realizar tal empreitada.

(...) foi uma financeira na casa dele, um banco, com esse contrato e dentro daquele prazo, se ele não tivesse o dinheiro pra pagar, o banco ia tomar, ia tomar a conta, a casa dele, aonde ele ia morar que eu não sei, mas como naquela data existia muito peixe, deu pra ele conseguir; mas hoje, minha irmã, hoje não está dando mais, hoje a gente não tem mais aquela garantia de chegar num banco e tirar um dinheiro porque ele está sujeito a passar vergonha, e está sujeito até ele perder a casa onde ele mora. Ainda agora um filho meu queria tirar um dinheiro, eu disse, ó meu filho, eu acho bom você guardar, não tira não porque o papai não tem dinheiro pra ajudar você, eu tenho uma casa, de repente o banco vem e está sujeito ele levar a sua alma porque você não vai ter dinheiro pra pagar, né, ele vem mesmo, ele vem mesmo. Então é isso né, e hoje, pra gente, pescador, não está fácil não (...). (“vigia” da Praia Grande, 2005)

Os “donos de pescaria” exercem poder local, sendo que um deles já assumiu um cargo político no município, o de vereador. É o caso de um comprador de espada, que não é um dos três maiores de Arraial, mas possui os meios de produção, comercializando diretamente o “filé” com os grandes comprados ou, até mesmo, vendendo diretamente para os grandes mercados. Ele diz ter entrado na “política” não por vontade própria, mas sim por insistência e “convite” de seus “amigos” da Prainha. Foi eleito pelo PTB em coligação com o PFL, por “sorte”, pois ganharam pela legenda, e enquanto estava no cargo garantiu o favorecimento aos mesmos amigos.

Eles me chamaram, eu não queria, aceitei, ganhei a eleição, ganhei a eleição dormindo em casa. Amanheceu, aí levanta, levanta você é vereador, que vereador rapaz?... Quando eu ganhei a eleição eu comprei logo um carro zero pra mim. Muitos amigos meus, pô sua vida ta crescendo. Eu levei 54 mulheres pra operar em Rio Bonito, tem que ter um carro novo pra levar. Eu mesmo levava, gastava às vezes do meu bolso, esperava pra trazer... Muitos exames, muito remédio, arrumei muito emprego. Botei duas firmas pra trabalhar, não minha, mas eu dei pros meus amigos (...).

Percebe-se a relação de dominação exercida por tais “donos” da pesca sobre os pescadores, caracterizando-se como uma relação de patronagem. Durante minhas observações, pude presenciar alguns pedidos de favores aos “patrões”, como adiantamento de dinheiro ou comida. Em troca existe a “lealdade” destes pescadores nas pescarias dos donos das embarcações e redes.

4.4 - Quando a categoria “artesanal” ganha significado político - a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Arraial do Cabo

Até 1997, quando foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo¹⁴, a categoria pescador “artesanal” não tinha conquistado nenhuma legitimidade entre os pescadores cabistas, como afirma Britto (1989), que realizou sua pesquisa antes da criação da reserva. Para estes não havia, na época da pesquisa da autora, uma classificação para a diferenciação entre “artesanal” e “industrial”: “(...) tipologias como a que compartimenta a pesca em ‘artesanal’ e ‘industrial’, são inteiramente alheias às representações dos próprios pescadores” (Britto, 1989, p. 40).

Em sua crítica ressalta a associação que se fazia do termo “artesanal”, com um tipo de relação social “atrasada” em oposição às mudanças da “modernidade”, marcada pela rigidez de comportamentos e práticas sociais, desconsiderando a capacidade de resposta e dinamismo das organizações sociais pesqueiras. A crítica da autora têm relação com a visão “modernizadora” da época de construção da Álcalis, de que a vida dos pescadores, por constituir-se enquanto uma economia de subsistência, “atrasada”, estaria sendo classificada como “artesanal” ou “tradicional”.

A Reserva Extrativista de Arraial surgiu como uma estratégia para conter a superexploração dos recursos pesqueiros que ocorria em razão da entrada de grandes embarcações na região, e proteger os pescadores artesanais locais e seu modo de vida “tradicional”, nos moldes das primeiras reservas extrativistas criadas no Brasil que resultaram dos movimentos dos seringueiros da Amazônia liderados por “Chico” Mendes, contra o processo de desmatamento que ocorria devido aos interesses de grandes latifundiários. Nestes tipos de reserva, em oposição as clássicas unidades de

¹⁴ A reserva foi criada por iniciativa de um funcionário do IBAMA local e foi implementada com o apoio da Prefeitura na gestão de Otávio Dutra e de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense. Para saber mais sobre a criação da RESEX ver Prado (2002), Gomes (2005) e Lobão (2000 e 2006).

conservação integrais onde a presença do homem é “proibida”¹⁵, tenta-se valorizar os saberes “tradicionais” dos homens que há muito exploram os recursos naturais em um determinado espaço.

Com a criação da reserva marinha no município, os espaços e as regras de pescaria tinham que ser discutidos para a elaboração do “plano de utilização”¹⁶ dos recursos marinhos, de modo a atender as diferentes modalidades de pescarias praticadas¹⁷. Desta forma, quando a reserva foi criada, criou-se com ela a AREMAC (Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo) constituída pelos pescadores locais com o objetivo de gerenciar a RESEX, juntamente com o CNPT/IBMA (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais)¹⁸ responsável por criar e gerenciar as Reservas Extrativistas em conjunto com as “populações tradicionais” locais, buscando uma inter-relação entre a atividade econômica e a conservação ambiental.

Porém, caberia saber quem são os “pescadores tradicionais”, expressão levada ao local com um significado externo advindo das políticas públicas ambientais, considerando os apontamentos de Prado (2002) sobre a ausência de uma “identidade comum” entre os pescadores cabistas que se enquadrasssem na categoria de forma genérica, principalmente pelo histórico do local da grande quantidade de imigrantes que foram para o município entrando na atividade pesqueira há alguns anos, e das inovações tecnológicas que foram se inserindo na atividade pesqueira local.

Como constatado pela autora e confirmado pela pesquisa de campo para esta dissertação, o que veremos mais adiante, a percepção sobre o que é ser um pescador varia de acordo com as distinções internas da atividade pesqueira. Um pescador embarcado, de “traineira” valoriza o conhecimento de saber “correr atrás do peixe”, enquanto o de “cerco de praia”, valoriza mais a tradição de suas

¹⁵ As políticas públicas voltadas para a criação e regulamentação das unidades de conservação foram definidas desconsiderando os saberes e modos de vida das populações “tradicionais” que vivem nestas áreas, inclusive, determinando que para serem “conservadas” é necessária a ausência das interferências humanas, mesmo daquelas que historicamente sempre mantiveram tais ambientes sob um manejo sustentável. Estes saberes sobre como se preservar a natureza foram construídos sobre um discurso científico-moderno, transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, com contextos ecológicos, sociais e culturais distintos, que por sua vez, legitimam e justificam as ações estatais sobre as políticas de conservação das áreas protegidas. (Diegues, 1998)

¹⁶ “Plano de Utilização são regras de convivência na verdade, estabelecidas pelos próprios pescadores através de assembleias para saber quem pode fazer o quê e aonde dentro da Reserva” como explica o técnico do IBAMA.

¹⁷ A discussão do plante de utilização envolve demais usuários do espaço marinho, os empresários de turismo e a Marinha, e Poder Público, o que gera muitos conflitos de interesses (ver Lobão, 2000 e 2006), considerando que muitas decisões cabiam somente aos pescadores. Como veremos o conflito com o setor turístico é bastante intenso.

¹⁸ Criado através da Portaria IBAMA N° 22, de 10/02/92, “tendo como finalidade promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais” (www.ibama.gov.br).

técnicas e o reconhecimento da linguagem entre os pescadores - tarefa entre o “vigia” e o “mestre” da canoa que orienta todo o processo do cerco. Como diz Prado (2002), o principal elemento que diferencia pescadores e não pescadores “é o domínio dos saberes da profissão” (p. 106). E este domínio é sua “arte”, o que explica a denominação dos instrumentos de pesca, como “artes de pesca” e da própria valorização da categoria “artesanal”.

Já que se necessitava da identificação de quem são os “pescadores tradicionais” de Arraial do Cabo para que se definissem as regras para o acesso aos recursos marinhos a fim de estabelecer, assim, quais seriam aqueles a terem direitos de pescar na reserva, os diferentes pescadores buscaram se legitimar nesta categoria com a finalidade de garantirem seus interesses, a partir de um processo de discussão que se deu no espaço criado da AREMAC.

Nas primeiras definições de pescador “tradicional”, havia uma tendência a considerar somente os pescadores natos (levando-se em consideração um entendimento da tradição fortemente relacionada a ser cabista nato), o que não foi bem recebido por uma boa parte dos participantes das assembleias da AREMAC haja vista a grande quantidade de migrantes pescadores participantes do processo.

Deste impasse criaram-se alguns critérios baseados numa escala de vínculos com a localidade, estabelecendo-se como “pescador tradicional” aquele que além de exercer o ofício nos moldes das práticas consideradas “sustentáveis” pelos técnicos do IBAMA em conjunto com os próprios pescadores¹⁹, exercia um “limite de convivência mínimo, convencionado em dez anos, além de demonstrar interesse e compromisso com os problemas e com a administração do município, se cadastrando como eleitor, dentro de um período mínimo de cinco anos”. (Prado, 200 p. 124)

¹⁹ Inclusive considerando pescarias mais recentes no município como a de traineira, contanto que fossem desenvolvidas de forma “sustentável”, para a garantia de manutenção do estoque pesqueiro. Segundo um técnico do IBAMA da RESEX, o tipo de rede utilizada também foi mudado por iniciativa dos próprios pescadores: “quando se criou a reserva aqui, os próprios pescadores resolveram abolir um tipo de rede que é permitido em outros lugares, é a rede de monofilamento de nylon, é uma rede de malha e o peixe não consegue fugir, é mais predatória que a rede de seda, a rede de seda o peixe pára, mas o cardume passa, é menos predatória (Lobão, 2006) destaca que duas pescarias não foram permitidas na reserva, a de arrasto de camarão, considerada predatória por raspar o fundo arrastando tudo que existe, destruindo os recursos marinhos do fundo do mar, e a de três malhos, que atrapalha o cerco de praia, “por destruir a formação dos cardumes em sua rota à Praia Grande...” (Lobão, 2006, p. 76).

A “tradição” foi então reinventada de acordo a um novo contexto no qual o pescador com vínculos locais e praticante da pesca nos moldes sustentáveis, passa a ser “tradicional”, e não somente mais o cabista nato, ou pescador envolvido nas práticas de pesca locais mais antigas . Porém esta categoria é mais acionada em fóruns públicos para a garantia de voz e voto nas reuniões internas ou com agentes externos, como instrumento para justificar o direito de pescar numa reserva e ter acesso a benefícios, sejam estes políticas públicas ou projetos sociais voltados para as populações “tradicionais”.

Como uma das principais motivações para a criação da RESEX foi interromper a atuação das grandes embarcações que entravam em Arraial do Cabo, ameaçando acabar com a pescaria dos locais, no contexto do conflito que já discutimos anteriormente entre os “industriais” e “artesanais”, a categoria “artesanal” aproxima-se e quase vale o mesmo que a “tradicional”. Atualmente, a utilização da categoria “artesanal” é muito mais comum que o uso da de “tradicional”, considerando-se a importância de diferenciação com a pescaria industrial.

Mais adiante veremos as disputas internas entre as organizações pesqueiras sobre quem é mais ou menos “pescador artesanal”, com o uso de uma argumentação ainda balizada na classificação de quem é pescador de fato, o que só pude perceber quando estes estavam em uma reunião estratégica cujos resultados podiam favorecer determinados grupos de pescadores; sendo esta categoria peça fundamental para garantia de voz e voto (esta reunião será um dos eventos que serão analisados mais adiante).

Como nenhuma modificação social ocorre dentro de um “vazio cultural”, antigos “acordos de pesca” existentes anteriormente à elaboração do Plano de Utilização da reserva continuaram²⁰, bem como conflitos locais relacionados à vida comunitária e à organização social dos pescadores, continuam vivos dentro do novo contexto de criação de uma reserva extrativista cuja “participação” de todos é fundamental para o gerenciamento desta unidade.

(...) o fato é que em Arraial do Cabo as pescarias de cada praia e cada arte de pesca estão associadas a um universo de socialização particular, Isto se

²⁰ É o caso da realização do cerco de traineira na beira da praia, o que por legislação é proibido e por isso não pôde entrar no Plano de Utilização aprovado em 1997, e que é feita por um “acordo de pesca” entre os pescadores de traineira e de canoas.

reproduz tanto no Plano de Utilização quanto na dificuldade – quase uma impossibilidade até o momento – de uma ação coletiva duradoura (...). (Lobão, 2006, p. 79).

Conflitos históricos²¹, por exemplo, entre pescadores da Praia Grande e da Praia dos Anjos, duas localidades de forte tradição pesqueira, e entre estas duas com os da Prainha, considerada uma área de pescaria dos “de fora” que vieram trabalhar na Álcalis e, mais ainda, com as Praias de Figueira e Monte Alto cujas ocupações são mais recentes, são reafirmados quando da tentativa de técnicos do IBAMA em reunir os pescadores dessas praias para uma discussão conjunta sobre a gestão da reserva. Gomes (2005), que atualmente é o chefe da RESEX, utilizando-se deste seu papel como gerenciador e dos resultados de suas ações para construir o objeto de estudo de sua dissertação, relata a dificuldade de reunir os pescadores destas praias.

Durante uma conversa com um grupo da Praia Grande, julguei haver temas de interesse comum para os pescadores de todas as praias, tais como o beneficiamento do pescado e a busca de meios de comércio e de conservação dos produtos da pesca que forneçam alternativas à dependência dos “atravessadores”. Tal conversa derivou para a questão da organização dos pescadores e sua participação nas entidades representativas, ao que um pescador da Praia Grande afirmou:

Aquele povo lá da Praia dos Anjos não quer saber de nada de meio ambiente não. Eles só pensam é neles mesmos. (...) Isso sempre foi assim, eles sempre se acharam os melhores, os bons. (...) Nunca tentei [buscar dialogar com eles], mas sei que não adianta, outros tentaram e não deu em nada.’ (pescador, 43 anos).

Em outra ocasião, reunido com pescadores da Praia dos Anjos em que, como representante do IBAMA, ratificaria a construção de um acordo sobre direitos de vez, levantei o mesmo assunto. De maneira semelhante, houve certa resistência à busca de uma agenda comum a todas as praias:

²¹ Para melhor conhecimento das razões destes conflitos, em especial da Praia dos Anjos e da Praia Grande e suas características ver Brito (1989) e Prado (2002). Para demais conflitos recentes existentes entre as Praias ver Gomes (2002), como as relacionadas às praias localizadas fora do centro de Arraial do Cabo, Monte Alto e Figueira, ocupadas mais recentemente basicamente por imigrantes. Veremos mais adiante algumas considerações sobre estes conflitos.

Esquece a Praia Grande, a Praia Grande é outro departamento. (...) Nos debates deles nossos assuntos são sempre os últimos, eles só estão interessados nos problemas deles mesmos.' (pescador, 33 anos). (Gomes, 2002, p. 51 e 52).

De modo geral, ou não se considerando apenas as disputas internas quanto à sua definição, a categoria de “pescador artesanal” está associada à idéia de economia familiar. Em Arraial do Cabo, segundo o presidente da colônia, todos os pescadores “são artesanais”, considerando que as famílias sobrevivem basicamente da pesca. Mais uma vez a diferenciação que se faz tem relação com os pescadores de indústria, os “empregados” assalariados em diferenciação aos “livres” e “aquinhoados”, que ganham de acordo com a produção, através de um sistema de partilha de produção ou “quinhões” que variam de acordo com as funções e posições ocupadas nas pescarias.

A pescaria de “traineira”, mesmo tratando-se de uma pescaria feita com embarcações maiores e motorizadas, algumas com equipamentos de sonar para localização do cardume, também é considerada “artesanal” segundo a legislação que define embarcações que variam de zero até oito toneladas (a tonelagem bruta é o volume total do navio e de todos os seus compartimentos fechados, e a tonelagem líquida é o volume que constitui a real capacidade comercial do navio); e as de Arraial do Cabo são de até oito toneladas. Além do que, nesta pescaria, os pescadores também não são assalariados e sim “aquinhoados”.

Alguns conflitos existentes atualmente na reserva

Nos depoimentos das lideranças e pescadores de Arraial, percebe-se uma memória positiva sobre os primeiros anos de existência da reserva. A produtividade pesqueira aumentou com a proibição da entrada de grandes embarcações e em função das demais regras estabelecidas, a fiscalização funcionava através de “fiscais colaboradores” que eram os próprios pescadores - fator este reavivado na memória das lideranças como extremamente positivo; a diretoria da AREMAC agia para fortalecer os direitos dos pescadores na reserva; o ofício de pescador voltava ser valorizado em função da boa produtividade comparada às demissões que ocorriam na Álcalis e aos atrasos dos

salários pagos pela Prefeitura. Entretanto, de acordo com os depoimentos das lideranças pesqueiras locais, atualmente a fiscalização da RESEX é praticamente inexistente:

Tinha fiscalização. Tinha vários fiscais colaboradores. A reserva trabalhava em prol de uma coisa séria, inibindo os arrastões, prendia barco, notificava. Existia um lei que os barcos de outras áreas só podiam pescar de 8 até 2 da manhã. Muitos barcos não podiam pescar nessa área. Hoje não tem esse negócio. O cara entra a hora que quer, como quer. O que está faltando é fiscalização (...). (relato de um líder dos pescadores de traineira, 2005)

A questão da reserva, para gente, no começo foi ótimo. No inicio ela funcionava, mas hoje em dia a gente ouve falar que não tem recurso. O Ibama não tem recurso, o gerente da reserva não tem recurso para protegê-la. Se não tem proteção não adianta ter. Precisamos de fiscais na reserva. Muitos invasores, até de fora. Barco grande de 20 toneladas. Ela funcionou bem durante uns quatro anos e meio (...). (relato do presidente da APAC,campo 2005)

A ausência de recursos do IBAMA destinados a RESEX é confirmada pelo analista ambiental do próprio órgão. Segundo ele o envio de verbas foi praticamente nulo pelo menos nos últimos 30 meses: (...) é uma situação complicada em termos de manutenção administrativa, física e pra pôr a Reserva pra funcionar como deveria. Fiscalização, captura, equipamento (...). O coordenador da UEPA, que é morador de Arraial, conta que pessoas vêm sendo ameaçadas por denunciar crimes ambientais contra a RESEX:

Hoje nós estamos vendo barcos industriais entrando na reserva, descarregando no porto, dois arrastões enormes, acabando com a área da reserva, dentro das 3 milhas, que é a área de proteção. Você vê traineiras de outras localidades, Jurujuba, Niterói. A questão da pesca de mergulho. A questão da pesca industrial de polvo com covas, já tem afetado aqui dentro da reserva. A questão da reserva é falta de gerenciamento. O primeiro culpado é o Ibama, os órgãos municipais também podem fazer essa fiscalização, e também a comunidade. Só que, mediante essas denúncias da sociedade civil, existem companheiros que estão sendo ameaçados de morte. E quando denuncia,

a informação de quem denunciou vaza e no outro dia já ligam para a pessoa ameaçando (...). (coordenador da UEPA , 2005).

Existem conflitos também com a Marinha relacionados ao direito de “ir e vir” no mar. Esta realiza alguns exercícios no mar regularmente com sua frota relacionados a um projeto do IEAPM, “para identificação, via sonar, do ruído das belonaves brasileiras” (Lobão, 2006, p. 91). Nos dias e horários que estes são feitos os pescadores ficam proibidos de circular próximo a área, denominada pelo projeto de “raia acústica” onde se executam tais exercícios, o que envolve várias manobras das embarcações. Acontece que algumas áreas destinadas para estas atividades funcionam também como passagem para pontos de pesca, que fica então interditado impossibilitando a pescaria do dia nestes locais.

Lobão (2006) relata este conflito, descrevendo os embates que envolveram a diretoria da AREMAC que enviou um ofício para a Casa civil da Presidência da República, em razão de não se respeitar o decreto presidencial para garantir a reprodução social dos pescadores; a Marinha que reclamava seus direitos sobre o mar de Arraial, por estar por lá desde antes a criação da RESEX e alegando “razões de segurança e interesses nacionais”; e a Prefeitura, que mais uma vez utilizava-se da situação conflituosa para tentar atacar a autoridade federal presente em seu território. O conflito permanece até os dias atuais, sendo que os pescadores que principalmente reclamam das atividades da Marinha são os de “traineira”. A Marinha também travou um embate com a SEAP e os pescadores de canoa da Prainha, não permitindo a colocação de recifes artificiais nesta praia em função também da realização de seus exercícios.

O uso de lâmpada fria para a pescaria noturna de lula, em substituição aos lampiões a gás é outro conflito em evidência na reserva entre os pescadores desta espécie. Deve-se considerar para o entendimento deste conflito, que a lâmpada fria não se enquadra como um instrumento de pesca “tradicional” e que esta técnica aumentou substancialmente a produção daqueles que a utilizam, mas que aqueles que não aderiram a esta inovação - ou por resistência ou por falta de dinheiro para comprar a lâmpada (cujo conjunto custa cerca de R\$ 300,00) - a vêem como uma forma de pescaria prejudicial, já que as lâmpadas frias exercem maior poder de atração sobre as lulas. Além disso, para os pescadores de “traineira” esta prática também seria prejudicial, pois a luminosidade forte no fundo do mar também “espanta” os peixes.

Um grande conflito entre tipos de pescaria²² é o que ocorre entre os pescadores de “traineira” que saem da Marina - dos pescadores mais pescam, pela sua mobilidade com a embarcação em praticamente toda a área da reserva - e os de “cerco”, que praticam a pesca de canoa nas beiras das praias. Existe, como vimos anteriormente, uma regra “comunitária” de permissão da pesca de “traineira” na praia somente quando os pescadores de canoa não estivessem pescando ou se preparando para tal, existindo para isso um “marco” no mar (por exemplo, a menos de 200 metros da areia na Prainha) que limita até que ponto as “traineiras” poderiam pescar. O que tem ocorrido é que muitas “traineiras” têm rompido com este “acordo de pesca”, principalmente com relação aos pescadores de cerco da Praia Grande e Prainha. Foi este conflito que originou a idéia de colocação de recifes artificiais na Praia Grande pela SEAP, sob a justificativa de se criar um ambiente para aumentar a pescaria, mas com o objetivo de impedir a entrada das “traineiras” na Praia Grande, como veremos melhor no capítulo 5 desta dissertação.

Aí vieram os “tubarões” do turismo

Os empresários de turismo²³ foram os principais grupos de oposição às regras da reserva para a melhoria da situação dos “pescadores artesanais” de Arraial, principalmente em função às restrições que estavam sendo impostas para suas atividades, como para o mergulho noturno por atrapalhar a pescaria de “traineira”, em razão da luminosidade que poderia “espantar” os peixes e, mesmo, atrapalhar a visão dos pescadores da “luminescência”²⁴ produzida pelos peixes à noite, o que permite localizá-los.

Outro foco de conflito com este grupo estaria relacionado às tentativas que os técnicos do IBAMA, junto com os representantes da AREMAC fizeram visando implantar a cobrança de uma taxa de visitação para a reserva, o que atualmente não é feito. Esta tentativa de cobrança originou um grande conflito que envolveu o IBAMA, as operadoras de turismo, a Prefeitura - esta entrando em

²² Além dos existentes com os “pescadores mergulhadores”, em função da proibição da pesca noturna e da imposição para estes de um controle das horas de suas pescarias, com os pescadores de “três malhos”, principalmente das Praias de Figueira e Monte Alto, que como já explicado prejudicam a pescaria de “cerco” e com as embarcações de fora que passaram a entrar novamente na reserva por falta de fiscalização.

²³ Para melhor conhecer o histórico de conflitos com as operadoras de turismo com a reserva ver Lobão (2000, 2006)

²⁴ “Brilho que surge nas águas claras quando os peixes se movimentam debaixo d’água” (Lobão, 2006, p. 119).

cena enquanto autoridade municipal em oposição a autoridade federal do IBAMA, e que acabou fortalecendo o pessoal do turismo - e os pescadores (ver Lobão, 2000, 2006).

Os principais problemas com a atividade turística têm relação com os usos na Marina dos Pescadores e com a prática do mergulho em grande escala - como vimos no começo deste capítulo, Arraial do Cabo é considerada a “capital do mergulho”. A grande quantidade de mergulhadores, segundo os pescadores, prejudica a pesca, pois a movimentação intensa de pessoas próxima ao costão “estressa” o peixe, já que são estes espaços que os mesmos utilizam para descansar ou se alimentar.

O peixe quando ele vem, ele vem viajando, então ele pára pra aonde? Nos costões né (...) para se abrigar e pra comer né. Pra se alimentar e pra descansar (...) o peixe ele tem uma rota, antigamente ele vinha, ele descansava, ele desce ali, ele desmandava, ele sai de um lugar pro outro... porque os peixes não passa né, não chega, então a gente tem a maior dificuldade por isso, porque tem a ilha né, o peixe vem, porque tem uns que espantam o peixe, muita gente mergulhando, espanta porque o peixe sente o cheiro, tem peixe que ele sente o cheiro da rede, se você jogar uma rede aqui aí ele não passa uns dois, três dias aqui, entendeu? a pesca de tainha de linha era maio, junho, julho, agosto e setembro. Tainha. Era maior a pescaria. Por quê? Porque se tornou uma praia de banhistas. A gente não era. Agora tem cheiro de bronzeador, de protetor, e o peixe parou de passar (...). (relato de uma liderança e pescador de traineira, 2005).

A Marina funciona como um ponto de saída e chegada para todos os tipos de embarcações turísticas ou pesqueiras, bem como é neste local que se encontra o principal ponto de desembarque pesqueiro do município. Originalmente foi construída para facilitar o desembarque dos pescadores, sendo que em seu projeto inicial, que não foi todo implementado, previa-se a divisão em cada píer para um tipo de embarcação pesqueira, espaços para colocar balanças, esteiras e demais infra-estrutura para a comercialização do pescado. Acontece que, segundo uma liderança da pesca de traineira, há cerca de seis anos atrás começaram aparecer os “tubarões” do turismo com grandes embarcações responsáveis por um intenso movimento de turistas na Marina.

Esta liderança lembra que antes o turismo era mais de beira de praia e os passeios no mar feitos pelos próprios pescadores, e relata que existe uma implicância do pessoal do turismo com os pescadores que utilizam a Marina e até uma articulação com representantes do poder público para retirá-los deste espaço, por acharem que estes atrapalham a “paisagem”, pela exposição de redes pelo chão, caixas para o embarque e desembarque do pescado, enfim pela própria presença do pescador: *eles acham que nossa rede é uma coisa feia (...).*

É muito comum passarmos pela Marina e encontrarmos antigos pescadores costurando redes que se arrebentaram durante a pescaria. Constatei não só em Arraial do Cabo, como também em várias localidades pesqueiras, que este ofício geralmente compete aos mais velhos que não tem mais condição de praticar a pescaria e que, ao mesmo tempo, são extremamente eficientes para esta atividade. Este instrumento de pesca é fonte de grande orgulho e por esta razão falar da exposição das redes na marina como algo “feio” é uma grande ofensa; esta afirmação se estende aos antigos pescadores que as consertam. Além disso, ele lembra que, ao contrário de afugentar os turistas, o ofício de consertar rede exerce uma grande atração sobre eles, sendo estes pescadores antigos alvos de muitas fotografias, entrevistas e conversas curiosas.

(...) querendo tirar nossa gente daqui, pressionando o prefeito, pressionando as autoridades, pressionando os vereadores, querendo comprar todo mundo. Porque eles acham que a nossa rede é uma coisa feia. Feio, o turista não gosta, feio. Se a vida toda o turista sempre gostou de chegar ali, perguntar, sentar e bater foto. Fazer reportagem. Que o meu pai tem 85 anos e conserta rede, seu Alemão tem quase oitenta e conserta rede. Faleceu seu Jagunço, faleceu tem cinco meses. Também consertava a nossa rede, outro senhor o Zico, também com setenta e poucos anos lá consertava a rede, então essas pessoas quando chega a Veja e várias revistas, sentava e conversava, fazia reportagem com todo mundo. (relato de uma liderança das traineiras, 2005).

O fato da existência da reserva, mesmo desacreditada e sem recursos para funcionamento, ainda assegura aos pescadores se manterem na Marina e ter poder contra as articulações dos empresários do turismo, o que foi reforçado no último seminário que ocorreu sobre a RESEX que será mais bem trabalhado no próximo capítulo.

4.5 Conclusão

O desenvolvimento da industrialização a partir da instalação da Companhia Nacional da Álcalis na década de 40 foi um dos principais responsáveis por causar um acelerado crescimento populacional no município de Arraial do Cabo, que até então vivia basicamente em função da pescaria. O pleno funcionamento desta industria juntamente com o desenvolvimento do turismo provocaram a migração de várias pessoas para o município.

Apesar de uma resistência inicial dos pescadores “tradicionais” quanto a tal processo de industrialização e com os de “fora” que chegavam, foram ficando claras as diferenciações nas condições materiais de existência daqueles que trabalhavam na indústria com a dos pescadores, considerando a ausência de benefícios e incertezas destes últimos. Muitos pescadores do município passaram a trabalhar na Álcalis, assim como muitos de “fora” se envolveram na pesca. É difícil encontrar um pescador que não tenha trabalhado nesta industria ou que não possua algum familiar que tenha se envolvido com a mesma.

Mas, Arraial é essencialmente um “lugar de pescaria”, pois com a privatização da Álcalis e sua acelerada decadência, muitos foram despedidos e voltaram para a pesca como atividade principal, que nunca deixou de ser praticada como complemento. Agora o município possuía um contingente populacional e de pescadores muito maior, de natos misturados com os de “fora”. Como contextualizado no capítulo 2, pôde-se constatar também em Arraial do Cabo os reflexos das quedas na produtividade pesqueira o que passou afetar um bom contingente da população.

A pescaria, como vimos, é extremamente diversificada, de acordo com os tipos diferenciais das formas de pesca e com os diferenciados grupos que as praticam, definidos principalmente de acordo com as praias do município. Existem conflitos entre estes grupos, tanto por suas “pescarias” (dentro de um contexto de disputas das mais ou menos “tradicionais”) quanto por seus territórios (as praias), sem deixar de existir também fortes laços de solidariedade. Um entendimento destas características em conjunto com a compreensão da hierarquia social desta atividade (posição privilegiado dos “donos de pescaria”; “vigias” e “mestres”), torna-se fundamental para a delimitação de um campo social onde atuam as lideranças pesqueiras do município, como veremos melhor no próximo capítulo.

Além de “lugar de pescaria” pôde-se constatar com fortes evidências que Arraial também é marcado como um “lugar de pesquisa”, em especial da área da Antropologia, que desde 1950 desenvolve trabalhos. Esta característica é importante para entender a atuação das lideranças pesqueiras, que também se apropriaram desta experiência para atuarem politicamente, como no caso da liderança que cobra dos pesquisadores uma “troca” do fornecimento de seus conhecimentos para que estes se tornem mestres e doutores, por um apoio de suas instituições para os pescadores.

O fator mais recente que ocasionou importantes mudanças no município entre os pescadores foi a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo em 1997, que introduziu um novo contexto de política pública ambiental “avançada” do ponto de vista social, já que por ser extrativista considera os pescadores como um dos principais gerenciadores desta unidade.

Neste contexto teve-se que definir quem são os pescadores de Arraial, e mais do que isso, quem são os “tradicionais” com direitos ao uso na reserva, que pratica uma pescaria de pequena escala e “sustentável” ambientalmente. Nas discussões, vimos que inicialmente o “tradicional” era o nato, mas em virtude de impasses passou a ser aquele com maiores vínculos com a localidade (mínimo de dez anos de moradia), assim como chegou-se a conclusões dos tipos de pescarias permitidas e como deveriam ser praticadas de forma “sustentável”. O termo “tradicional” foi então moldado aos interesses em jogo na disputa de direitos de exercer a atividade pesqueira na reserva.

Mas, como contextualizado nos primeiros capítulos, a principal disputa do setor está relacionada à busca de diferenciação da pesca industrial da “artesanal” e como a reserva também foi criada para coibir a prática da primeira na região, o termo “artesanal” foi substituindo o “tradicional”, este último mais relacionado com as políticas de criação de reservas extrativistas de outras atividades.

A definição dos pescadores da reserva como “tradicionais” dentro de uma classificação e de planejamento de usos, provocou disputas que giravam em torno de quais pescarias ou grupos eram mais ou menos “tradicionais” e “artesanais” para justificar maiores direitos nas definições das regras, bem como antigos conflitos entre as “praias” não foram suspensos, o que sempre dificultou a construção de uma gestão conjunta.

Na reserva existem muitos conflitos, que ficam evidenciados pela falta de fiscalização para coibir a pesca industrial e outras práticas “predatórias”, que foi o principal ponto positivo nos seus primeiros anos de funcionamento; pelas disputas entre as próprias organizações de pescadores; pela disputa pelo território marítimo com a Marinha e com a atividade de turismo.

Veremos no próximo capítulo que a categoria “artesanal” será acionada politicamente em momentos específicos de “luta” por direitos, seja remetendo o termo à tradição, pela sua carga que imbui maior legitimidade de usos do espaço marítimo, seja a idéia de “economia familiar”, de produção de pequena escala, logo “sustentável” para a manutenção dos recursos pesqueiros.

Capítulo 5 - “Cada um puxa mais para sua sardinha” - As organizações pesqueiras de Arraial

Após uma breve contextualização das condições sociais onde estão inseridas as organizações pesqueiras de Arraial do Cabo, feita no capítulo anterior, e das principais mudanças ocorridas na organização social dos pescadores, será feito um estudo de caso sobre tais entidades políticas e as diferentes formas de atuação de suas lideranças.

Veremos um histórico de formação das principais organizações atuantes no momento da pesquisa, assim como a trajetória de suas lideranças, na tentativa de melhor entender suas motivações para atuarem enquanto tais, e o porque continuam ou não nestes cargos e de que forma. Nesta parte poderemos ver a importância do prestígio social, bem como a relação da posição privilegiada na organização social da pesca e de liderança política.

Além da análise das organizações e suas lideranças, serão descritas alguns eventos e disputas frutos de vivência e observação em campo, onde as lideranças estão em momento de atuação, dentro de uma preocupação de melhor complexificar a análise aliando os discursos e práticas das lideranças pesquisadas em interação com os principais agentes atuantes no campo político delimitado no primeiro capítulo: a SEAP, o IBAMA e o setor de petróleo.

5.1 – As Organizações Pesqueiras de Arraial do Cabo e suas Lideranças

A primeira organização criada no município foi a Colônia de Pescadores Z-05, fundada em 1915, seguida pela Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, a APAC, fundada em 1987, que surgiu com o apoio da própria representação da colônia para a defesa de um grupo de pescadores específico, como veremos mais adiante.

As demais associações surgiram após a criação em 1997 da Reserva Extrativista, diante dos diferentes interesses dos usos na mesma. Como vimos, com a criação desta unidade foi necessária a formação de uma entidade pesqueira específica, a AREMAC (Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo), com o objetivo de cumprir um papel de mediadora de conflitos entre os diferentes interesses dos pescadores, para gerenciar a reserva em conjunto com o IBAMA.

Além da Colônia, da APAC e da AREMAC - citadas acima -, existem as seguintes associações cujos pescadores se autodefinem como “pescadores artesanais”: a Associação de Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo (ACRIMAC), a Associação da Pesca Profissional de Mergulho de Arraial do Cabo (APPMAC) e a Associação de Pescadores de Traineira de Arraial do Cabo (APATAC); esta última ainda não oficializada.

Além destas, existem duas organizações que embora ligadas à atividade de turismo, “se apropriam das identidades de *pescadores* e de *população tradicional*, o que provavelmente lhes confere algum ganho simbólico e político” (Gomes, 2005, p. 55). Trata-se da Associação de Pesca e Turismo Náutico de Arraial do Cabo (APETUNAC) e da Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos (ABTBPA).

A Colônia e a APAC atualmente são as organizações que tem trabalhado para a garantia de direitos como defeso e aposentadoria para a maior parte dos pescadores do município, levando-se em conta que o foco maior da APAC ainda é sobre os pescadores de “canoas” e “lula” da Praia Grande. As demais se concentram na atuação em prol dos pescadores ou maricultores específicos das áreas de atuação das mesmas, como o caso da Associação de “traineiras”, de mergulhadores e de maricultores. A AREMAC atualmente, como veremos, não tem mais praticamente nenhuma visibilidade ou função na garantia de benefícios.

Pelos depoimentos de alguns pescadores do município quando questionados sobre as razões ou motivações para associarem-se à colônia ou demais organizações, percebe-se uma relação imediata com a possibilidade de acesso ao seguro-defeso, assim como às aposentadorias especiais. Também se pode perceber que a questão da baixa participação dos pescadores nas reuniões das organizações e demais fóruns existentes para a discussão da pesca, fator este ressaltado tanto pelas lideranças quanto por representantes do IBAMA e demais instituições, tem justificativa relacionada ao tempo disponível dos pescadores, considerando-se a necessidade do aproveitamento dos dias de pesca. Para as “canoas” existe o rodízio, por isso complica-se perder um dia de pescaria e para as “traineiras” seus horários de pesca são geralmente das 14 horas às 22hs. Além disso, para a maioria dos pescadores torna-se complicado não pescar em determinados dias, pois poderia estar comprometendo sua “lealdade” com um dos donos da “pescaria”.

(...) o caso da reunião, né, que você acabou de falar agora, lá uma vez ou outra eu participo. Quando tem o meu tempo. Você está vendo, amanhã, eu tenho uma canoa no pontal então eu já vou pescar amanhã no pontal. Se no caso tivesse uma reunião, eu já não tinha como ir. E no domingo eu pisco aqui na Prainha. Então, ta vendo como é que é? Então, eu sou muito ocupado, apesar que não tem matado nada, mas a gente vai pra lá e vai pra cá, entendeu? A gente procura onde está dando. ta entendendo como é que é? Pra ver onde é que... às vezes mata um pouquinho lá e mata um pouquinho aqui, dá pra mim ganhar alguma coisa. A gente vai pra lá e não mata nada. Mas a gente não deixa de correr atrás não. essa é a nossa profissão (...). (mestre de canoa da Prainha, 2005)

E na visão de alguns pescadores as organizações pesqueiras não possuem “força política” para solucionar os problemas enfrentados, tanto por representarem somente seus “interesses particulares” quanto pela ausência de articulação suficiente com o Poder Público local e órgãos gestores da pesca, ocorrendo assim um suposto descrédito quanto às mesmas. Gomes (2005) assinala que mesmo com a multiplicidade de organizações existentes no município, os pescadores na maioria dos casos não as reconhecem como legítimas representantes de seus interesses. O autor afirma ter ouvido dos pescadores entrevistados “muitas acusações de que as diretorias dessas entidades defenderiam preferencialmente os interesses de seus grupos familiares e de seus amigos mais próximos”. (p. 55)

De fato as relações de amizade e parentesco parecem ser muito importantes para resolução de problemas e para a mobilização das lideranças, como vimos no capítulo 3 desta dissertação. Alguns pescadores afirmam sua “grande” amizade com uma liderança e que por isso seus problemas são resolvidos. Além disso, decisões “políticas” em Arraial quanto ao desenvolvimento de alguma atividade ou restrição para a pesca sofrem influências de favorecimentos pessoais no momento das disputas, como veremos.

Geralmente as lideranças são pessoas que ocupam posições mais elevadas na hierarquia da organização social da pesca como as de “mestre”, “vigia” ou “dono de pescaria”. A liderança que ocupou pela primeira vez o cargo de presidente da AREMAC é dono de embarcação e mestre de pescaria de “traineira”; o segundo a ocupa-lo é “mestre de canoa” da Praia Grande e o terceiro era dono de “pescaria” da Praia Grande. O presidente da APAC é “vigia” da Praia Grande e as lideranças das “traineiras” são todos da mesma família e donos e “mestres” de embarcação da Praia

dos Anjos. Nota-se também que todos são das Praias mais “tradicionalis” de Arraial do Cabo, com maior prestígio entre os pescadores: a Praia dos Anjos e a Praia Grande.

Geralmente nas entrevistas as lideranças tentavam demonstrar um histórico de desinteresse em assumir a presidência das organizações e, que só assumiram tal cargo em função de “convites” efetuados por grupos de pescadores, representantes da Prefeitura ou do IBAMA. Mas, verificou-se que praticamente todos já tentaram ingressar na vida política do município sem sucesso, ou vislumbram tal inserção.

Segundo Lobão (2006) “apesar de representar o maior contingente profissional da cidade, apenas um pescador foi eleito vereador” (p.121). O presidente da APAC se candidatou em 2000, obtendo apenas sessenta votos; o atual presidente da AREMAC, nas eleições de 2004, obteve apenas cinqüenta e um votos; e o segundo presidente da AREMAC, também nestas últimas eleições, teve apenas 30 votos. O presidente da ACRIMAC, dos maricultores, e um representante de uma associação que envolve turismo e pesca, em entrevista também manifestaram vontade de ingressar na carreira política.

Colônia de Pescadores Z-05

A primeira liderança que entrevistei em Arraial do Cabo foi o presidente da Colônia, por ser a organização local mais antiga. Acabei reproduzindo a percepção de legitimidade maior para estas organizações, por utilizá-la como “porta de entrada” para minha pesquisa, considerando sua carga histórica e organicidade maior com as políticas públicas, assim como fazem alguns representantes do poder público e privado quando necessitam “entrar” numa dada “comunidade” pesqueira.

Interessada em sua trajetória indaguei sobre como passou a ser presidente da colônia. Como resposta primeiramente me afirmou: o “sangue tá na pesca”. Diz ter nascido “na pesca”; envolvido nesta prática desde os oito anos de idade, contextualizando que até os anos de 1950, justamente antes da chegada da Álcalis, “99%” das atividades desenvolvidas no município giravam em torno da pesca. Ficou claro em seu discurso, a importância de tratar-se de uma liderança com origens na pesca, o que reforça sua posição de convededor dos problemas destes trabalhadores e o legitima enquanto tal.

No meio de sua narrativa tentou chamar minha atenção para a importância do regimento interno da colônia de 1921. Estava mais interessado em falar deste regimento do que responder minhas perguntas sobre como passou a ser presidente da colônia. Leu alguns trechos deste regimento que reforçavam a importância das regras internas do trabalho do pescador em Arraial do Cabo, que garantiam o respeito entre os pescadores e a preservação dos recursos.

Agora, uma coisa importante, isso aqui é o regimento interno da colônia. Naquela época eu vou mostrar alguns trechos aqui engraçados pra você. Aqui, 1921, regimento interno, pra você ter uma idéia do quê que fala aqui ó. A preocupação deles, nessa época, é com a pesca predatória. Quer ver o que fala aqui? Aí já havia primeiro um respeito entre eles. Aqui fala poderão, perderão o direito de seus quinhões, ou seja, a pessoa que não viesse pescar e não apresentarem nenhuma comprovação de que estava doente, então ele perdia o direito,... o nosso linguajar aqui é o quinhão, aquilo que pertence à canoa onde tem gente que, que trabalha com nove pessoas tem mais seis quinhões de proprietários, então faz quinze, então o peixe que desce dividia por quinze. Então, aqui eles fala o seguinte: tinha um local na praia grande que se chamava mata, que ninguém nos meses de Novembro e nos meses de Julho a Novembro poderia passar daquele lugar, embora tivesse um bocado de peixe do outro lado do mar, aquilo poderia secar, é a mesma coisa que o sinal, fechou o sinal você não pode passar, pode?

Pesq. – Não.

Ent. – Então era isso. Aí era isso de que nos meses de Junho e Julho até Dezembro não podia, por quê? Porque esperava o peixe aqui no canto. Aqui tem outra coisa pra.

Pesq – Isso pra deixar ele crescer?

Ent -É. é. Aqui ó, o pai que não corrigir seu filho sobre a vadiagem... nas praias, deixando o abandono, deixando e abandono... e matriculado na escola primária creada... tá vendo aqui, não é criada não, creada e não obrigar a freqüentar as aulas no exercício sem motivo justificado serão multados em 200 mil reais, 200 mil, 200 mil réis. Aqui o réis é porque na época era contos de réis. A multa. Aqui tem outro atrativo aqui. Todo pescador que transportar, vender, ou destruir de qualquer forma, peixes ou moluscos ou crustáceos que não estejam nas dimensões legais e em tempos de desova perderá a pescaria e pagará 200 mil reais de multa. Já naquela época eles estavam preocupados com a reprodução. (relato do presidente da colônia, 2005)

Eu, com minha ansiedade de pesquisadora de primeiro dia de campo, a fim de “desvendar” minhas questões, não dediquei a atenção necessária para o fato que este representante estava tentando me mostrar, que para ele era de grande relevância: que já em 1921 havia a preocupação ambiental com os recursos pesqueiros, e um rigor moral em prol da dignidade do pescador e do controle da pescaria - ambos atualmente para ele em crise - e voltei para a questão da sua trajetória até a presidência da colônia. Em outros momentos da entrevista isto voltaria a acontecer, ele me relembraria do tal regimento no meio de temas diferenciados.

Já trabalhou na pesca no Rio e como vários outros pescadores do município foi funcionário da Álcalis - de 1955 a 1975 - retornando ao trabalho no Rio no setor de transporte na Baía de Guanabara, voltando para Arraial em 82. A partir desta data, mesmo aposentado, continuou na pesca, e por ter o costume de sempre “ajudar o pessoal” passou a ser, em 91, um “mero” interventor da colônia, reativando-a com a ajuda de alguns “companheiros”, pois estava há muito tempo fechada.

(...) É... fui eu... é... eu peguei como interventor, eu precisava de oito assistentes mais quatro nomes, eu peguei, juntei e tive a ajuda de alguns companheiros e depois quando fez um ano a federação, que é o responsável, que nós somos filiado à federação na colônia, então, é... a colônia, a federação então colocou uma junta governativa. A junta governativa foi eu, foi Jorge Fernandes, eu não me lembro, já faz tanto tempo já (...). (relato do presidente da colônia, 2005)

Desde então não houve rotatividade no cargo da presidência da colônia, fato este gerador de muitas críticas de representantes das demais organizações do município. Quando questionado sobre a razão da ocupação do cargo por tantos anos, justifica que se encaixa num perfil que preenche a necessidade de disponibilidade de tempo para administrar a colônia, por ser aposentado, assim como por conseguir se dedicar às tarefas exigidas mesmo com a falta de remuneração para este serviço: “... o pescador fica muito difícil de administrar porque quem não tivesse salário, uma pessoa que não for aposentado...”.

O presidente da colônia cita também o histórico desinteresse dos pescadores para administrar a colônia, uma das razões de se manter no cargo durante 15 anos. Porém, tal desinteresse estaria sendo revertido no momento da pesquisa, considerando um recente ganho da colônia em relação a

uma antiga disputa com a Prefeitura, no que diz respeito ao direito da administração da marina dos pescadores, que como veremos foi graças a uma intermediação da Petrobrás.

Para este representante o que motiva a mobilização dos pescadores para a formação de chapa é o interesse de “ganho pessoal” quanto aos recursos financeiros. Devido ao fato da conquista da marina novas chapas estariam surgindo, cujos membros estavam “interessados” no novo contexto da colônia, que passaria a receber recursos através da administração desta área. As eleições ocorreram em Março de 2006 e três chapas se formaram em oposição a atual diretoria.

De acordo com alguns membros das demais chapas, a maior parte pertencente às demais organizações do município, o presidente da colônia deu uma “peixada” para ganhar a eleição. Em conjunto com a Federação, intervou no processo de eleição não deixando votar a maior parte dos eleitores, que por sua vez seriam das chapas concorrentes, em virtude de não quitação e regularização com a colônia. O presidente então ficará mais um mandado de dois anos à frente da colônia.

Tal liderança não aceita a idéia de formação de associações, não as reconhecendo como legítimas, afirmado que só existem para que cada grupo possa “puxar para sua sardinha”, e não representar a “classe” dos pescadores. Domina as regras burocráticas da organização valorizando-as e sempre as resgatando quando necessário em determinadas situações. Tal postura desta liderança refletiu em nosso contato em conjunto com a ansiedade da “busca de respostas” para o que eu queira entender: o porque de tantas organizações num só município e a razão de tanto conflitos entre elas. Pedi uma cópia do estatuto da colônia, que é o mesmo para todas do País e que ainda não tinha acesso, e obtive resposta negativa, pois para o representante “isto é assunto de pescador”. Só estes poderiam ter acesso a este material para conhecerem seus direitos e obrigações com a colônia: “é uma coisa restrita ao pescador”.

Outro assunto delicado com este representante, e que acredito ter despertado desconfiança juntamente com meu interesse ainda obscuro sobre os “assuntos dos pescadores”, foi sobre as demais organizações do município. Neste momento tive que interromper a gravação a seu pedido. Para ele nenhuma delas é legítima, assim como indicou históricos de beneficiamento pessoal de recursos por parte de algumas associações. Aliás, percebemos que no campo de disputas entre as

organizações as acusações pessoais entre as lideranças, de usos escusos de recursos e bens das organizações são recorrentes.

Afirma que somente a colônia pode garantir os direitos dos pescadores, e reivindicar “qualquer assunto que eles queiram que depende do órgão federal” e só garante o acesso aos direitos dos pescadores, como o seguro-defeso, e direito ao voto àqueles que estiverem em dia com a colônia. Lembrou-me do Art 24 do Estatuto das colônias de 1973, Parágrafo 7 – “O direito de voto pressupõe quitação com a colônia e será exercido mediante a prestação da carteira de matrícula na mesma”.

A família do presidente não trabalha na pesca: “Não tem ninguém, graças a Deus, não tem ninguém na pesca... são poucas as pessoas que tiraram da pesca uma sobrevivência digna de poder educar os seus filhos”. Um filho trabalha na Odebrecht de Macaé e os outros ele não citou, mas segundo informantes, trabalham na Prefeitura de Arraial, o que não é bem visto por alguns, pois por esta razão não entraria em confronto com a Prefeitura pelos compromissos de favorecimento aos filhos do presidente. Esse é um dos argumentos de pescadores e demais lideranças para explicar a demora na resolução do impasse quanto à administração da Marina dos Pescadores, pois apesar de ter entrado na justiça, não pressionava a Prefeitura como deveria.

Atualmente o presidente da colônia tem conquistado maior legitimidade entre os pescadores. Isto tem relação com os contatos interativos com agentes sociais carregados de poder material e simbólico como a SEAP e a Petrobrás. Através destes contatos, a colônia tem aumentado seu poder de atuação e visibilidade entre os pescadores. Tanto a SEAP, neste caso representada pelo responsável do Rio de Janeiro, quanto os representantes de um projeto denominado Mosaico¹ que está sendo desenvolvido no município pela Petrobrás têm valorizado o contato com o órgão de maior “tradição” no caso a colônia, como interlocutor preferencial para a entrada de projetos e acesso a benefícios no município.

¹ Veremos maior detalhes sobre este Projeto ainda neste capítulo.

Associação de Pescadores de Arraial do Cabo – APAC

A APAC foi fundada em 1987, e também é uma das afiliadas da UEPA. Foi criada para atender, principalmente, às necessidades dos pescadores da pesca de arrasto de praia em função de conflitos de uso do espaço marítimo existentes entre os pescadores e os surfistas na localidade da Praia Grande². Segundo os pescadores de “canoa” a prática do *surf* atrapalha a pescaria, pois causa o “espanto” dos peixes, com a movimentação das pranchas na água, evitando que os cardumes entrem no canto da praia, local para a realização do “cerco”.

Os membros desta associação, que foi formada em parceria com o presidente da colônia, tendo este inclusive assumido a primeira presidência, conseguiram através de sua mobilização aprovar a Lei Municipal nº 169/87 que lhes conferia direito unilateral sobre a praia. Em 1988 foi gerada uma nova lei proveniente de “acordos” feitos entre a APAC e a Associação de Surfe de Arraial do Cabo, que garantia “prioridade à atividade pesqueira” (Britto, 1999, p. 199 e 200).

Neste “acordo” foram estabelecidas algumas regras onde os pescadores botavam bandeiras de aviso para os surfistas: as vermelhas liberavam a prática do surf e as azuis anunciam que os pescadores estavam em atividade, alertando para a proibição do surf naquele dia. Mas segundo o presidente da associação os surfistas retiravam as bandeiras azuis, sumindo com elas e iam surfar nos dias determinados para a pesca, o que gerou conflitos, muitos deles até violentos que atualmente ainda existem, mas em menor escala. Os surfistas usam a praia com mais freqüência quando o mar está alto, época em que a pescaria das canoas fica impossibilitada.

Atualmente, a APAC conta com 600 associados, porém apenas 200 pescadores “estão em dia. Nós cobramos 10 reais de matrícula e 4 reais de mensalidade. Cobrar eles cobram muito, mas o dever...”, informa o atual presidente. São filiados à Associação, além dos pescadores de “canoa”, os pescadores de ‘lula’ e os pescadores de “linha”. Percebe-se que, assim como a colônia, esta associação tem conquistado maior legitimidade entre os pescadores, em função da conquistas, como vimos no capítulo 3, das associações poderem dar o atestado para os pescadores liberando-os para receber o defeso. Esta associação depois que passou a exercer esta função têm recebido muito mais pescadores em sua sede procurando se associar. Antes, somente o presidente da colônia possuía esta

² Para um melhor entendimento deste conflito ver a dissertação de Cunha (2000) intitulada “Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço na Praia Grande”.

autoridade e limitava o acesso a tal benefício somente para aqueles que estavam em dia com a organização.

O presidente da Associação que assumiu a gestão em 1990, pois até então era o vice, é um reconhecido “vigia” da Praia Grande, filho de um importante pescador que também era “vigia” desta localidade e, segundo ele, um dos seus filhos já está demonstrado uma aptidão para assumir a mesma posição. Esta função exerce um grande sentimento de orgulho pessoal e respeito entre os demais pescadores, pois exige um nível alto de “conhecimento” e experiência na “arte” do cerco. Se o “vigia” falha toda a pescaria falha.

Ficou por dois mandatos à frente da organização, e por isso, segundo o estatuto, não pôde continuar. O presidente que assumiu foi o que atualmente é o principal empresário de pesca do município, mas na época era somente “dono de pescaria”, seguido por um policial civil. O atual presidente relembra que isto ocorrerá na época em que a associação era dominada pelos “donos da pescaria”, o que não ocorre mais nos dias atuais, que escolhiam sem eleição ou “respeito” ao estatuto as pessoas que iriam assumir a associação.

Assim como o presidente da colônia, que conta com um grande respeito do representante desta associação, apesar de discordar de algumas de suas posições, esta liderança valoriza o fato dos representantes das organizações serem pescadores, bem como lembra com orgulho das regras baseadas no respeito e na palavra entre os pescadores de “canoa” que objetivavam já “nos tempos antigos” a preservação e controle do estoque pesqueiro e a garantia do direito de pesca para todos. Relembrou a existência de um “marco” para permissão da pescaria no local denominado “mata”, como também relatado pelo presidente da colônia, que funcionava para controlar a pescaria durante alguns meses, de acordo com o conhecimento dos pescadores sobre os comportamentos dos peixes, para a garantia da sua chegada em maior quantidade na área do canto da praia, local do “cerco”. Porém, com a introdução das “traineiras” que passaram a pescar nestas áreas, esta prática foi abandonada e este marco passou a ser desrespeitado: *se a gente não vai lá cercar o cardume, por quê as traineiras pode abusar, então nós acabamos com isso.*

O diálogo com o poder público, principalmente com a SEAP, foi melhorado com a interlocução do coordenador da UEPA que possui uma relação de amizade bastante próxima com o presidente da

APAC: A UEPA nos ajuda muito. Hoje a proximidade com as autoridades foi a UEPA que nos trouxe. Esta amizade foi fundamental para o caso da implementação do projeto dos Recifes Artificiais desta Secretaria no município que gerou, da forma como foi feita, um enorme confronto entre pescadores de “canoas” e de “traineiras”, como veremos mais adiante.

A atual residência do coordenador da UEPA no Pontal do Atalaia, lugar de extrema beleza, atualmente funciona como uma pousada, que muitas vezes serve como local de hospedagem e realização de almoços e eventos para representantes do Poder Público e privado, o que favorece a aproximação destes com aqueles que são amigos ou representantes da UEPA. O liderança desta organização valoriza muito os pescadores de “canoas” pela força de suas “tradições” e pela atual condição de precariedade de suas pescarias, dos “fracassos” nos arrastos, fato que o sensibiliza a atuar em prol dos mesmos e, considerando que exerce um forte poder de articulação institucional, isto representa um fortalecimento para a APAC.

Um dos principais eventos produzidos por esta associação, motivo de grande orgulho, é a festa ligada à atividade pesqueira para aumentar a arrecadação de recursos: o Festival da Lula, que está em sua 9^a edição e é um evento gastronômico, no qual são apresentados quinze variedades de pratos com acompanhamento de lula: “*nós queríamos divulgar a pesca da lula, na época do inicio da reserva, e então, surgiu a idéia do festival*”. Com um público de aproximadamente 30 mil pessoas, o último festival durou 10 dias e é uma produção grande que conta com o trabalho de 20 a 30 famílias de pescadores afiliados. O lucro é revertido para a associação e os pescadores recebem cestas básicas e ajuda para obras em casa, mas nem sempre as contas fecham: “*às vezes o custo do festival é tão grande que não tem lucro*”. O apoio a tal festival é uma das reiteradas reivindicações desta liderança tanto ao poder público quanto ao privado.

O discurso desta liderança é fortemente marcado pelas atuais dificuldades enfrentadas pelo pescador de “canoas”, cuja produção tem decaído fortemente. Por ser um tipo de pescaria que precisa esperar o peixe chegar na costa e entrar na área do “cerco”, estes pescadores estão muito mais vulneráveis a todas as práticas que causam o “espanto” nos peixes. E por isso, esta liderança atua como uma das principais defensoras da entrada de um estaleiro na área da reserva para manutenção de plataformas de petróleo, já que esta empreitada significa possibilidade de emprego a apoio financeiro para as

organizações pesqueiras do município, mesmo representando um alto risco relacionado a possíveis acidentes ou contaminações no mar.

Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo - AREMAC

Como vimos, a AREMAC foi fundada no contexto da criação da Reserva, considerando a necessidade de formação de um espaço voltado para a mediação dos diferentes interesses de usos dos recursos pelos pescadores.

O primeiro presidente desta associação afirma que assumiu este “cargo” por convite do então primeiro chefe do IBAMA/RESEX. Afirma ter sido “convidado” por possuir características de “briguento”. De “família italiana” ao mesmo tempo com disposição para a briga e para o abraço, e dono e mestre de pescaria de “traineira”, logo com uma posição hierárquica na organização social dos pescadores, foi “convidado” para esta posição, cujo “pulso forte” e poder de mediação entre os pescadores seria necessário. Um fato curioso em seu depoimento diz respeito ao seu entendimento no momento do convite do que representava fazer parte de um grupo que para ele era de “defensores da natureza”, já que se estava falando em reserva. Segundo seu depoimento isso era coisa de “maconheiro” que se preocupava só com a “natureza”, no sentido de não reconhecimento do pescador como parte do meio ambiente e a importância desta atividade na região.

Ent. – *Eu falei pra ele, isso na cara dele, ó, isso é coisa de maconheiro, eu não acredito. Entendeu?*

Pesq. – *Por quê é coisa de maconheiro?*

Ent. - *Porque tinha um grupo entendeu? que era muito voltado a esse tipo de coisa sabe, de natureza. Mas um grupo que eles só voltavam pro lado da natureza e não faziam nada. Entendeu? Então quando você está descrente, então tudo que vem você fica com o pé atrás. Essa era a situação nossa antes da reserva. Com a reserva não, a gente adquiriu poder. A gente era o quarto poder do município.*

Sua gestão que durou de 1997, data da criação da RESEX, até 1999 foi marcada pela forte fiscalização com os barcos industriais que entravam na reserva, defendendo a exclusividade dos

recursos marítimos para os pescadores cabistas³. Segundo Lobão (2006, p. 95) “sua gestão pode ser caracterizada como tendo um tom organizativo conciliador entre os de ‘dentro’ e duro com os de ‘fora’”. Sua saída da representação ocorreu no meio de seu segundo mandato, conquistado com grande legitimidade, por alguns descontentamentos referentes a determinados posicionamentos do chefe da reserva e também por um histórico de conflitos violentos e de ameaças com os grupos de pescadores da pesca industrial⁴.

Como teve prejuízos pessoais e disponibilizava muito de seu tempo à frente da AREMAC, começou a considerar a necessidade de um apoio financeiro para exercer este papel, o que foi estimulado pelo Prefeito, mas não foi aceito pelo então gerente da reserva. Segundo Lobão (2006) circulavam duas versões para a sua renúncia: uma que tem relação com o que me foi exposto dos prejuízos pessoais e financeiros, com pouco retorno para a melhoria da reserva e outra referente a uma briga “com o diretor da reserva porque teve uma carga de sardinha fora do tamanho apreendida e sua posição não lhe trouxe nenhum benefício”. (p. 121)

Uma das coisas que considera positiva em sua trajetória enquanto presidente da AREMAC foi o acúmulo de experiência obtido a frente da gestão da reserva, responsável pela sua atual desinibição e facilidade em lidar com a mídia e o respeito conquistado entre os pescadores, o que lhe dá poder de voz e decisão nas reuniões entre os pescadores.

O segundo presidente desta Associação é filho de um “vigia” da pescaria de “canoa” da Praia Grande e mestre de “canoa” nesta mesma localidade. Assumiu em 1999 quando o primeiro se afastou no meio de seu segundo mandato. Foi nesta gestão que atuaram os “fiscais colaboradores” - pescadores voluntários que ajudavam na fiscalização na reserva -, fato este vivo na memória das lideranças e pescadores como extremamente positivo para o funcionamento da reserva. Segundo Lobão (2006), sua gestão foi marcada pela tentativa de contribuição para o fortalecimento dos pescadores em Arraial, pois retomou várias questões de conflitos, como no caso do turismo, em especial para o caso dos surfistas na Praia Grande, e com a Marinha, no caso da divergência relacionada ao direito de navegação dos pescadores em função de seus “exercícios”. Além disso,

³ Foram feitas exceções somente para alguns pescadores de Cabo Frio com embarcações do mesmo tamanho das ““traineiras” de Arraial, que costumavam pescar nos mares da reserva. São cerca de cinco embarcações que possuem o direito de pescar na reserva.

⁴ Seu filho foi ameaçado com uma “faca no pescoço” e sua embarcação foi afundada, casos estes confirmados por demais pescadores.

tentou implantar em sua gestão a cobrança da taxa de visitação e fortaleceu o Festival de Lula no município, que como vimos é de grande importância para os pescadores.

Como afirma o autor, sua gestão também foi marcada por uma tentativa de dar visibilidade a Resex de Arraial, visitando outras áreas de reserva e recebendo representantes de pescadores de outras localidades, que ao seu ver pode ter enfraquecido internamente sua gestão, pelo seu movimento “para fora”. Na época de eleição, em função desta ausência de trabalho “interno”, só estavam aptos para votar apenas 21 associados.

A eleição de 2001 ocorreu com apenas uma chapa opositora e com a então diretoria não podendo se candidatar por estar no segundo mandado, sendo então eleito o terceiro presidente da AREMAC, que foi reeleito em 2003. Sua eleição não teve muita legitimidade, pois segundo Lobão (2006) dos 21 associados, 14 eram de sua chapa, cinco eram da antiga diretoria que não podiam se candidatar, restando apenas dois eleitores não vinculados a nenhum dos dois grupos de dirigentes.

Ele já foi dono de “canoa” e é funcionário público aposentado. Segundo seu depoimento se candidatou a presidente da AREMAC por “convite” de um então “amigo” que hoje é deputado federal, mas que na época era secretário de turismo e ex-candidato a deputado estadual.

Segundo Lobão (2006), este representante mudou os rumos da gestão da AREMAC⁵ direcionando as ações para uma política mais “assistencialista” para o pescador. Em seu discurso de posse afirmou que o papel da associação era “fazer a parte social da pesca: saúde, colégio e outras demandas assistenciais. Precisava de um ‘fundo de emergência’, cesta básica, farmácia, laboratório”. (p. 93). Deixava-se então, segundo o autor, de buscar fortalecer a reserva politicamente como local preferencial para os pescadores “artesanais” e de dar continuidade às discussões sobre as regras e conflitos dos usos e esfriavam-se os embates com os agentes internos em busca de apoio para as ações sociais. Em sua entrevista ele relembra que seu objetivo foi estabelecer parcerias, pois na antiga gestão tinham ocorrido muitas “brigas”: (...) *eu quando assumi a AREMAC, eu fiz parceria com a colônia, com todos... com todas as entidades que a AREMAC havia brigado, que ela brigava com todo mundo (...) eu fiz parceria com todo mundo.*

⁵ Inclusive, como parte constitutiva do campo de disputas em Arraial do Cabo, acusou a antiga diretoria de uso indevido dos recursos, principalmente em relação as arrecadações do Festival de Lula (Lobão, 2006, p. 96).

Atualmente algumas lideranças, mesmo afirmando serem “amigas” do atual presidente da AREMAC, concordam que esta instituição já não cumpre mais seu papel, deixando de ser a catalisadora das demandas de todos os tipos de pescadores, estando esvaziada e “desacreditada”. Para os pescadores tal associação confunde-se mais com a APAC, já que o atual representante optou por ocupar a mesma sede de tal organização ao invés de permanecer no escritório da reserva em conjunto com os representantes do IBAMA, utilizando-se do mesmo secretário e estando permanentemente presente no local.

Para seu segundo mandato formou nova chapa, pois parte de sua diretoria tornou-se opositora, e segundo Lobão (2006) “pela primeira vez teve disputa eleitoral para a direção da AREMAC”. Num universo de 40 eleitores venceu por cinco votos (*idem*, p. 97). Seu vice-presidente, que no meio da pesquisa de campo renunciou ao cargo, é uma das lideranças de “traineira” e irmão do primeiro presidente desta Associação. Segundo seu depoimento, juntou-se ao atual presidente com a esperança de poder vir a candidatar-se ao cargo de presidente, o que segundo ele foi combinado, mas não cumprido. Embora afirme ser “amigo” do atual presidente, considera que levou uma “pernada” dele, pois este estaria se movimentando para deixar o cargo para seu filho, que na época da pesquisa fazia parte do conselho fiscal da associação.

Segundo demais depoimentos, este representante “deu uma peixada” para ganhar a eleição mudando o estatuto em sua regra a respeito do limite de dois anos de mandato para a diretoria, com exceção do conselho fiscal que era de três anos. A mudança de tal documento foi confirmada pelo próprio presidente da associação, argumentando que assim todos ficariam “garantidos”.

O estatuto foi feito, nós mudamos o estatuto agora né. No ano retrasado. Porque o conselho fiscal ele daria direito a três anos. E o presidente ficaria dois. Só dois. Então o quê que a gente fez? Pra adequar tudo, botamos três pro presidente e três pro conselho fiscal. Todo mundo fica garantido (...).

Este representante esteve presente em várias reuniões com pescadores que ocorrem em Arraial do Cabo durante o período de realização desta pesquisa, juntamente com os demais representantes das associações, manifestando-se também com discursos de defesa dos direitos dos pescadores de Arraial do Cabo, frente a agentes externos como a Petrobras, IBAMA, SEAP e outros.

“Os fazendeiros do Mar” - Associação de Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo – ACRIMAC

Uma atividade que também sustentava e ainda sustenta uma parcela da população cabista é a extração de mariscos, no caso o mexilhão, dos costões de Arraial do Cabo, que possuíam uma grande quantidade destes recursos. Assim como na pesca, o intensivo esforço de retirada destes recursos tem ocasionado uma gradativa diminuição da quantidade existente para extração, o que tem dificultado a vida dos coletores.

Diante desta situação e com a criação da reserva, que ampliou as possibilidades dos usuários do espaço marítimo de Arraial, um grupo de coletores com o apoio do então gerente da reserva formou em 1997 a ACRIMAC com o objetivo de implementar um sistema de produção em cativeiros, transformando os coletores em “fazendeiros do mar”. O presidente da associação conta como se deu a formação da ACRIMAC:

(...) antes da maricultura aqui, o pessoal vivia da pesca e tinha uma comunidade que vivia da coleta nos costões. Na verdade a comunidade que extraía do costão foi obrigado a cultivar. Porque eles perceberam que arrancando sempre do costão um dia isso ia acabar. Nessa área aqui que não tem muitos empregos você não pode derrubar uma fonte de trabalho. Porque ai você vive de quê? A única alternativa foi essa, a cultura”(...)

O termo “cultura” empregado por tal representante diz respeito às mudanças ocorridas no tipo de prática deste grupo, que está passando da extração para o cultivo. Segundo ele esta é uma das principais razões das desistências de muitos que tentaram se inserir no trabalho da maricultura, mas o abandonaram. As “fazendas marinhas”, como um processo de cultivo, têm um período de produção mais lento – os mariscos somente ficam prontos para a venda após cerca de oito meses depois de cultivados – do que a extração. Além disto, existe a possibilidade da produção não ser bem sucedida, considerando especificidade técnicas e ambientais existentes para este tipo de produção. Esta realidade em conjunto com as baixas condições de vida de boa parte dos coletores não se sustentaria se não houvesse apoios externos tanto de financiamento quanto técnico.

Neste contexto, a Associação, que contava com cerca de 40 associados, desenvolveu um projeto de maricultura com o apoio do então chefe da reserva que buscou recursos. O Projeto foi aprovado e financiado com verbas a fundo perdido de uma ONG do Japão e do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e desenvolvido com o apoio do SEBRAE, IBAMA e demais instituições de apoio. Segundo uma técnica do SEBRAE, moradora de Arraial e esposa do coordenador da UEPA, assim como responsável pelos acompanhamentos técnicos da “fazenda”, a associação recebeu cerca de trezentos mil reais para a implementação do projeto.

Com esta verba foram comprados vários equipamentos para a implantação de uma “fazenda”; foi alugada uma sede grande que consumia uma boa parte da verba para ser mantida; foi comprado um carro, responsável por consideráveis gastos com gasolina, e as lideranças do grupo realizaram com tais recursos várias viagens a congressos de maricultura de avião, sem, segundo o relato desta técnica que acompanhou o processo, um controle administrativo sobre o recurso. Para ela deve-se considerar que nenhum daqueles coletores tinha experiência em lidar com tal montante de finanças, resultando no rápido esgotamento das mesmas.

(...) Era cerca de 40 associados e aí o quê que aconteceu com essa associação? Eh, eram pessoas muito humildes. Que, com muito pouca instrução, né, tiveram muito pouca oportunidade de formação né, e de repente eles se vêem com 300 mil reais na mão, e na minha opinião pessoal, o que aconteceu não foi roubo, não foi desvio de verba, foi simplesmente má administração, empolgação com aquele recurso. Porque eles compraram todo o material que estava no projeto. Compraram lanternas, cordas, dois barcos, um carro, alugaram uma, uma casa pra ser a sede da associação, se estruturaram (...). (representante do SEBRAE, 2005)

Além destes gastos descontrolados, da demora nos resultados da produção, geralmente cerca de oito meses, não foram aproveitados os recursos das primeiras vendas para a implantação de um fundo para se manter as estruturas, mas continuou-se com a “gastação” até que os recursos foram diminuindo e se esgotando. Os conflitos em função deste acontecimento foram enormes, provocando uma divisão entre os associados em dois grupos - ACRIMAC A e ACRIMAC B, sendo que um deles o B começou a acusar o A de ter desviado as verbas para benefício próprio. Os materiais comprados foram divididos para os dois grupos, sendo que o B saiu da ACRIMAC e juntou-se à colônia de pescadores.

Este fato repercutiu de forma extremamente impactante entre as organizações pesqueiras de Arraial do Cabo, sendo até os dias atuais revivido pelos discursos de muitos sobre a “descrença” nas associações em função de acusações de desvio de verbas. Lobão (2006) afirma ser este fator, junto com demais como conflitos entre Marinha e representantes da reserva - sobre a quem cabia as fiscalizações das embarcações no mar-, e a desestruturação da AREMAC - por conta da atuação da nova diretoria-, fundamental para o processo de deterioração das relações entre os diversos atores que atuavam para a manutenção da reserva.

Atualmente a ACRIMAC, presidida pela mesma pessoa desde sua fundação, que atualmente exerce o cargo de mediador estadual de Aqüicultura pela UEPA, possui 14 associados e basicamente funciona como um grupo de familiares, composta pelo presidente sua esposa, cunhado e sua esposa e amigos próximos que atualmente vivem deste cultivo. Em função do ocorrido com o investimento a associação passou e ainda passa por um processo de “desmoralização”, passando a ter dificuldade em conseguir apoios para o desenvolvimento de sua atividade.

Com o apoio da técnica da SEBRAE e de seu esposo, o coordenador da UEPA, ambos muito próximos do presidente, novos investimentos e apoios técnicos foram conquistados para o desenvolvimento das “fazendas marinha” de Arraial do Cabo, em especial com o apoio da empresa petrolífera Shell, cuja representante é considerada como uma “madrinha” para os membros da UEPA. Estas áreas agora estão divididas pelas associações e colônia, sendo um hectare para cada: ACRIMAC, APAC, AREMAC e Colônia, sendo que esta última é a única que ainda não possui nenhuma produção.

Porém o que as associações possuem é a área na reserva, sendo que a ocupação acaba ficando por conta daqueles interessados em investir na maricultura, sejam coletores, pescadores ou não, como no caso de um biólogo que trabalha na área da APAC. Cada maricultor de determinada associação produz individualmente, e no caso da ACRIMAC paga uma mensalidade para manter a associação.

Está em fase de implantação um programa denominado GEOR (Gestão Estratégica para Resultados) do SEBRAE, em conjunto com outras parcerias, com destaque para o apoio financeiro da Shell, conquistado através da mediação da UEPA para o desenvolvimento da maricultura na Região dos

Lagos, começando pelas “fazendas” de Arraial. Um dos principais entraves para o andamento destas atividades, foco também de atuação de tal programa, é a legalização das áreas, o que impede aos maricultores terem acesso aos créditos pelo PRONAF, e de mudarem suas carteiras de pescador para maricultor.

Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo

No período da pesquisa de campo esta Associação ainda não tinha sido regularizada; estava em processo de elaboração de ata. Seu presidente, um “mestre” de 27 anos e dono de “traineira” é filho e sobrinho das principais lideranças das “traineiras” atuantes no município e também uma das lideranças deste grupo de pescadores. Seu pai era o vice-presidente da AREMAC, o que recentemente largou o cargo por desentendimentos com o atual presidente desta associação e seu tio foi o primeiro presidente desta mesma associação.

Segundo este presidente a associação esta sendo criada para representar os pescadores de “traineira”, já que existem no município aquelas que defendem grupos de pescadores específicos, fator que fazia diferença nas reuniões para discutir assuntos de pesca, já que “cada um puxa mais para sua sardinha”. Desta forma, ele teve a idéia de criação desta associação para que nas reuniões houvesse um “maior direito de reivindicar” dos pescadores de “traineira”: (...) *então a gente precisa do nosso espaço, porque senão o pessoal vê só o lado do marisco, o lado da canoa, o lado do bote, e esquece que tem outra classe também (...).*

Outra razão para a criação desta associação tem relação com um conflito específico dos pescadores de “traineira” com a atividade petrolífera. Por Arraial do Cabo caracterizar-se como uma ponta no mar, fica mais próximo de algumas áreas de exploração de petróleo na “Bacia de Campos”, e por possuir um Porto (Porto do Forno) em área abrigada de ventos e mar “batido”, torna-se atrativo para a execução de serviços de limpeza, pintura e manutenção de plataformas. O que prejudica esta pescaria é a iluminação das plataformas no mar, clareando o fundo e prejudicando a percepção da “luminescência” provocada pelos peixes, que como dito é o que faz os pescadores localizarem os cardumes à noite. Como se trata de um conflito que ocorre somente com os pescadores de “traineira”, pois as plataformas ficam instaladas um pouco mais distantes da costa, lugar de alcance

da pescaria de “traineira”, nenhuma associação se posiciona ou reivindica alguma solução para este problema, segundo o entrevistado.

O atual representante da APATAC valoriza muito ser pescador, possuir o conhecimento de um “mestre” de pescaria. Justamente em função de exercer esta função em mais de uma embarcação não tem tempo de comparecer na grande quantidade de reuniões que ocorrem no município. Em nossa entrevista, demonstrou muita felicidade quando foi indagado sobre como chegou a esta posição:

Pesq. - *Então me fala um pouco como é que você aprendeu. Como é que você chegou a mestre...*

Ent. – *Ah, legal. Essa pergunta é legal. Eu trabalhei uns quinze anos. Na verdade, desde os dez anos eu vou ao mar com o meu pai. Eu ia pra ver quando criança, aí fui gostando, gostando, gostando. ... Aí eu pescava, estudava de manhã e pescava de tarde pra de noite. Vinha arrasado né, derrotado né. Mas pescava. Aí comecei a aprender, a aprender, aprender. Aí comecei a me interessar, curiosidade, a mexer no motor, aí eu comecei a ver como é que meu tio trabalhava com a sonda. Aí eu comecei a conhecer as marés, com 16, 17 anos, comecei a conhecer maré. Porque aqui é o seguinte: cada pontozinho que nós temos dentro d'água às vezes numa enseadinha pequena a maré faz diferente. Então você tem que ir conhecendo né, pra você não botar nem a sua vida em risco, nem da tripulação nem do material que você tem. Aí eu fui aprendendo com eles, fui vendo, fui aprendendo como é que se larga uma rede no peixe. É, e fui vendo, fui aprendendo assim, é, com humildade né, a gente foi vendo, aí quando tinha 18 anos, quando eu estava com 18 anos meu tio adoeceu um pouquinho, teve pneumonia. Alan, você se garante? Me garanto. Aí comecei, comecei.*

Pesq. – *E qual foi a sensação da primeira...*

Ent. – *Do primeiro peixe... Ah, você sente assim. Pô, legal, eu sou o cara...*

Este representante fala a respeito dos “limites” de pescaria oriundo dos acordos estabelecidos entre os pescadores de “canoa” e de “traineira”, confirmado as mesmas regras já descritas acima, sobre quando as “traineiras” podem ou não “cercar” na beira da praia. Cita exemplos de solidariedade entre os pescadores destas duas “pescarias” quando o mar “tá bom de peixe”. Ocorrem vezes dos pescadores de “canoa” convidarem os de “traineiras” para pescarem na beira, após já terem

finalizado seus “cercos”, e estes últimos como troca doam uma quantidade do peixe pescado. Porém relata também os conflitos ocasionados como o que tinha ocorrido recentemente na Prainha:

(...) Quando não se tem canoa, é quando os pescadores não estão pescando. Então é quando não se tem canoa nos pontos, é a hora que a gente roda também. O não tem canoa no mar, a gente está liberado pra rodar lá. Não tem canoa na ilha, nós estamos liberados pra rodar na ilha, não tem canoa de hipótese nenhuma na Praia Grande, não tem vigia no morro, pode-se entrar na beira da praia pra rodar. Agora, quando tem, não entra. Respeita. Igual aconteceu comigo na Prainha. Na Prainha não tinha canoa, não tinha nada. Eu ia bem pra beira da praia, aí arriei o caíco, fomos lá pegamos a quentinha, pegamos a comida do pessoal, afastei o barco da beira da praia, não tinha um pescador de canoa, ninguém. As canoas tudo em cima, como assim, eu não quero pescar hoje, e aí eu estava no mar, eu entrei e cerquei. Eles acabaram o almoço deles, estavam em casa, quando chegaram e me viram cercado vieram pra cima de mim. Gritando, xingando, eu calma aí ô, não tinha ninguém na praia, não tinha vigia no morro, não tinha uma canoa. Tem que pelo menos botar uma canoa dentro d’água. Se você botar uma canoa na água, pode ser um metro de água, todo mundo já é certo, tem canoa aí, não vamos cerca na beira da praia, mas se não tiver, ninguém vai saber, não tem como a gente saber, entendeu? Então...(...)

É interessante notar que, segundo seu relato, este tipo de conflito era muito mais intenso “antigamente”, época em que ocorriam muitas brigas, que os pescadores de “traineira” não respeitavam a pescaria de “canoa”. Afirma que hoje está bem mais “pacífico”, relatando conhecer todos os pescadores da Praia Grande, dos Anjos, e que muitas vezes reboca canoas para irem pescar nas ilhas, tentando me demonstrar uma relação de solidariedade atualmente existente entre os diferentes pescadores. Nota-se um movimento segundo este relato de “conscientização” dos pescadores de “traineira” em relação aos de “canoa”, que provavelmente teve relação com a criação da reserva e da necessidade de se estabelecerem regras para cada pescaria, agora com a intermediação do “Estado”.

Uma disputa específica dos pescadores de “traineira” de Arraial do Cabo tem relação com a época definida para o defeso da sardinha pelo IBAMA, o que para as lideranças deste grupo de pescadores estaria relacionado com um favorecimento para as indústrias de pesca, principalmente para as

localizadas no Sul, região com as maiores frotas pesqueiras industriais. A pesca de “traineira” é específica para a sardinha, inclusive a rede utilizada tem proporções próprias para esta espécie, sendo esta pesca fundamental para a renda destes pescadores. Acontece que o defeso para este peixe foi prolongado sob justificativas de proteção da espécie, de três meses (dezembro a fevereiro) para cinco meses (agosto, setembro e dezembro a fevereiro), ocasionando uma grande restrição para esta pescaria.

Além disso, nos meses permitidos para a captura os grandes barcos industriais também realizam a pescaria da sardinha e estes possuem capacidade de armazenagem de mais de 200 toneladas. Para os pescadores de Arraial não é correto determinar a mesma lei para embarcações com capacidades de armazenamento tão diferenciadas, pois na época da permissão os barcos industriais capturam a sardinha “no meio do caminho” não as deixando chegar na costa, local de pescaria das pequenas “traineiras”. Para eles a proibição nos demais meses serviria para que os grandes industriais pudessem, com o peixe estocado, vende-lo nestas épocas de proibição.

(...) se você tem um barco que seria da mesma categoria né, só que em pescas diferentes, a pesca artesanal e a pesca industrial. Um barco de 220 toneladas na pesca industrial e um barco de cinco toneladas na pesca artesanal. Como você pode fazer uma lei pros dois barcos? E a lei igual? Não existe. Então o quê que acontece? O pessoal do Sul do país, a pesca deles é sempre à frente. São os grandes empresários. São os grandes empresários. São os grandes empresários do país, que manda, que eles mandam dentro de Brasília. Então, o quê que acontece? Quando eles têm um estoque de sardinha, eles inventam o defeso. O defeso era dezembro, janeiro e fevereiro. Aí eles inventaram novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, agora eles inventaram agosto e setembro. A sardinha não está ovada. Simplesmente é pra queimar o estoque. Entendeu? Simplesmente pra queimar o estoque. (liderança das “traineiras” e ex-presidente da AREMAC, 2005).

As lideranças das “traineiras” estão reivindicando ao IBAMA que se estabeleça uma quota mínima para que os pescadores “artesanais” de Arraial possam pescar na reserva na época do defeso. Segundo seus relatos, principalmente para os donos e mestres de embarcações não compensa o recebimento do seguro-defeso, considerando que os resultados da pescaria são bem melhores em relação ao valor do mesmo.

A situação dos pescadores de “traineiras” pode ser considerada menos crítica do que a dos pescadores de “canoas” em relação aos resultados das pescarias. Isto porque este tipo de pesca se caracteriza por ir atrás do cardume e não esperá-lo, como no caso do “arrasto de praia” feito pelas canoas, o que amplia as possibilidades de captura: “você não fica parado esperando o peixe vir. Você vai lá, você vem cá, então dá para a pessoa se manter”. (pescador de “traineira” e atual representante da APATAC – 2005)⁶.

5.2 – Análise de alguns projetos, eventos e disputas em evidência no momento do trabalho de campo

a) Pescadores de “Canoas” x Pescadores de “Traineiras” - A colocação dos Recifes Artificiais na Praia Grande pela SEAP

Existe um Programa Nacional de Recifes Artificiais Marinhos⁷, da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), cujo objetivo segundo a instituição é o “lançamento de 2.600 de unidades de recifes artificiais ao longo da costa brasileira entre 2005 e 2006”⁸.

Para o Estado do Rio de Janeiro foi feita uma emenda pelo Deputado Luiz Sérgio do Partido dos Trabalhadores no valor de R\$ 1 milhão, para a implantação dos recifes nos municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Arraial do Cabo e Armação de Búzios. Segundo o então ministro da SEAP houve no Rio de Janeiro uma rápida viabilização do Projeto, graças ao movimento organizado de parlamentares e de grupos de pescadores do Estado favoráveis ao programa. E a escolha de tais municípios deveu-se às solicitações mais freqüentes dos representantes das

⁶ Inclusive esta diferenciação de “esperar” e “procurar e ir atrás” serve como diferenciação para a classificação de quem é o pescador de verdade, que tem relação com os tipos de conhecimentos das “artes” de pesca e da “natureza”, aqui traduzida pelo comportamento dos peixes e das marés.

⁷ São estruturas instaladas no fundo do mar para aumentar a produtividade pesqueira, pois com o tempo vão se formando ao redor destas estruturas um ambiente propício para a permanência dos peixes. Podem ser pneus, colunas e fundações de plataforma de petróleo, cascos de navios, estruturas de concreto ou rocha natural e outros. Muitos grupos de pescadores solicitam a instalação de tais recifes tanto para o “repovoamento” das espécies quanto para prejudicar a pesca de arrasto de fundo considerada “predatória”, pois as estruturas no fundo servem como “pegadores” das redes, danificando-as.

⁸ www.seap.gov.br

organizações pesqueiras dos mesmos, assim como pelo fato de tais localidades caracterizarem-se como áreas de importância para a pesca “artesanal”, cuja presença de embarcações de “fora” tornam-se ameaças.

Foram realizados encontros nos municípios supracitados com as organizações pesqueiras para a apresentação do Projeto e seus objetivos e definição junto com os pescadores dos locais mais adequados para instalação dos recifes artificiais. Em Arraial foram feitas reuniões com a presença das lideranças das organizações pesqueiras e definiu-se que os recifes seriam lançados na Praia Grande e Prainha, para impedir a entrada das embarcações de “fora”.

Porém, o pedido para a colocação das estruturas na Prainha foi indeferido pela marinha com justificativa de que o local escolhido é área utilizada para exercícios militares, sendo aceito somente a solicitação feita para a Praia Grande. Os representantes da SEAP promoveram uma reunião, que estive presente, para passar esta informação para os pescadores e reconheceu a dificuldade de negociação com a Marinha para reverter tal quadro.

Na reunião que foi realizada na sede da APAC que é a mesma da AREMAC localizada na Praia Grande, estavam presentes as lideranças da APAC, AREMAC e APATAC e um grupo de cerca de 20 pescadores. O presidente da colônia não estava presente, confirmado o que as demais lideranças afirmam quanto a sua recusa em participar de reuniões com as associações ou dentro da sede de uma destas. Também estavam presentes representantes da SEAP e da empresa ECOPLAN, responsável pelo projeto e colocação dos recifes, da Prefeitura⁹ e o coordenador da UEPA que mora no município.

O representante da SEAP começa a reunião explicando o problema com a Marinha e sugerindo que sejam utilizadas todas estruturas que iriam para a Prainha - que no caso são de concreto e quadriláteras com um furo no meio denominadas “poitas”¹⁰, específicas também para servir como “pegador” de redes de “arrasto”-, junto com aquelas destinadas para a Praia Grande, para que não se perdesse o material reservado para Arraial.

⁹ Quem esteve presente foi o secretário de educação representando o de meio ambiente que não pôde comparecer. Quando se manifestou na reunião foi muito questionado pelos pescadores de forma veemente pela total falta de compromisso e ações da Prefeitura para as questões da pesca no município.

¹⁰ As “poitas” também servem como âncoras na beira da Praia dos Anjos para as embarcações que não podem ancorar na marina dos pescadores, como veremos numa ilustração abaixo.

O coordenado de pesca da UEPA, que parecia ser bem conhecido do representante da SEAP por tê-lo como referência constantemente na reunião, aproveitou a oportunidade para elogiar a iniciativa da instituição e falar da importância da “união” da categoria dos pescadores como único meio de “avançar com o poder público” e de como a presença de um representante do governo federal na “comunidade” pesqueira era nova e um sinal positivo.

(...) Então, eu vou chamar atenção pra vocês o seguinte: tem que se unir. A única forma de a gente avançar com o poder público é a gente se organizando. É estando em conjunto pra que a gente lá na frente venha a fazer de fato aquilo que realmente a gente precisa. Porque o que vem se fazendo são coisas emergenciais que não resolvem, mas há abertura do caminho pra gente chegar lá na frente e conseguir de fato a coisa. Porque eu, de dez anos que eu estou aqui, eu nunca vi, né, pro exemplo, o governo federal estar vendo aqui com a comunidade, aquilo que solicitou, está respondendo, está vindo agora. É demorado? É. Mas a questão é o seguinte: a porta está se abrindo. (coordenador da UEPA, 2005)

Em seu discurso demonstrava que a colocação daquelas estruturas era positivo, mas não resolia o problema por ser “uma gota no oceano” e que o ideal como solicitado pelos pescadores para a “inibição” dos barcos de “fora” era por estruturas bem maiores, como por exemplo a estrutura de navios que poderiam ser afundados. Além disso, deu início a uma das polêmicas que se manteriam na reunião até seu fim. Lembrou que se havia combinado nas reuniões realizadas e registrado em ata, que as “poitas” seriam amarradas uma na outra, por pesarem uma tonelada cada, pois com a forte correnteza existente na Praia Grande poderiam ser arrastadas para a beira da praia. O ideal então seria amarrar pelo menos cinco “poitas” umas nas outras para totalizar cinco toneladas, que para os pescadores locais seria o peso adequado para mantê-las no local.

Esta questão foi reconhecida como problemática pelo representante da SEAP, porém como o projeto não previa esta amarração explicou que não haveria verba para tal, mas que a instituição se comprometeria a através de um monitoramento ficar atenta a possíveis locomoções das estruturas. Acontece que nada garante, segundo seu próprio discurso, que a instituição poderá implementar alguma medida se houver problema, pois não há previsão de verbas para isso. É interessante notar que tal representante prefere assumir o risco a cancelar o evento da colocação dos recifes que já

estava agendado, programado e aconteceria dali a dois dias com a presença do Ministro e parlamentares. Justificou que poderia tentar estabelecer parcerias para a resolução do problema como com a Petrobras através do Projeto Mosaico citado anteriormente que está sendo desenvolvido no município e que a amarração após as estruturas estarem no fundo não seria problema.

Uma das lideranças das “traineiras”, que era o vice-presidente da AREMAC, levantou a questão sobre o local definido para a colocação dos recifes, que segundo ele estaria previsto para uma área com profundidade que não afetaria a pesca de “fora” e sim a de “dentro”, a de “traineira” realizada pelos pescadores da reserva. Segundo ele, esta decisão ocorreu numa reunião da qual não pôde estar presente por doença na família e que pelo visto não tinha nenhuma das lideranças das “traineiras” para questionar o local previsto e defender sua “classe”, fator este que pode ter aberto as possibilidades para a atuação dos pescadores de “canoas” que aproveitaram a oportunidade¹¹. Seu filho, presidente da APATAC, também se manifestou e obteve como resposta do representante da SEAP que tal questão sobre a profundidade para a colocação dos recifes não estava mais em discussão, que aquela reunião era para informe do indeferimento da marinha. O presidente da associação avisou então que se fosse posto no local previsto se iniciaria uma “guerra” entre os pescadores de “traineiras” e de “canoas”.

(...) Se for a quatorze metros, quinze metros, vai ter uma questão muito grande porque se botar em quatorze, quinze metros, as traineiras de Cabo Frio que estão oficiadas pra trabalhar aqui e nós, pescadores de Arraial do Cabo, já não vamos passar mais a respeitar as canoas. Então é melhor que se veja uma metragem que não atrapalhe a canoa, a traineira, e que se ajude o pessoal de linha, do que se criar uma guerra depois. (presidente da APATAC, 2005)

Vários conflitos começaram a surgir na reunião, dos pescadores com a Prefeitura; do representante da AREMAC com relação a atual chefia da reserva-, que se a fiscalização dentro da reserva funcionasse não seriam necessários os recifes-; sobre a “omissão” da colônia com a questão da Marina que somente agora estaria se resolvendo; sobre os conflitos com a Marinha e sua “falta de

¹¹ De fato a liderança com maior expectativa quanto a colocação dos recifes era o presidente da APAC, “vigia” de pesca na Praia Grande. Para ele era um “sonho que estava se realizando”, pois as “traineiras” há muito tempo não vinham respeitando o “acordo” da pescarias, invadindo o espaço das “canoas”. Não deixava de ser uma vitória de uma “batalha” da guerra com as “traineiras” viabilizada com a ajuda do Estado.

respeito” com a reserva e os pescadores; sobre a questão da amarração das “poitas” e a localização prejudicial para as “traineiras”.

O representante da SEAP percebendo os confrontos foi finalizando a reunião fechando as principais questões referentes aos recifes. Na questão da Marinha ficou de entrar em contato com os responsáveis pelo assunto para verificar a possibilidade de se definir algum ponto possível para a colocação dos recifes na Praia da Prainha e quanto à amarração da “poitas” de tentar estabelecer parceria com a Petrobras, com mediação da prefeitura, já que era um dos participantes do Projeto Mosaico. E lembrou a todos do evento de lançamento que ocorreria no sábado dia 21 de agosto com a presença do Ministro, valorizando muito esta questão. E parece que esperava muito o apoio do coordenador da UEPA para garantir o evento, pois falava ao final como para firmar compromisso: *“Sábado, previsão, Chico! Hein Chico! Sábado? Ele (o ministro) vai estar presente aí no lançamento de vocês, nós vamos sair, a previsão, se o tempo estiver calmo aí, às dez horas”*.

Ao final também ficou registrado em ata que o mapa com a área onde seriam postos os recifes artificiais foi mostrado para as lideranças de “traineiras” que haviam levantado a questão de que na região prevista poderia atrapalhar a pesca deles. Segundo o representante da SEAP ficou estabelecido um acordo com os dois representantes para “priorizar uma área de lançamento que não atrapalha a pesca ali, dentro dessa área que estava acordada”. Mas, como se vê, ele não falou de alteração da área delimitada, mas de priorizar algum local dentro desta, o que no momento pareceu ter sido aceito. Para os pescadores de “traineira” as estruturas não poderiam ser postas a menos de 20 metros de profundidade, pois estas eram suas áreas de pesca, e para eles foi isto que ficou acordado.

Chegado o dia do evento, consegui entrar na embarcação para acompanhar o lançamento dos recifes que levava o Ministro José Fristch e seus assessores, parlamentares, inclusive o Deputado Luiz Sergio, representantes da Prefeitura de Arraial e de Cabo Frio, um representante da Capitania dos Portos e o coordenador da UEPA. Já na área de destino, pouco antes de se iniciar a colocação das estruturas no fundo, surge uma “traineira” com vários pescadores a bordo.

O principal líder das “traineiras”, que foi o primeiro presidente da AREMAC, estava posicionado na proa da embarcação, lugar do mestre das pescarias, em conjunto com um grupo de outros

pescadores, todos bem fortes e grandes. A embarcação aproximava-se da nossa, e quando chegavam tal líder e os demais exclamavam suas indignações, afirmando que aqueles recifes estavam sendo postos em lugares errados (em local com profundidade inferior a 20 metros). Estavam sendo postos em lugares de pesca da “traineira” e que iriam prejudicar esta atividade: “*São 140 famílias que dependem desta pescaria!*”.

Como eu já havia entrevistado tal liderança ele me achou no barco - mais uma vez minha posição de pesquisadora ficou em evidência - e me exigiu uma tomada de posição naquela situação social, pois quando me olhou disse bem alto na frente de todos: “Você que está fazendo a tese devia estar com a gente aqui”. Reagi como uma “pesquisadora”, não falei nada e depois voltei-me para o caderno de campo anotando o acontecido e esta frase para escrevê-la aqui como dado empírico, o que também me ajudou, considerando minha timidez, a disfarçar minha imensa vontade de sumir naquele momento. E para o coordenador da UEPA presente no barco gritou: “Chico, cuidado para não se arrepender”.

O conflito foi intermediado pelo representante da Capitania dos Portos que conseguiu garantir que as estruturas fossem lançadas no local previsto, que estava a uma profundidade inferior aos 20 metros solicitados pelo grupo das “traineiras” e impedir que estes pescadores falassem diretamente com o ministro ou alguns de seus representantes que não se pronunciaram quanto à questão. O grupo das “traineiras” viu as estruturas serem lançadas no local e se retirou com muita revolta. A partir deste acontecimento os conflitos entre pescadores de “traineira” e “canoas” se intensificaram, fato evidenciado com a intensificação da entrada das “traineiras” na beira da praia.

Após o evento do lançamento houve um almoço na casa do coordenador da UEPA, que como já dito é uma bela pousada localizada no Pontal do Atalaia, local de vista privilegiada, onde estavam todas as autoridades presentes e representantes das associações, agora com exceção do pessoal das “traineiras”. Dentro das formalidades dos discursos para finalizar o evento, o representante da APAC, das “canoas”, foi a única liderança convidada a falar pelo coordenador da UEPA e disse ser um “sonho realizado”, confirmando que realmente aqueles recifes eram o resultado de uma “luta” entre os pescadores de “traineiras” e “canoas”, pois foi dada a palavra ao representante destes últimos em tom de vitória.

Assim que pude falar com o Ministro da Pesca sobre o ocorrido, o que não foi fácil e durou pouco, este atribuiu à manifestação dos pescadores de “traineiras” a um preconceito destes contra os recifes artificiais, visto que já havia identificado o mesmo problema em outras localidades, como se este grupo estivesse reativo às mudanças e inovações “técnicas”. Mostrou total desconhecimento a respeito dos conflitos internos resultantes dos rompimentos de “acordos comunitários” de pescaria, responsáveis pela definição do local do recife por parte dos pescadores de “canoas” e na manifestação dos de “traineiras”.

Quando estava no escritório do IBAMA entrevistando o novo chefe da reserva, o grupo das “traineiras” entrou na sala narrando o que tinha ocorrido há dois dias, num sábado. Para a surpresa desta pesquisadora e dos pescadores o chefe da reserva desconhecia o lançamento dos recifes na profundidade de quinze metros, bem como não teve acesso à licença liberada pelo próprio IBAMA para esta ação dentro da reserva. Os recifes foram licenciados por este órgão, mas sem acompanhamento dos representantes da reserva, também desta instituição o que demonstra uma grave desarticulação desta instituição. Nenhum membro do IBAMA/RESEX esteve presente no evento e nem foi solicitado esta presença ou mesmo reparada tal ausência pelos representantes da SEAP. Segundo a nova chefia da reserva o lançamento dos recifes ocorreu em um dia que todos os representantes da reserva estavam viajando.

Os pescadores de “traineiras” começaram a narrar os novos comentários que circulavam no município a respeito da “vitória” dos pescadores de “canoas”, e de boatos que novos recifes seriam postos em áreas de pesca das “traineiras”. Também criticou a ausência de cabista na embarcação de acompanhamento dos recifes, ressaltando que somente estava presente o coordenador da UEPA que nem “cabista é”. Em seu discurso, relembrou sua gestão, cujas definições de ações eram, segundo ele, resolvidas com a presença de todos os representantes das diferentes pescarias, referindo-se aos pescadores de “canoas” como “traíras”. Cobrou claramente uma postura da atual chefia, que se prontificou em buscar a licença para verificar a autorização quanto à profundidade e medir o atual local dos recifes para então poder estabelecer alguma medida.

E por fim o grupo de “traineiras” afirmou que passaria a “invadir” o espaço das “canoas” se nenhuma medida fosse tomada, assim como entraria com uma ação de “perdas e danos” contra eles. Além disso, o poder dos pescadores das “canoas”, possibilitado pelo apoio da SEAP sem

intermediação do representante da reserva, sobre os de “traineiras”, acabara de abrir um precedente para o desrespeito generalizado às regras da reserva.

(...) e vou mandar, e vou falar com todo mundo, ó, mata a sardinha mesmo, encosta no cais e descarrega escondido, e vamos pegar pegador e vamos jogar em cima da praia. Porque é o seguinte: eu acho isso aí uma falta de respeito. Aqui é todo mundo cidadão. O que eles fizeram é falta de respeito. Eles foram traía, eles foram traíra (...) (liderança das “traineiras”, 2005).

Acontece que a própria colocação dos recifes em área de pesca das “traineiras” também tem relação com a ausência de “respeito” destes grupos de pescadores com os de “canoas”, já que muitos ultrapassavam os limites estabelecidos para não atrapalhar a pesca do “cerco de praia”, e que por sua vez, também têm relação com uma ausência de fiscalização do IBAMA/RESEX. Como os pescadores de “canoas” não possuem condições de “invadir” uma área de pesca das “traineiras”, visto realizarem suas pescarias somente nas beiras de praia, aproveitaram as possibilidades que se abriram com o Projeto dos Recifes.

b) Projeto Mosaico da Petrobras – a colônia de pescadores ganhando maior legitimidade

Diante do contexto de monopólio da Petrobrás na exploração de petróleo na “Bacia de Campos”, como já vimos nesta dissertação, formou-se um histórico conflituoso entre as entidades de pesca e a empresa. Recentemente, diante do aumento do movimento social dos pescadores, da participação destes nas audiências públicas com inúmeras manifestações sobre a falta de apoio ao pescador, estão sendo desenvolvidos projetos voltados para o setor pesqueiro. Dentre estes se destaca o desenvolvimento do Projeto denominado Mosaico, que têm gerado bastante expectativa e frustração nas lideranças.

Este projeto, segundo seus idealizadores, visa contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico de “comunidades pesqueiras” atuando em diversas frentes como investimentos em infra-estrutura, educação e qualificação dos pescadores, projetos de geração e renda, medidas de conscientização ambiental e outros, característica que justifica sua denominação de mosaico. A chegada do Projeto na região pesquisada, especificamente nos municípios de Arraial do Cabo, Macaé e São Francisco

de Itabapoana, municípios considerados pilotos, teve uma boa receptividade, considerando a grande proposta de desenvolvimento de várias atividades para os pescadores. Porém, passado algum tempo, algumas lideranças passaram a questionar a eficácia do projeto e se mostram descrentes em virtude da demora em se perceber seus “resultados”. No caso de Arraial do Cabo questiona-se também a forma como foi feita a condução do processo entre os pescadores, por ter se privilegiado a mediação da colônia para o desenvolvimento das ações.

No início do Projeto foram feitas reuniões com as lideranças dos municípios pilotos para a apresentação das propostas. Nestas estiveram presentes as principais lideranças de Arraial do Cabo: das “traineiras”, da APAC, da AREMAC, da colônia e da ACRIMAC. Segundo o relato das mesmas os conflitos internos entre as organizações, em especial da colônia com as associações, não possibilitou que eles se juntassem enquanto um só grupo que representasse o município, isto principalmente em função das diferentes demandas das diferentes “pescarias”.

(...) Fui eu (liderança das “traineiras”), foi o Quinzinho (presidente da APAC), foi o seu Manoel (presidente da AREMAC), o Fernando (presidente da ACRIMAC), o seu Mane (presidente da colônia) aqui foi, foi uns rapazes que estava lá na colônia, e o Adeir, tudo pescador, só que lá o pessoal de Arraial do Cabo não se ajuntou, esse negócio de várias associações, e não se ajuntam as associações. A colônia não se ajuntou com a gente. Entendeu? Então você não pode fazer um trabalho, há necessidade de todo mundo, o seu Manoel sabe um pouco da colônia, o outro sabe da reserva, o outro sabe um pouco da maricultura, o outro sabe um pouco das canoas, então, essa repartição aí reparti o grupo, mas nós colocamos o que precisava pra Arraial do Cabo (...) (liderança das “traineiras” e na época vice-presidente da AREMAC, 2005)

Em Arraial do Cabo foram feitas reuniões com as lideranças e pescadores e desses encontros foram eleitos 12 pescadores para representar “suas classes”, como afirmou um dos escolhidos, e formar um grupo de planejamento para o desenvolvimento das ações. Segundo a representante da empresa, responsável pela condução do Projeto no município, sua metodologia visava a escolha de lideranças que não estivessem “viciadas”, criticando a existência dos conflitos existentes entre as organizações, em especial aqueles relacionados as associações e colônia de pescadores.

Para esta técnica as lideranças das associações que tanto falam negativamente da colônia deveriam se juntar e formar uma chapa para concorrer nas eleições¹². Entre os 12 eleitos não constavam as principais lideranças das “traineiras”, “canoas” e maricultores. Tinham quatro membros moradores das praias mais afastadas do centro, logo, mais distantes do núcleo de maior prestígio, entre os pescadores como Praia Grande e Praia dos Anjos, dois maricultores da ACRIMAC, um membro da APAC, um da APPMAC dos mergulhadores, um da associação dos barqueiros “tradicionais” e dois representantes da colônia, sendo que um deles era o próprio presidente.

Durante minhas observações em campo e, de acordo com os relatos dos pescadores e lideranças, o grupo de planejamento dos doze pescadores não tem funcionado, bem como todo o processo tem sido encaminhado via presidente da colônia. Parece que o não funcionamento do grupo tem relação com a constante ausência da maior parte dos eleitos aos fóruns de discussão. Podemos pensar que tal fato tem relação com a questão trabalhada por Weber (2004) dos “empreendedores” da política¹³, já que tais membros do grupo não possuíam a práxis nem a disposição das lideranças vistas pela técnica como “viciadas”. O único “empreendedor” presente neste grupo era o presidente da colônia que acabou apropriando-se do espaço aberto, o que também foi facilitado pelo entendimento da técnica de que a colônia deveria ser o espaço de aglutinação preferencial dos pescadores.

O que pôde ser observado em campo é um processo de maior legitimação da liderança da colônia de pescadores, que em parte tem relação com a recente conquista de direitos de administração dos usos da Marina dos Pescadores, que ocorreu por intermédio dos representantes da Petrobrás.

A Colônia de Pescadores em 1992 entrou na justiça contra a Prefeitura para garantir o direito dos pescadores de administrar a Marina dos Pescadores, isto em função de um acordo que tinha sido

¹² Não pude acompanhar este processo de escolha, bem como perdi minha entrevista realizada com tal representante para melhor entender este processo. De acordo com o depoimento das lideranças, o que ocorreu durante o andamento das ações foi uma maior articulação da representante do Projeto com a colônia, o que geou o afastamento das demais lideranças.

¹³ Especialistas que ocupam cargos específicos de comando da vida política, líderes de grupos e outros componentes que se disponibilizam a organizar e trabalhar em prol da manutenção destes, assumindo tarefas diárias administrativas. Para Weber a “existência” de uma associação depende por completo da ‘presença’ de um dirigente e, eventualmente, de um quadro administrativo, isto é, em termos mais precisos, da existência da probabilidade de haver uma ação de pessoas indicáveis, cujo sentido consiste em pôr em prática a ordem da associação: da existência, portanto, de pessoas ‘dispostas’ a agir nesse sentido, em dado caso”. (2004, Vol. 1 - p. 30).

feito entre as mesmas, onde a Prefeitura poderia gerir a Marina em troca de uma compensação para a colônia, o que nunca ocorreu, segundo seu presidente. Somente no ano de 2005 com a intermediação da Petrobrás foi feito um acordo para gerir de forma compartilhada este espaço. O acordo foi feito em reunião que ocorreu no mês de abril que contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Meio-ambiente, o IBAMA, a Federação de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República e a PETROBRAS.

O projeto Mosaico já teve algum resultado pra nós, pelo menos, ela fez a prefeitura e a colônia ceder, fazer uma parceria entre colônia e prefeitura. Foi o projeto mosaico que entrou no circuito: queriam saber de quem era a Marina; quem estava administrando a área era prefeitura, mas quem tinha a documentação legal da Marina era a colônia, a prefeitura apresentou apenas o projeto. Na hora fizeram a proposta de meio a meio. Nós aceitamos a parceria, foi bom. O projeto Mosaico já deu esse passo (...). (presidente da colônia, 2005).

Segundo um dos representante das “traineiras”, nada poderia ser realizado na Marina dos Pescadores, como construção de centros de beneficiamento, infra-estrutura para desembarque do pescado e demais construções sem a solução deste conflito que existia entre Prefeitura e Colônia, o que justificou a intermediação da Petrobrás nas negociações. O que ocorre, no entanto, é que para as lideranças, inclusive para o representante da colônia a Marina deveria ser gerida somente pelos pescadores, mas como era um momento de negociação a oportunidade tinha que ser aproveitada.

(...) e o projeto MOSAICO só ajudaria se não tivesse nada em ação, nada em ação judicial, então se nós não fizéssemos, se não aceitássemos o cinqüenta por cento, o que aconteceria? Eles iam brigar na justiça, então o projeto MOSAICO não entrava, não entraria, não ajudaria o pescador e a prefeitura ia pegar isso de volta, entendeu? (liderança das “traineiras”, 2005).

Como uma das propostas do Projeto Mosaico é reordenar o espaço da Marina dos Pescadores para as construções de infra-estruturas para a atividade pesqueiras, teve-se então que discutir a atual configuração deste espaço, pois como vimos existe um grande conflito entre os usos para os pescadores e para os empresários e trabalhadores do turismo. Desta forma, ocorreu no período do

campo desta pesquisa uma reunião, que estive presente, convocada pela colônia de pescadores para a apresentação de um projeto elaborado para o ordenamento do espaço da Marina dos Pescadores.

A Reunião – “A Marina é do Pescador”

No burburinho da arrumação da sala, da chegada e acomodação dos pescadores, um deles “meio alto” de bebida, aproximou-se de mim perguntando a razão de minha presença na reunião e, após uma breve explicação, vendo o presidente da colônia e um outro dirigente desta organização interrompeu este assunto e começou a criticá-los com adjetivos pouco sutis, principalmente o outro dirigente, afirmando que ninguém o tinha elegido assim como nunca o vira pescar. Esta revolta tinha relação com um fato ocorrido relativo a sua tentativa frustrada de conseguir o seguro defeso pela colônia, impossibilidade por ele não estar em dia com a organização. Afirma ter conseguido o seguro pela primeira vez através da APAC. Ainda antes da reunião pude conversar com demais pescadores e ficou evidente que o interesse deles era falar dos conflitos com o turismo, principalmente com os grandes barcos de passeio e os mergulhadores. O clima já estava se formando.

A reunião estava marcada para as 9:00 h, porém como não tinha quorum suficiente (cerca de 15 pescadores presentes), o presidente da colônia adiou o seu começo por uma hora, conforme previsto pelo estatuto. Passado este tempo e mesmo ainda sem um número de participantes suficientes poderia, como previsto pelo estatuto, dar-se início a reunião. Na mesa estava o presidente da colônia e mais um representante desta instituição e a consultora da Petrobrás responsável pela implantação do Projeto Mosaico.

Não estavam presentes os presidentes da APAC, AREMAC, APATAC, ACRIMAC e da APPMAC, o que demonstrou que de fato as decisões do Projeto estavam ocorrendo paralelamente a participação das demais organizações, pois ocorria no espaço da colônia. As únicas lideranças presentes além do presidente da colônia, eram uma da ABTBPA dos barqueiros “tradicionais”, que trabalham com turismo e pesca, realizando passeios turísticos na alta temporada e complementando renda com a pesca, e a principal liderança das “traineiras”, aquele que foi o primeiro presidente da AREMAC.

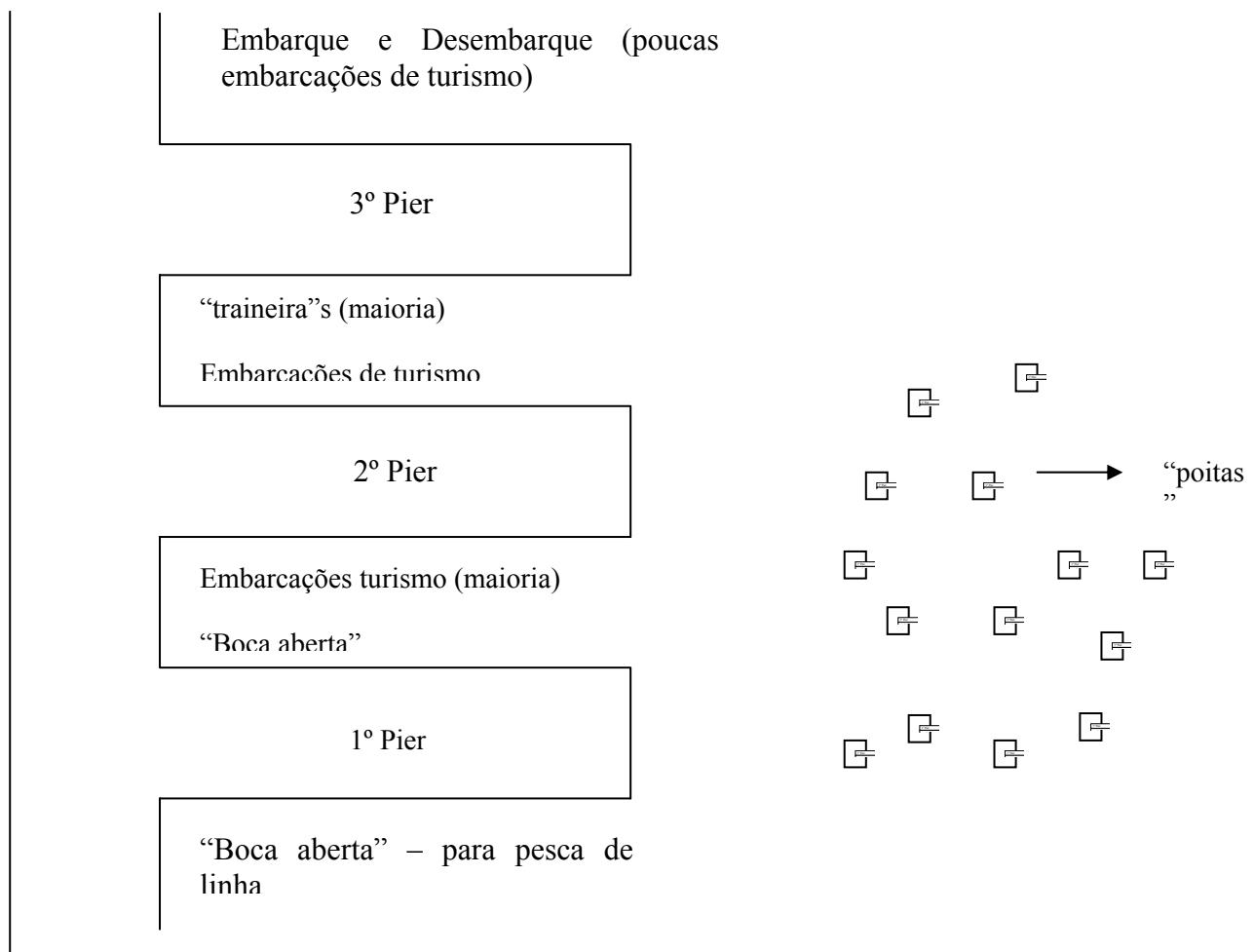
Porém, o interessante é que a presença desta última liderança das “traineiras” estava diretamente relacionada ao conflito dos Recifes Artificiais e não ao Projeto Mosaico. Antes do começo da reunião tive oportunidade de conversar com a mesma e averiguar que sua ida para este encontro foi motivada por crer que nela encontraria o representante da Marinha, que negociou o conflito da colocação dos recifes, pois estava ansioso por um espaço para discutir a questão com tal representante e me afirmou desconhecer a motivação da reunião ter sido o Projeto Mosaico. O mais interessante é que esta liderança, com seu forte capital político e poder de discurso, dominou toda o andamento da reunião. Além disso, compareceu com um grupo de pescadores de “traineiras” o que também iria fortalecer suas posições na reunião, com pressão verbal e de número de votos.

O presidente da colônia iniciou a reunião seguido pela representante da Petrobrás que apresentou o Projeto elaborado para a Marina dos Pescadores. Esta reforçou, conchedora das demandas dos pescadores e das exigências da SEAP quanto ao desenvolvimento de um entreposto, a necessidade de diferenciação dos espaços para turismo e pesca, ressaltando a necessidade da garantia de higiene, segurança e condições de trabalho para se conquistar legalmente um selo de qualidade do pescado.

Atualmente a Marina é dividida por três *piers*, onde a cada lado de um deles ficam ancoradas as embarcações de turismo e pesqueiras. No sentido da beira da praia para o mar, o primeiro é mais utilizado em sua parte inferior e superior pelos barcos denominados “boca aberta”, sem casarios, que são utilizados para a pesca de linha e para passeios turísticos feitos pelos “barqueiros tradicionais” e na inferior do segundo píer encontram-se, em sua maioria, os grandes barcos de turismo.

Na parte superior do segundo e inferior do terceiro píer é o local de maior conflito de uso, sendo dividido pelas “traineiras” e pelas grandes embarcações de turismo. É no terceiro píer que ficam estendidas redes de pesca, muitas vezes “atropeladas” pelos “carrinhos” com equipamentos de mergulhos que são levados para as embarcações de passeio, o que em alguns casos já danificaram estes instrumentos de pesca. Na parte superior do último píer são feitos os desembarques de pescado. No mar, próximo a beira da praia, existem “poitas” que servem como âncoras para demais embarcações de turismo, como também de “boca-aberta” (estas utilizadas tanto para a pesca quanto para passeios com turistas) que não possuem “vaga” na marina.

ATUAL DIVISÃO DA MARINA DOS PESCADORES



Fonte: campo 2005

A representante do Projeto Mosaico apresentou duas idéias, ambas no intuito de manter pelo menos um dos *piers*, o primeiro ou o segundo para as embarcações de turismo e o restante ficando para a atividade da pesca. No caso da escolha do primeiro teriam que ser estipuladas para as embarcações de turismo de maior calado embarcarem e desembarcarem turistas no segundo píer, que precisaria ser estendido com um formato no final e T ou L e depois ficarem ancoradas nas “poitas”. O representante das “traineiras” interviu, perguntando se eles não poderiam sugerir novas idéias.

Quando questionado se teria alguma idéia, respondeu que não se tratava de idéia, mas de opinião já formada entre os pescadores, de que para a Marina o importante é discutir benefícios para os pescadores e não pensar no turismo. E relembrou que em reuniões anteriores ao Projeto Mosaico, já se havia discutido a utilização do primeiro pelo turismo e mais nada. A consultora lembrou daqueles pescadores que em épocas de pouca pesca, trabalham com o turismo como uma fonte alternativa de renda, tentando justificar sua preocupação, bem como recuperou o problema já discutido anteriormente sobre a ausência de cobrança de taxa para as grandes embarcações e turistas, como questões a se considerar. Porém a liderança de “traineira” insiste que a preocupação é com a pesca, e que o problema são os grandes barcos, que desrespeitam os pescadores defendendo ainda que somente o primeiro *pier* poderia ser utilizado pelos empresários e turistas.

Há sete ou oito anos atrás já foi discutido isso com relação à criação da reserva extrativista. Que o turista pra embarcar ele tem que pagar uma taxa, de três reais e ser distribuído entre as entidades. Isso até foi discutido, e foi discutido profundamente com o IBAMA, com a comunidade, que o primeiro pier ficava liberado pra eles, e já pela situação que a senhora está colocando. Por quê? Como fica? Se você está usando uma marina junto com o turismo, quem é esculachado é o pescador, porque o pescador é porco, porque a rede do pescador atrapalha, entendeu? O cara, ontem mesmo você lá tinha cinco vans em cima de uma rede de pescador, entendeu? Então, é o seguinte: a gente não tem que se preocupar com o turismo, o turismo ele já vai ter um lugar pra ele, ele vai ter, agora, eu não estou falando de dentro da comunidade aquele que usa o turismo pra sobrevivência, eu estou falando dos grandes barcos, os grandes barcos eles têm que se adequar do jeito deles (...). (fala da liderança das “traineiras”, 2005)

O presidente da colônia tenta intervir para justificar que a pauta daquela reunião era aprovar o que anteriormente já tinha se acertado - as duas primeiras propostas apresentadas pela consultora da Petrobrás - e, que isso não poderia ser alterado, o que foi rapidamente rebatido pelo representante da “traineira”. Chamou a atenção do presidente para o fato de que eles perderiam os dois *piers*, já que o histórico de desrespeito dos operadores de turismo era comprovado.

Como o presidente da colônia não consegue dominar a platéia (enquanto fala ocorrem muitas conversas paralelas), ao contrário da liderança da “traineira” que quando falava provocava silêncio

absoluto e manifestações de apoio e entusiasmo, sua proposta não teve êxito. Percebendo o movimento a seu favor, o representante da “traineira” colocou em votação a sua proposta, falando alto: “alguém apóia o que eu propus” o que foi amplamente aprovado.

Um representante dos “barqueiros tradicionais” quando percebeu que a proposta do primeiro *píer* sairia, sem a ampliação do segundo para o embarque e desembarque das grandes embarcações de turismo - o que o iria prejudicar, pois atualmente seu grupo é o que utiliza este espaço, os de “boca-aberta”-, começou a questionar a legitimidade da condução da reunião, uma vez que em encontros anteriores já se havia decidido que o segundo píer é que ficaria para o turismo. Além disso, falou também em nome dos pescadores de “canoa” da Praia dos Anjos, pois a diminuição do espaço para o turismo e a falta de local para as embarcações atracarem iria aumentar a ocupação das “poitas” na praia, o que por sua vez atrapalharia a pesca de “arrasto de praia”, o que também foi apoiado pela platéia.

Neste momento de oposição começaram a ser acionados os conceitos de “pescador” e “artesanal”, para justificar o direito de voz e voto. Rapidamente o representante das “traineiras” lembrou que a pessoa que acabara de falar trabalhava com turismo e não com pesca e que por isso não era pescador, o que foi negado.

Liderança - “traineira” – “*Você não é pescador, você trabalha com turismo. Você não é pescador rapaz! Você trabalha em turismo!*”.

Liderança - “barqueiros tradicionais” – “*Eu sou pescador!*” (trecho da reunião da colônia de pescadores, 2005).

O presidente da colônia, já se posicionando a favor das posições da liderança das “traineiras”, colocou em votação a utilização pelos operadores do turismo no primeiro e segundo *píer*, começando pela segunda proposta que contou com apenas um voto, a do proponente, o representante dos “barqueiros tradicionais”. Este reagiu afirmando que esta questão já havia sido resolvida na última reunião, argumento agora ignorado pelo presidente. Quando entrou em votação a primeira proposta a imensa maioria levantou a mão, com algumas abstinências. Um representante do turismo tentou se manifestar sendo fortemente condenado por tal “abuso” pelos presentes, inclusive provocando alterações no presidente da colônia que atuou com mais agressividade antes não manifestada.

A escolha do primeiro *pier* foi orientada pela força do discurso da liderança das “traineiras” que nem sabia do conteúdo da pauta da reunião até esta ser iniciada. Ao final da reunião alguns pescadores de “canoa” e de “linha” demonstravam preocupação com a decisão, inclusive questionando a própria legitimidade da liderança do poder de voz e voto, já que para eles a pescaria de “traineira” não seria “artesanal” por possuir motor e sonar. Mas, durante a reunião, não se posicionavam contra tal liderança e mais, ainda votaram em sua proposta.

A adesão pode ter sido motivada pela força do discurso da liderança em relação ao direito dos pescadores em oposição aos operadores de turismo, por uma identificação maior no “calor” da reunião, o que acabou jogando para segundo plano a diferenciação interna, que após o momento de efervescência reapareceu.

c) O novo contexto da chefia da Reserva – o início do processo de construção do Conselho Gestor

Com o enfraquecimento da AREMAC, a associação da reserva, e principalmente considerando as novas exigências da legislação com relação às unidades de conservação com a criação da lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o investimento atual do IBAMA é na formação do Conselho Deliberativo da Reserva, que terá que contar com representação dos pescadores. A função do Conselho seria supervisionar a revisão do plano de utilização dos recursos e criar o plano de manejo da reserva.

O novo chefe da reserva, que também é o autor de uma dissertação sobre a participação sócio-política nesta unidade, assumiu o cargo em 2003 dentro de um contexto de mudanças de chefias das unidades de conservação no início do Governo Lula. Recém concursado e militante do PT assumiu a chefia, mesmo sendo inexperiente para esta função, por indicação da rede de ONGs da Mata Atlântica da qual ele fazia parte. Segundo seu depoimento foi uma orientação da gerência do IBAMA do Rio indicar os novos concursados para assumirem estes tipos de postos. Chegou já com a função de montar tal conselho, tarefa esta que de imediato exigiria o seu esforço como “gerenciador de conflitos”.

Como relata e como descrito em sua dissertação (Gomes, 2006), para ele existe no município uma crise de representatividade confirmada por depoimentos de pescadores entrevistados¹⁴, e pela existência de muitas organizações que disputam fortemente entre si, o que estaria dificultando a formação de tal Conselho. O autor e também chefe da reserva critica a postura das atuais lideranças e grupos de pescadores organizados de Arraial, de reivindicarem ações características de um Estado intervencionista, já que exigiam respostas sobre decisões que para ele teriam que ser resolvidas entre eles, comportamento este que seria herança da gestão anterior da reserva. Cita exemplos de tentativa de resolução de conflitos onde lhe foi exigido “tomar uma posição”; enquanto sua expectativa seria de que as partes conseguissem estabelecer um pacto com sua mediação.

Em uma assembléia geral convocada pela AREMAC, por exemplo, na qual se discutiam as formas de uso de luz artificial na pesca da lula, procurei, na qualidade de representante do órgão governamental e leigo em pescaria de lula, evitar uma decisão unilateral e estimular a busca de soluções pactuadas para os conflitos colocados, intervindo apenas com perguntas que sondavam possibilidades para um acordo ou alocuções de caráter técnico ou legal. Vale destacar aqui exemplos de algumas falas, umas sussurradas e outras explicitadas para o plenário, registradas em meu caderno de campo após um tempo de discussão de aproximadamente vinte minutos: ‘Está na hora de bater o martelo (...) já teve discussão suficiente, daqui pra frente só vai continuar o mesmo bate-boca’... ‘É o chefe do IBAMA que tem que dar a palavra final, cada um aqui já deu sua opinião, agora é o IBAMA que decide’ (pescadores presentes à Assembléia)”
(Gomes, 2006, p. 57).

Para ele os fortes laços de parentesco e amizade existentes nas organizações pesqueiras seriam um impedimento para uma ação coletiva “impessoal” a favor de interesses comuns dos pescadores, fator impeditivo do estabelecimento de acordos e consensos coletivos, já que cada grupo estaria interessado somente em garantir benefícios para os seus. Sustenta em sua dissertação citando Reis (1995) e Banfield (1958 *apud* Reis, *op. cit.*), que a formação de uma identidade política coletiva estabeleceu-se, dentro de uma visão dicotômica entre Estado e sociedade civil, “conforme uma concepção corporativista do Estado-nação onde a sociedade civil está subordinada ao Estado e os

¹⁴ “Ouvi desses entrevistados muitas acusações de que as diretorias dessas entidades defenderiam preferencialmente os interesses de seus grupos familiares e de seus amigos mais próximos”. (Gomes, 2006, p. 55).

interesses sociais específicos estão subsumidos num suposto ‘interesse de todos’, sinônimo de ‘interesse nacional’”. (p. 57). E, com uma perda da força estatal e de seu papel controlador a confiança da sociedade sobre este estaria sendo corroída, que juntamente com um sentimento de “exclusão” de parcelas da população das decisões políticas e acesso a bens, estaria se formando uma “moral coletiva restrita aos laços pessoais”, que se perpetuam pela falta de incentivos para que os grupos sociais alterem tal estratégia “defensiva”. (idem).

Conclui então, que com a criação da reserva formou-se mais um espaço para a manifestação das atuações dos grupos pessoais em busca do acesso aos recursos e benefícios. As associações existiriam então para defenderem seus interesses “pessoais” e suas lideranças esperavam que as conduções dos interesses comuns fossem papel do Estado, no caso do IBAMA. Como chefe do IBAMA reconhece que sua tarefa quanto a este “problema” é propor ações que revertam esta percepção sobre a atuação do órgão, devendo fortalecendo que seu papel é de um “facilitador” nos processos de organização social ao invés de “liderança”. Além disso, encara como desafio tentar reverter o atual “desinteresse” dos pescadores pela esfera política manifestado nas baixas participações dos mesmos nos fóruns de debates e pelos seus depoimentos a tal chefia.

Neste contexto de percepção política da atual chefia da reserva foi realizado o Seminário “Desenvolvimento Sócio-Ambiental e Sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo” em setembro de 2005. Em consulta ao relatório do seminário e a uma monografia feita sobre a reserva (Goulart, 2006), verificou-se que foi garantida a participação em todas as mesas de pelo menos uma das lideranças pesqueiras: um dos representantes das “traineiras”, que ainda era vice da AREMAC indo como representante da mesma, o presidente da colônia, o presidente da AREMAC, da ACRIMAC e um dos representantes da APAC¹⁵. Porém, antes do seminário, segundo a nova chefia da reserva, foram realizados pré-fóruns nas praias com os grupos de

¹⁵ “Estiveram presentes diversos setores de Arraial, pesca, turismo, mergulho, comércio, Porto do Forno, Ácalis, Secretarias Municipal de Turismo e Meio Ambiente, e associações de moradores, além dos representantes do Ministério do Meio Ambiente, da FIOCRUZ, da Secretaria Especial de Pesca do Governo Federal, do CNPT e da Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA, da Cia Docas, da COPPE da UFRJ, do Consórcio Lagos São João, além de biólogos e cientistas sociais que pesquisam na região oriundos das instituições: IEAPM, UFRJ, USP, UERJ, UFF e UFPI”. (Goulart, 2006, p. 54).

pescadores de cada uma, ação voltada para o incentivo na formação de novas lideranças. Mesmo com tais pré-foruns a participação dos pescadores foi baixa no seminário.

A maior parte das lideranças achou positiva a realização do seminário por ter posto em pauta os conflitos com o setor do turismo, sempre lembrando que a reserva foi criada para beneficiar a pesca “artesanal”, o que para eles não está ocorrendo, tanto pela não fiscalização sobre os barcos industriais que pescam dentro da reserva sem controle, quanto pela falta de regulamentação do turismo, principalmente em relação ao mergulho. Porém, apesar destas afirmarem suas simpatias pela nova chefia, sentem falta do antigo gerente, visto sua característica de “pulso forte” para a resolução de conflitos e para a fiscalização, o que o atual chefe não teria. O curioso é que a antiga chefia foi retirada com a ajuda de algumas destas mesmas lideranças (no caso a da APAC, AREMAC e ACRIMAC), por histórias de “abuso” de poder no cargo caracterizado pela “falta de diálogo”. Porém, quando começaram a perceber a nova linha de ação da chefia, caracterizada pela tentativa de não intervenção decisória nos conflitos começaram a classificar a antiga enquanto um “mal necessário”, começando um movimento para sua volta.

Quanto ao Conselho Deliberativo, como previsto pelo Decreto de Regulamentação do SNUC publicado em 2002, este deveria ser composto de forma paritária entre os representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Acontece que as lideranças durante este seminário conseguiram garantir que 50% da composição do Conselho fossem ocupados pelos pescadores “artesanais” e maricultores e a outra metade pelo Poder Público e demais entidades existentes, o que foi aceito pelo CNPT. De acordo com a concepção da nova chefia, que tem como uma de suas metas estimular a formação de novas lideranças, foi estabelecido que cada entidade indicaria um representante e que os demais deveriam assumir os cargos¹⁶ por eleições diretas.

Na mesma reunião descrita no tópico anterior que discutiu o Projeto da Marina dos Pescadores, ocorreu uma eleição direta para a escolha dos representantes do Conselho Deliberativo da reserva. O presidente da colônia explicou o motivo pedindo para que alguns pescadores se candidatassem para a escolha de cinco conselheiros¹⁷, ressaltando: “*Eu quero pedir a vocês, por favor, que indiquem pescadores que vivam exclusivamente da pesca*”.

¹⁶ Ainda não tinha sido estabelecido o número de representantes.

¹⁷ Segundo o novo chefe da reserva esta reunião foi um equívoco, visto que ainda não se tinha fechado a quantidade de cargos que representariam os 50% dos pescadores no Conselho. Nenhuma outra organização realizou tal eleição.

Cinco pescadores foram voluntários e aceitos pela platéia no meio de um grande tumulto. Um deles como era de se esperar foi a liderança das “traineiras” que tinha dominado toda a reunião e outro seu irmão também do mesmo tipo de pescaria, ambos aproveitando a presença de pescadores de “traineira” presentes, que como vimos estavam ali por outra razão.

Os demais representavam categorias diferentes, um era das praias de Figueira e Monte Alto, aquelas mais afastadas e de ocupação mais recente, um de pescaria de “canoa” da Praia dos Anjos e um da pescaria de “linha” morador do bairro denominado Sítio, onde mora boa parte dos pescadores do município. Esta variada representação pode ter sido resultado do estímulo da nova chefia a formação de novas lideranças, considerando a realização dos pré-foruns como nos casos do pescador morador do sítio de “linha”, cuja principal motivação para sua atuação será o combate às embarcações de “fora”, visto este grupo ser um dos mais prejudicados, e do pescador das praias mais afastadas, cujos pescadores não possuíam uma liderança atuando nos principais espaços do campo político entre os pescadores¹⁸.

(...) a importância é que a gente quer dar, quer dar diretrizes pra reserva. E, pelo menos no meu caso, a gente é de Alto de Figueira e a gente nunca somos ouvidos lá, e aí quando a gente sabe as coisas já aconteceu. Então é por isso que eu me candidatei, ta (...). (pescador de Monte Alto e Figueira, 2005)

Parece que a candidatura do pescador de cano da Praia dos Anjos teve relação direta com o ocorrido nesta reunião, quanto à decisão da utilização do primeiro *píer* para o turismo, o que iria aumentar a quantidade de embarcações de turismo nas “poitas”, e resultaria na perda de espaço para os pescadores de “canoa” desta praia. E esta decisão como vimos, foi direcionada pela liderança da “traineira”, o que para este grupo seria o melhor. Sua revolta era então com a pescaria de “traineira”, tanto pelo resultado da reunião quanto pelo histórico conflito entre estas pescarias, classificando-a no momento do discurso de embate como não “artesanal”.

¹⁸ Percebe-se que trata-se de pescadores moradores das áreas onde residem aqueles com menor status na hierarquia social dos pescadores (Sítio localizado dentro do centro mais não próximo a praia e as praias de Monte Alto e Figueira).

5.3 Conclusão

As relações de amizade e parentesco aparecem de forma bastante forte quando tentamos entender as relações políticas em Arraial do Cabo; para entender as manutenções das lideranças nos cargos de poder das organizações; as motivações destas enquanto ocupantes dos cargos de presidência, bem como a adesão dos associados. Estas relações pessoais em Arraial estão muito relacionadas aos territórios e seus grupos de “pescaria”, visto a própria criação de associações que representam primordialmente os pescadores de uma praia, como a APAC que representa principalmente os pescadores da Praia Grande, ou que representam um determinado grupo como o dos maricultores, de “traineiras”, mergulhadores e de barqueiros “tradicionais”. Somente a colônia engloba uma variedade maior de pescadores sem ligação por território ou “pescaria”, mas como vimos também possui um histórico de “favorecimento” para os mais próximos de sua liderança.

Na descrição das organizações e das trajetórias de suas lideranças, pôde-se observar que a hierarquia social da atividade pesqueira se reflete na organização política, visto a ocupação dos cargos de presidência das organizações ser feita, em sua maioria, por “donos de pesca”, “vigias” ou “mestres”. De uma certa forma é uma extensão das relações de poder, considerando dominação como relação, já que os participantes das diferentes organizações em troca de uma lealdade ao líder, possuem acessos mais facilitados aos benefícios para os pescadores.

Neste último capítulo pudemos ver de forma mais concreta as variadas disputas entre as organizações pesqueiras descritas no capítulo 3 desta dissertação, entre colônia e associações e destas entre si. Vimos que não necessariamente estes tipos de organização funcionam da forma idealizada de “como” deveriam ser, seja representante da “classe” como um todo (ideal de colônia) ou garantindo a “autonomia” da representação (ideal de associação), funcionando mais de acordo com as conjunturas de interesses em diferentes situações. Pôde-se ver casos de intervenção da Federação na eleição da colônia; pessoa de “fora” da pesca assumindo presidência de associação; utilização dos conhecimentos das “regras” do jogo para manipulação de eleições tanto de colônia quanto de associação; favorecimentos de benefícios para não pescadores (tanto colônias quanto associações) e outros.

Na descrição de eventos, projetos e disputas constatou-se a importância da intermediação de um agente externo com poder político ou econômico, como a SEAP e a Petrobrás, na reconfiguração das relações de poder, como no caso do aumento de reconhecimento da colônia com a intervenção da Petrobrás e no favorecimento de determinados grupos sobre outros, como no caso dos pescadores de “canoas” sobre os de “traineiras” com a intervenção da SEAP.

Outro ponto importante que vale ressaltar, que pode ser observado principalmente durante a reunião da colônia para discussão do Projeto Mosaico e que foi finalizada com a eleição para o Conselho Gestor da Reserva, foi a influência do fator emocional no momento da ação. Vimos a importância da ação “carismática” de uma liderança no momento do discurso e da atuação política, que mobiliza e conquista aliados pela emoção e não pelos objetivos “rationais” do público. Isto ficou muito claro quando pescadores de “canoas” acabaram votando na proposta para a Marina feita pelo líder que dominava a reunião que era da “traineiras”, mesmo esta não sendo muito favorável para eles.

Pudemos notar, também, a utilização da categoria “artesanal” como uma categoria política, que também é acionada na busca do estabelecimento de uma diferenciação entre as próprias organizações pesqueiras; categoria esta que tem o poder de conferir maior ou menor grau de legitimidade perante às esferas de poder, como vimos na descrição das reuniões.

CONCLUSÃO

Como identificado por Simmel (1964), o objeto da Sociologia é a análise dos processos sociais dinâmicos em interação, concebendo a sociedade como algo que está acontecendo e, logo, a constituição de ações coletivas como algo resultante das “formas societais”, conceito que pressupõe relação, interação e dinamismo, como no caso dos conflitos e integrações analisados entre as organizações pesqueiras “artesanais”.

Não podemos entender a atuação das organizações pesqueiras “artesanais” dissociadas de suas interações dinâmicas e contextualizadas no tempo e espaço entre si e com os demais agentes constitutivo de seu campo de atuação. A própria formação das colônias de pescadores no Brasil reflete um histórico de lutas pelo controle estatal sobre o setor pesqueiro, marcadas por ações de cunho nacionalista, modernizador e assistencialista, que por sua vez estavam em consonância com outras esferas da vida social do País, como no caso das demandas militaristas em função das guerras, ou nacionalistas e modernizadoras dentro de um contexto ideológico maior.

Verificamos a inadequação de políticas públicas para o setor “artesanal”, em virtude da falta de conhecimento da pesca e dos pescadores por parte dos técnicos e instituições públicas, homogeneizando a categoria, ou pelo esforço do desenvolvimento capitalista do setor de forma intensiva e abrupta, que gerou diversos “efeitos perversos” sobre os pescadores “artesanais”, ou mesmo pela “falta de vontade política”, dentro de um contexto de desvalorização desta profissão e do potencial do recurso pesqueiro como alimento para a economia do País.

Mas, por outro lado, como vimos, a própria “demarcação ideológica exterior” e desenvolvimento de políticas públicas por mais que inadequadas acabaram por reforçar a identidade de pescador enquanto trabalhador, como uma “classe”, reconhecido pelo Estado mesmo que de forma homogênea e por interesses exteriores. Uma “classe” que foi se configurando historicamente, demarcando diferenciações e regras de atuação na esfera de disputas para a conquista de “direitos”.

Vimos que uma das principais motivações no engajamento político das organizações pesqueiras foi a conquista de autonomia de suas representações, visto o histórico domínio por parte de

representantes dos poderes públicos, armadores, ou pessoas que exerciam poder local desassociadas à pesca. Por esta razão, juntamente com a intensificação da pesca industrial e o desenvolvimento turístico, que vêm ocasionando sérios danos aos recursos pesqueiros da costa - local da pescaria “artesanal” -, utiliza-se a categoria pescador “artesanal”, como uma categoria política de diferenciação para a garantia de acessos a direitos diferenciados e políticas públicas específicas voltada para problemas específicos. Uma das motivações das ações coletivas estudadas tem relação com a busca do reconhecimento do Estado de que os pescadores “artesanais” são sujeitos políticos, que defendem seus direitos enquanto tais, diferenciando-se dos empresários de pesca e pescadores “empregados”.

Analisamos também como a introdução da indústria do petróleo na Bacia de Campos, através das políticas públicas ambientais de licenciamento, ampliaram o escopo de atuação das lideranças das organizações, que passaram a acessar novos recursos para suas atuações políticas, acionando categorias próprias ao campo da “consultoria” técnica ambiental para a disputa pelo que está em jogo, que são as compensações e possibilidades de ganho de recursos financeiros de altos valores (royalties). Vimos que na interação provocada pelas audiências públicas e programas de comunicação foram utilizados os campos de possibilidades abertos, visto a constatação do processo de mudança nas percepções dos órgãos reguladores sobre a questão de “impactos e compensações ambientais”, como nos casos de maiores exigências de estudos e de desenvolvimento de programas de apoio à pesca.

Porém, na relação entre as organizações de pescadores que se classificam enquanto “artesanais” pôde-se perceber separação, conflito e cooperação inseridos em modos de comportamento socialmente definidos que se reafirmam e se constroem na ação, como pode ser verificado nos casos dos conflitos existentes entre as colônias e associações, e de cooperação entre estas, quando o que interessa em determinado contexto é defender a “classe” dos pescadores “artesanais”, como ocorre em ocasiões de disputas com a pesca industrial, ou com determinas políticas consideradas inadequados do IBAMA ou SEAP, bem como nas próprias reivindicações de direitos às compensações ambientais da indústria petrolífera.

Estas relações de conflito e integração, também são configuradas por diferentes interesses individuais e grupais relacionados aos interesses em questão, como nos casos das compensações

petrolíferas responsáveis por uma integração entre as organizações e do acesso ao seguro-defeso foco de conflito entre associações e colônias, por razões de *status* local. Assim como também a metas e ambições contemporâneas, como em novos contextos de criação de reserva em Arraial do Cabo, quanto advindos de relações mais tradicionais como a questão das disputas entre pescadores de “canoas” e de “traineiras” (tratando da legitimidade de quem é o pescador de fato), de longo tempo.

A utilização da categoria “classe” é reveladora no discurso das lideranças como uma referência a uma união que “deveria” existir entre os trabalhadores da pesca em oposição aos interesses “políticos” associados aos interesses individuais ou de grupos específicos de pescadores. Como vimos, algumas lideranças das colônias afirmam que a existência das associações enfraquece o movimento dos pescadores, por aquelas representarem interesses de grupos específicos e não da “classe” como um todo. Este discurso faz sentido na medida em que as associações surgiram dentro de um contexto contestatório ao funcionamento das colônias, e que aquelas têm ultimamente conquistado cada vez mais espaço, principalmente nas interações com o Estado.

As acusações de abusos de poder para conquista de interesses pessoais ou “políticos” são constitutivas do campo de disputas entre as organizações pesqueiras, sendo utilizadas tanto pelas lideranças de associações quanto das colônias e servem como um instrumento de deslegitimação do opositor. Localmente, a disputa entre os diferentes tipos de organização é fundamental para a reafirmação da posição de *status* das lideranças com os pescadores, pois o que está em jogo é o poder de fornecer o acesso exclusivo aos benefícios para os pescadores.

Portanto buscou-se uma análise das motivações das ações sociais, considerando tanto as orientações idealizadas socialmente do “como” devem ser as relações, imbuídas de sentido para a ação pensada, quanto aquelas “intuitivamente” revividas, aparentemente sem sentido ou não reconhecidas como motivos.

Com o estudo de caso em Arraial do Cabo podemos identificar a trajetória das atuais lideranças das organizações pesqueiras, como são pessoas que, mesmo fora deste campo de atuação, já exerciam posições elevadas na hierarquia existente na organização social dos pescadores do município, como “donos de pescaria”, “vigias” e “mestres”. Bem como vimos a importância dos laços de vizinhança

e das relações pessoais como forma de manutenção de tais lideranças nos cargos e na motivação de suas ações, como no caso das mobilizações dos pescadores de “traineiras” e de “canoas” referente às defesas dos grupos de pescadores que estavam em disputas.

Vimos também como as múltiplas interações existentes com demais agentes sociais, como IBAMA, SEAP, Petrobrás, empresas de turismo, reconfiguram as estratégias de ação e as figuras de autoridade e os seus “territórios” de domínio e atuação, como no caso do presidente da colônia de pescadores que, com a interferência do Projeto Mosaico, têm conquistado maior respeito e legitimidade pelos diferentes grupos de pescadores. Também podemos exemplificar com o caso de interação que ocorreu com os representantes da SEAP, que acabou fortalecendo por meio de políticas públicas - colocação dos recifes artificiais - os pescadores de “canoas” em suas disputas com os de “traineiras”. Além disto, a colocação dos recifes artificiais, por consequência fortaleceu a principal liderança das “traineiras” entre seu grupo, visto seu forte embate neste momento “dramático”, onde estavam em discussão novas regras de disputas.

Sendo assim, percebe-se que as múltiplas possibilidades de ação em virtude de variadas situações de interesses, os processos conflituosos correspondentes a cisões e unificações de grupos e a constituição de espaços e linguagens específicas para o acesso a recursos necessários para a atuação política, são questões que conferem uma abertura de análise que é fundamental para a percepção do que está em jogo em determinado contexto datado, espacializado e escalonado com características próprias resultantes de múltiplas interações circunstanciais.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. 37, junho de 1998.

BAILEY, F.G. “A political system”; “Leaders and teams”; In: _____. Stratagems and spoils. A Social Anthropology of politics. Oxford, Basil Blackwell, 1970.

BORGHOFF, Luana Padilha e Silva. Pescadores artesanais na região dos Lagos : atividade off shore e organização política. Niterói, RJ : : s. n., , 2004. .Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1990.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti e Bernardes, Nilo. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 8, 1955.

BIZERRIL, Carlos Roberto Silveira Fontenelle. Peixes Marinhos do Estado do Rio de Janeiro / Carlos Roberto Silveira Fontenelle Bizerril, Paulo Alberto S. Costa – Rio de Janeiro: FEMAR, 2001: SEMADS, 2001. 234p.:il.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas.. Modernidade e tradição : construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói, RJ : : EdUFF, , 1999. .265 p. : il (Antropologia e ciência política ; 17).

BRONZ, Deborah. Pesca e Petróleo na Bacia de Campo – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / UFRJ, 2005.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920-1983). Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, 1986.

_____. A Voz do Mar. Construção Simbólica da Realidade dos Pescadores Brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). Tese de Doutorado do Curso de pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1994.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, USP, 2001.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. Sociedad civil y teoria política. México, Fondo de Cultura Económica, 2000.

CUNHA, Delgado Goulart da.. Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia e Ciência Política, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima. São Paulo, NUPAUB- USP, 1995.

_____. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para sua Sobrevivência. Instituto Oceanográfico. Cidade Universitária. São Paulo, 1988.

_____. Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

_____. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 2001.

DUARTE, L. F. D. As Redes do Suor – A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói, EdUFF, 1999.

FARIA, L.C.. Pescadores e pescarias. In: LIMA, R.K. & L.F. PEREIRA, 1997 – Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. EDUFF, Niterói., 1997, pgs 21-30.

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade, São Paulo, Edunesp, 1991.

GLUCKMAN, Max. Analysis of a social situation in modern Africa. Manchester, Manchester University Press, 1958.

GOMES, Marcus Machado. Participação Sociopolítica na Gestão Ambiental da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, R.K. & L.F. PEREIRA – Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. EDUFF, Niterói, 1997.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia e Ciência Política, 2000.

_____. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do Mar. Editora Ática, São Paulo, 1986.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELUCCI, Alberto. A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAES, Sérgio Cardoso de. Colônia de pescadores e a luta pela cidadania. Prof. do DFE/ UFPA - Campus de Bragança - Mestrando em Educação na UFRN. Artigo encontrado no sítio www.sindicalismo.pessoal.bridge.com.br acessado em novembro de 2004.

PETROBRAS/BIODINÂMICA. Pré-Comunicação para Subsidiar as Audiências Públicas dos Campos de Albacora Leste e Espadarte. Rio de Janeiro, jul. 2003.

PRADO, Simone Moutinho. Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Niterói, RJ : : EdUFF, , 2002. .145 p (Coleção antropologia e ciênccia política; 28 : A pesca no Estado do Rio de Janeiro, 4).

SIGAUD, Lygia. Implicações Políticas e Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos sobre as Populações Indígenas e Camponesas. Trabalho apresentado na 39ª Reunião Anual da sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Brasília, julho de 1987.

SILVA, Juliana Loureiro. Petróleo à vista. O “meio ambiente” na política local: estudo de caso num processo político. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 103p. (Dissertação, Mestrado Sociologia e Antropologia).

SILVA, L.G.S. Os pescadores na história do Brasil. Recife, CPP/Vozes, 1988.

_____. Movimento social dos pescadores no norte e nordeste brasileiros: tradição e mudança (1966 – 1988). In: Encontro de Ciências Sociais e o Mar 3, São Paulo, 1989. Coletânea de trabalhos apresentados, São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN, 1989, p.141 – 156.

_____. Pescadores, militantes e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840 – 1930). Recife, 1v. (Dissertação – Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

_____. História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. Revista de Sociologia Política, n 10/11, 1998, p.219-231.

_____. A faina, a festa e o rito : uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas, SP : : Papirus, , 2001.

_____. Caiçaras e jangadeiros : cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo, SP: : Universidade de São Paulo, , 1993.

SILVA, Mariza Braga Goulart da. Os Múltiplos Matizes de Arraial – reflexões acerca da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Rio de Janeiro RJ : : s. n., , 2006. .Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

SIMMEL, Georg. “Superordination and Subordinations”; In: WOLF, Kurt H., ed.. The sociology of Georg Simmel. New York/London, The Free Press/Collier MacMillan Publishers, 1964.

_____. “Conflict”; In: _____. Conflict & The webb of group-affiliations. New York/London, The Free Press/Collier MacMillan Publishers, 1964.

TURNER, Victor W. “Mukanda: the politics of a non-political ritual”; In: SWARTZ, Marc, ed. Local-level politics. Chicago, Aldine, 1968.

VIOLA, Eduardo J. Viola. O Movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denuncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Ecologia, Política e Sociedade” no XV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, MG, 15-18 de outubro de 1991.

WEBER, Max. “A política como vocação”; In: _____.Ensaios de Sociologia. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

_____. “Conceitos sociológicos fundamentais”; “As comunidades políticas”; In: _____.Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.